

A INTERMEDIÇÃO E OS PROBLEMAS SOCIO-ECONÔMICOS NO DEFESO DA PESCA DE LAGOSTAS EM REDONDA, ICAPUÍ (CE)

José Wilson Galdino

Dissertação Submetida à Coordenação do Curso de
Mestrado em Economia Rural, do Departamento
de Economia Agrícola do Centro de Ciências
Agrárias, da UFC, como requisito parcial
para a obtenção do grau de mestre.

Universidade Federal do Ceará

FORTALEZA - CEARÁ - BRASIL

1995

Ficha Catalográfica

G149i Galdino, José Wilson

A intermediação e os problemas socioeconômicos no defeso da pesca de lagostas em Redonda, Icapuí (CE)./ José Wilson Galdino. - Fortaleza, 1995.

150p fl. il. 31 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza (CE), 1995.

Orientador: Prof. José Ribamar Furtado de Souza, PhD.

1- PESCA ARTESANAL – REDONDA, ICAPUÍ (CE). 2- INTERMEDIÇÃO NA PESCA. 3- COMUNIDADES LITORANEAS. 4- PESCA DE LAGOSTAS - DEFESO. I- Souza, José Ribamar Furtado de (Orient.). II- Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Economia Rural. III- Título.

CDD: 639.2

Elaborada Por:

Maria Josineide Silva Góis CRB-3/657 – Bibliotecária/UFC

Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre, outorgado pela Universidade Federal do Ceará. Um exemplar da presente pesquisa encontra-se a disposição dos interessados na biblioteca do Departamento de Economia Agrícola da referida instituição.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

José Wilson Galdino

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 12/12/1995.

Prof. José Ribamar Furtado de Souza, PhD.
Orientador

Prof. Antonio Aduino Fonteles Filho, PhD.

Prof. Roberto Claudio de Almeida Carvalho, Ms.

Aos meus pais, JOÃO GALDINO e MARIA NELSA, pela educação e orientações que alicerçam minha vida.

Meu reconhecimento

A VALÉRIA, DAVI E MARTA
pelo amor, carinho, companheirismo,
estímulo e confiança

DEDICO

NOSSOS AGRADECIMENTOS

A DEUS, pelo dom da vida e pela luz que me acompanhou desde a decisão até a conclusão desse trabalho.

Ao professor Dr. José Ribamar Furtado de Souza, pelo incentivo, acuidade nas críticas e sugestões durante o transcorrer de sua competente e segura orientação da pesquisa.

Aos professores, Dr. Antonio Adauto Fonteles Filho e Roberto Cláudio de Almeida Carvalho, pelas suas observações, construtivas críticas e modificações sugeridas na proposta inicial do relatório, como membros da Banca Examinadora.

Aos professores e funcionários do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará, pelo apoio intelectual, novos conhecimentos transmitidos e pela amizade que conquistamos durante esses anos.

Da mesma forma, aos professores e funcionários do Departamento de Engenharia de Pesca da UFC, do qual faço parte.

À professora Annuzia Maria P. M. Gosson, do Departamento de Estatística e Matemática Aplicada desta Universidade, pela orientação e colaboração durante a fase de processamento dos dados.

A todos os colegas da notável turma de 1992, da qual tive o privilégio de fazer parte, pela amizade, convivência fraterna, companheirismo e integração.

Aos da minha família, pelo seu apoio e incentivo constante no decorrer dessa jornada.

Aos pescadores, comerciantes da pesca e lideranças da comunidade de Redonda, por sua amizade, convivência e valiosas informações e observações, sem as quais não teria sido possível a consecução deste estudo.

RESUMO

O fechamento da temporada de pesca da lagosta no Nordeste Brasileiro, que, atualmente, vai de 1º de janeiro a 30 de abril (portaria/IBAMA nº 137/94, de 12 de dezembro de 1994), é conhecido como o "defeso da lagosta". Nesse período, as comunidades de pescadores litorâneas que vivem exclusivamente da pesca desse crustáceo passam por suas maiores necessidades e enfrentam seus piores problemas socioeconômicos. Assim, os pescadores artesanais dessas comunidades ficam mais vulneráveis e dependentes das ações, intervenções e favores dos agentes que atuam na comercialização da pesca local. Essa realidade ensejou a elaboração da presente pesquisa, que procurou observar e identificar características dos fenômenos sociais e econômicos da pesca artesanal de lagosta, na comunidade de Redonda, localizada no Município de Icapuí (CE), descrevendo-os, classificando-os e correlacionando-os com ações e intervenções dos comerciantes da pesca local, principalmente com relação ao período do defeso. Para a realização do trabalho, foi desenvolvido um estudo quantitativo e qualitativo, no qual, para a coleta dos dados primários utilizados, recorreu-se aos instrumentos metodológicos da observação participante, de questionários administrados e entrevistas estruturadas e informais. Estes foram utilizados numa população de aproximadamente 400 pescadores, em meio a qual foram aplicados 65 questionários e entrevistados os 10 principais intermediários residentes no local, assim como 11 lideranças formais e não formais. Deve-se salientar que a definição do problema da investigação teve a participação direta da comunidade envolvida. Os resultados do estudo apontam para uma participação ativa dos intermediários, nos segmentos econômicos e sociais da pesca artesanal na comunidade, principalmente naqueles referentes aos financiamentos de seus meios de produção e nas emergências de saúde de seus habitantes. Conseguiu-se, também, identificar e quantificar a renda média bruta mensal dos pescadores, de maneira geral e por categoria, e observou-se que, quanto mais desprovidos são de seus meios de trabalho, menor sua remuneração e maior sua expropriação por aqueles agentes detentores do capital e controladores do processo de comercialização. Em face dos resultados alcançados, concluiu-se que os intermediários (barraqueiros) da comunidade de Redonda contribuem para a inércia do pescador no período do defeso, assim como estão se apropriando de seus meios e fatores de produção. Será através de processos educativos, via entidades associativas, conscientizando o pescador nos questionamentos de seus problemas, que a categoria vai poder buscar soluções para resolve-los e, minimizar as interferências impostas pelos agentes da intermediação. É também através destes processos, que deverá fluir toda e qualquer ação de intervenção de governo na comunidade.

Palavras Chave:

Pesca Artesanal. Intermediação na pesca. Comunidades Litorâneas. Pesca de Lagostas.

ABSTRACT

This study was developed in the fisherman community of Redonda in Icapuí county in the eastern side of Ceará State-Brazil. The research aimed to observe and identify social and economic characteristics of the lobster small-scale fishing in the community, describing, classifying and correlating them to the action and intervention of local fishery trademan, specially in relation to the fisheries closed season. To this, a quantitative and qualitative study was developed through the application of participant observation, administrative questionnaires, informed and structured interviews. They were applied to a population of four hundred fishermen, a total of sixty five questionnaires and twenty one interviews. From those last, ten were the main market middlemen and eleven, formal and non formal leadership. It is important to state that the local community had a participative role in the definition of the research problem. The results of the study point to the lack of income and its consequences as the main problem of this community as well as the negative intervention of the middlemen who provide many to them for the production means and health emergencies. Facing those problems it was concluded that the market middlemen of the community of Redonda have contributed to the lethargy of the fishermen during the fisheries closed season, as well as they are appropriating of their means and production features. It will be through the fishermen association, organizative and educative processes that the conscientization of their problems will be done. Then, the search for solutions and the minimizations of the interference of the market middlemen will be possible. It will be also through these processes that any government intervention in the community has to be done.

Keywords Keys:

Artisanal Fisheries. Intermediation in fishing. Coastal communities. Fishing Lobsters.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	Página
1 Modelo do jereré utilizado na captura de lagostas	24
2 Covo ou manzuá utilizado na pesca de lagostas	24
3 Cangalha, armadilha criada e desenvolvida na comunidade de Redonda, utilizada na pesca de lagosta	25
4 Desenho esquemático da rede de espera, utilizada na captura de lagostas	25
5 Acesso e localização geográfica de Icapuí e Redonda	53
6 Fluxo normal de comercialização da produção de lagosta de Redonda...	90

LISTA DE TABELAS

TABELA	Página
1 Exportações de caudas congeladas de lagostas através do porto de Fortaleza (CE), pelas indústrias cearenses, comparada com a exportação nacional, nos anos de 1955 a 1993	20
2 Exportações cearenses dos principais produtos pesqueiros marítimos (em US\$ 1.000), através do porto de Fortaleza (CE), no período de 1983 a 1993	22
3 Distribuição de frequências dos principais problemas da comunidade no defeso	67
4 Distribuição de frequências do tipo de pesca que o pescador aprendeu quando iniciou a pescar	71
5 Distribuição de frequências <i>das razões para pescar só lagostas</i>	71
6 Distribuição de frequências da variável <i>já pescou peixe para vender</i>	73
7 Distribuição de frequências da variável <i>pescar peixes no paradeiro</i> (pelo menos para o consumo)	73
8 Distribuição de frequências da variável <i>atualmente pesca peixes para vender</i>	73
9 Distribuição de frequências da variável <i>é proprietário de embarcação</i>	76
10 Distribuição de frequências do número de embarcações que o pescador possui	76
11 Distribuição de frequências da função que o proprietário ocupa na tripulação	76

12	Distribuição de frequências da variável <i>já possuiu embarcação antes</i>	77
13	Distribuição de frequências da propriedade, tipo dos meios de trabalho e da renda média dos pescadores dessas categorias	78
14	Distribuição de frequências da propriedade das embarcações em que os não proprietários pescam	79
15	Distribuição de frequências do destino da venda da produção	80
16	Distribuição de frequências do destino da produção vendida	81
17	Distribuição de frequências da forma do rateio da produção de lagostas e renda média dos pescadores dessas categorias	81
18	Distribuição de frequências das razões pelas quais o pescador se sente explorado	85
19	Distribuição de frequências da variável <i>acha certo o preço pago pelo seu produto</i>	88
20	Distribuição de frequências das razões pelas quais o pescador <u>não</u> considera certo o preço pago pelo seu produto	88
21	Valor médio recebido pelo pescador, pelo kg do pescado, na temporada de 1993	88
22	Renda média mensal (em US\$), desvio padrão, rendas mínimas e máxima dos pescadores e pessoas da família, tendo como base a produção de 1993	92
23	Renda média mensal (em US\$), desvio padrão, rendas mínimas e máximas das diversas categorias de pescadores identificados na pesquisa, durante o ano de 1993	93
24	Resultados do teste X^2 para os cruzamentos que apresentaram relação de dependência significativa	94
25	Renda média do pescador segundo a variável <i>barraqueiro presta ajuda em urgências</i>	95
26	Renda média do pescador segundo a forma de rateio da produção ...	95
27	Renda média do pescador segundo a variável <i>vende sua produção ao dono dos apetrechos/embarcação</i>	96
28	Barraqueiro financia consertos e reparos segundo a variável <i>é proprietário de embarcação</i>	97
29	Barraqueiro presta ajuda em urgência segundo a variável <i>é proprietário de embarcação</i>	97
30	Nível de habitação segundo a renda média familiar	98
31	Nível de saneamento segundo a renda média familiar	99
32	Distribuição de frequências da opinião sobre o defeso sem o barraqueiro	99

33	Distribuição de frequências das razões pelas quais o defeso sem o barqueiro seria pior	100
34	Distribuição de frequências das razões pelas quais o defeso sem o barqueiro seria o mesmo	100
35	Distribuição de frequências das alternativas de renda para o pescador no defeso	104
36	Distribuição de frequências da origem da renda do pescador no defeso para o sustento da família	104
37	Distribuição de frequências da variável <i>participaria de curso sobre técnicas de pescar peixes</i>	105

LISTA DE TABELAS DOS APÊNDICES

TABELA		Página
1.1	Distribuição de frequências do estado civil dos pescadores	124
1.2	Distribuição de frequências da idade dos pescadores	124
1.3	Distribuição de frequência da escolaridade dos pescadores	124
1.4	Distribuição de frequências do nº de filhos dos pescadores	124
1.5	Distribuição de frequências do tempo que reside na comunidade.....	124
1.6	Distribuição de frequências dos nascidos em Redonda	125
1.7	Distribuição de frequências do tempo de profissão do pescador	125
1.8	Distribuição de frequências da variável <i>é filho de pescador</i>	125
1.9	Distribuição de frequências da variável <i>com quem aprendeu a pescar</i>	125
1.10	Distribuição de frequência da idade que começou a trabalhar na pesca	125
1.11	Distribuição de frequências da produção de peixes pescado por semana no paradeiro	125
1.12	Distribuição de frequências do consumo semanal de peixes (da família) no defeso	126
1.13	Produção média de lagosta e camarão do pescador, na safra e entresafra, por semana	126
1.14	Distribuição de frequências da fonte de renda da esposa	126
1.15	Distribuição de frequências da renda mensal da esposa	126
1.16	Distribuição de frequências da remuneração das outras pessoas da família com atividade remunerada	125

1.17	Distribuição de frequências das outras atividades do pescador	127
1.18	Distribuição de frequências da renda média semanal gerada de outras atividades no defeso e fora do defeso	127
1.19	Distribuição de frequências da ocupação no defeso, do pescador que não possui outra atividade	127
1.20	Distribuição de frequências do valor poupado na última safra	127
1.21	Distribuição de frequências da variável <i>dificuldades dos pescadores são iguais no defeso</i>	127
1.22	Distribuição de frequências da forma como conseguiu comprar a embarcação	128
1.23	Distribuição de frequências da fonte de financiamento de insumos de pesca	128
1.24	Distribuição de frequências do tipo de embarcação em que <u>os não</u> proprietários pescam	128
1.25	Distribuição de frequências da variável <i>é proprietário de apetrecho de captura</i>	128
1.26	Número médio e desvio padrão de apetrechos de captura dos proprietários e não proprietários	128
1.27	Distribuição de frequências do financiamento de apetrechos de captura dos pescadores proprietários	129
1.28	Distribuição de frequências da variável <i>sabe para onde vai produção vendida</i>	129
1.29	Distribuição de frequências da variável <i>sabe quantos intermediários existem até consumidor final</i>	129
1.30	Distribuição de frequências do caminho que o pescado percorre até o consumidor final	129
1.31	Distribuição de frequências da variável <i>é obrigado a vender a produção ao barraqueiro ou a quem financiou a embarcação/apetrechos</i>	129
1.32	Distribuição de frequências das razões pelas quais é obrigado vender a produção ao proprietário ou quem financiou a embarcação	129
1.33	Distribuição de frequências da forma de pagamento na entrega da produção	130
1.34	Distribuição de frequências do tipo de ajuda prestada pelo barraqueiro	130
1.35	Distribuição de frequências do que poderia ser feito para modificar a situação de dependência do pescador	130
1.36	Distribuição de frequências da variável <i>participa de entidade associativa</i>	130
1.37	Distribuição de frequências do tipo de associação que o pescador participa	130

1.38	Distribuição de frequências das sugestões para melhorar a associação de moradores	131
1.39	Distribuição de frequências de sugestões para melhorar a colônia	131
1.40	Distribuição de frequências da variável <i>cria animais domésticos para auxiliar na alimentação da família</i>	131
1.41	Distribuição de frequências da variável <i>já participou de curso e/ou treinamento prestado por órgão público</i>	131
1.42	Distribuição de frequências da variável <i>tem registro de nascimento</i>	131
1.43	Distribuição de frequências da Religião que participa	131
1.44	Distribuição de frequências da propriedade da habitação	132
1.45	Distribuição de frequências das condições da habitação	132
1.46	Distribuição de frequências do número de cômodos da casa	132
1.47	Distribuição de frequências da posse do terreno da casa	132
1.48	Distribuição de frequências da origem da água	132
1.49	Distribuição de frequências da variável <i>possui caixa d'água</i>	133
1.50	Distribuição de frequências do tratamento d'água	133
1.51	Distribuição de frequências do destino dos dejetos	133
1.52	Distribuição de frequências do destino do lixo	133
1.53	Distribuição de frequências da forma de iluminação da casa	133
1.54	Distribuição de frequências da variável <i>possui terra</i>	133
1.55	Distribuição de frequências da área da terra	134
1.56	Distribuição de frequências do acesso à terra	134
1.57	Distribuição de frequências do uso da terra	134
2.1	Renda média do pescador segundo a variável <i>atualmente pesca peixe para vender</i>	134
2.2	Renda média do pescador segundo a variável <i>vende produção a quem paga mais</i>	134
2.3	Renda média do pescador segundo a variável <i>exerce outra atividade..</i>	135
2.4	Renda média do pescador segundo a variável <i>participa de entidade associativa</i>	135
2.5	Renda média do pescador segundo a variável <i>conseguiu poupar na última safra</i>	135
2.6	Renda média do pescador segundo a Posse da Terra	135
2.7	Renda média do pescador segundo a Escolaridade	135

2.8	Renda média do pescador segundo o Nº de Filhos	136
2.9	Renda média do pescador segundo a variável <i>esposa gera renda</i>	136
2.10	Barraqueiro financia consertos e reparos segundo renda mensal do pescador no defeso	136
2.11	Barraqueiro financia consertos e reparos segundo a variável <i>atualmente pesca peixe para vender</i>	136
2.12	Barraqueiro financia consertos e reparos segundo a variável <i>é proprietário de apetrechos de captura</i>	136
2.13	Barraqueiro presta ajuda em urgência segundo o tempo que reside na comunidade	137
2.14	Barraqueiro presta ajuda em urgência segundo a variável <i>exerce outra atividade</i>	137
2.15	Barraqueiro presta ajuda em urgência segundo a variável <i>conseguiu poupar na última safra</i>	137
2.16	Pescador é obrigado vender a produção ao proprietário da embarcação segundo a variável <i>é proprietário de apetrecho de captura</i>	137
2.17	Pescador é obrigado vender a produção ao proprietário da embarcação segundo a variável <i>vende produção ao barraqueiro</i>	138
2.18	Pescador é obrigado vender a produção ao proprietário da embarcação segundo a variável <i>vende produção ao dono dos apetrechos da embarcação</i>	138
2.19	Conseguiu poupar na última safra, segundo a variável <i>é proprietário da embarcação</i>	138
2.20	Conseguiu poupar na última safra, segundo a variável <i>renda mensal do pescador na safra</i>	138
2.21	Conseguiu poupar na última safra, segundo variável <i>pesca peixe no paradeiro</i>	139
2.22	Conseguiu poupar na última safra, segundo variável <i>pesca peixe para vender</i>	139
2.23	Nível de organização segundo renda média familiar	139
2.24	Nível de higiene segundo renda média familiar	139
2.25	Média, Desvio Padrão, Valores Mínimo e Máximo das Variáveis Quantitativas	140

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	14
2. A PESCA ARTESANAL DE LAGOSTA NO CEARÁ: apresentando o cenário	17
3. O DEFESO DA PESCA DE LAGOSTA: contextualização do problema	32
4. A INTERMEDIÇÃO NA COMERCIALIZAÇÃO: o quadro teórico de análise	40
5. A PESQUISA: métodos e técnicas	51
5.1 Unidade Geográfica de Análise	52
5.1.1 O município	52
5.1.2 A comunidade	54
5.2 Unidade Temporal da Análise	56
5.3 Universo e Amostra	57
5.4 Os Dados; Sujeitos, Fontes e Instrumentos de Pesquisa	58
5.5 Definição e Operacionalização das Variáveis	60
5.6 Método e Técnicas de Análise	62
6. O RETRATO SOCIOECONÔMICO DE REDONDA: fatos e posições dos protagonistas	65
6.1 Os Problemas Socioeconômicos do Defeso	66
6.2 A Comercialização na Pesca Artesanal de Lagosta	74
6.2.1 Os meios de trabalho e as relações de produção	74
6.2.2 A comercialização da produção	83
6.3 A Comercialização e os Problemas do Defeso	92
6.4 As Opções das Famílias dos Pescadores no Defeso	103
7. O INTERMEDIÁRIO E O DEFESO: respondendo a questão inicial	107
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	111
APÊNDICE A	116
APÊNDICE B	141

1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal no Brasil investe-se de uma relevância fundamental para o Estado, essencialmente se levarmos em consideração a função social da atividade como geradora de alimentos para a população, produzindo proteínas de alta qualidade, num país onde a carência de alimentos é uma constante, principalmente nos estados do Nordeste. No Ceará, a ação possui enorme importância social e econômica, especialmente naqueles Municípios possuidores de comunidades costeiras.

Atualmente, um dos maiores problemas nas comunidades pesqueiras artesanais litorâneas, que possuem sua economia direcionada exclusivamente para a pesca de lagosta, é a sua estagnação no período do "fechamento de estações de pesca" - o defeso. Criado pela extinta Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e atualmente controlado e administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sua função básica é proteger a espécie na época de maior atividade reprodutiva e reduzir o nível do esforço de pesca (IBAMA, 1994b).

É também nesse período que se agravam as dificuldades socioeconômicas dessas comunidades, colocando os pescadores artesanais mais vulneráveis e dependentes das ações, intervenções e favores dos armadores e intermediários que atuam na pesca local.

Levando-se em consideração essa realidade e a experiência profissional do Autor em trabalhos e atividades ligadas à extensão rural em comunidades pesqueiras, juntamente com sua participação num estudo de área e realidade efetuado na região da pesquisa, resolveu-se partir para o desenvolvimento deste trabalho.

O presente estudo, segundo a classificação de Gil (1994), constitui um levantamento social, com ênfase na pesquisa descritiva. Foi realizado em uma comunidade atípica¹ de pescadores artesanais do litoral cearense, localizada no Município de Icapuí, litoral leste do Estado, e que possui como atividade econômica principal a pesca de lagostas. Na presente investigação, procurou-se observar, identificar e analisar características dos fenômenos sociais e econômicos da pesca local, princi-

¹ No decorrer dos capítulos o leitor irá identificando as principais características específicas a essa comunidade, que lhe conferem seu caráter atípico.

palmente no período do defeso, descrevendo-os, classificando-os e correlacionando-os com as ações e intervenções dos intermediários locais. Para tanto, foi desenvolvido um estudo quantitativo e qualitativo, recorrendo-se aos instrumentos metodológicos da observação participante, de questionários administrados e entrevistas estruturadas e informais.

A proposta de investigação foi levantada através de contatos e entrevistas junto a membros e lideranças da comunidade, dos quais se procurou saber dos seus principais problemas e de suas possíveis soluções. Após a análise do material recolhido, voltou-se à comunidade e, juntamente com suas lideranças, decidiu-se que o problema a ser estudado seria aquele que, no momento, traria uma resposta aos anseios de seus habitantes. Dessa maneira, evitou-se que o estudo proposto fosse exclusivamente determinado pela **curiosidade** do pesquisador. Assim sendo, procurou-se agir segundo o pensamento de Lundberg, citado em Ferrari (1982: p.188), quando afirma que "a investigação científica é concebida ordinariamente como atividade de importância geral para a comunidade, antes de ser um esforço individual do estudioso para alcançar uma satisfação pessoal de sua curiosidade, embora esta última possa ser o principal dos incentivos do estudioso".

Com o fim de permitir melhor apresentação e compreensão da pesquisa pelo leitor, o presente relatório, além desta introdução, está segmentado em mais sete capítulos, assim constituídos.

No próximo segmento, apresenta-se um comentário geral a respeito da pesca artesanal de lagostas no Estado do Ceará. Descreve-se sobre sua importância econômica e social para a região em apreço, suas características, evolução e crises do setor ao longo de seu desenvolvimento como atividade de interesse comercial, bem como sobre sua relevância na comunidade alvo do problema.

O terceiro capítulo é integralmente dedicado à contextualização do problema da pesquisa, sua importância, com realce para a região onde foi realizado o estudo. Mostra sua caracterização e o seu relacionamento com o tema central da tese, bem como os critérios que levaram à sua definição.

Na quarta parte, faz-se uma exposição descritiva sobre o embasamento teórico do estudo relacionado ao problema, citando as teorias nas quais o cenário está inserido. Apresenta-se a posição, pensamento e opinião dos mais conceituados autores sobre o assunto em apreço e comenta-se a respeito das mais recentes pesqui-

sas desenvolvidas sobre consequências e implicações dos intermediários no processo de comercialização da pesca artesanal.

Na quinta etapa do relatório, aborda-se a tipologia geral da pesquisa, apresentando a localização, identificação e as particularidades da área de estudo; o período, os métodos e os instrumentos pelos quais os dados foram levantados; a operacionalização e definição das variáveis e indicadores utilizados; e os métodos e técnicas de análise empregados para a avaliação dos resultados alcançados.

O capítulo seis é destinado à análise, discussão e interpretação dos resultados que tiveram como meta os objetivos preestabelecidos no estudo quantitativo e qualitativo. Esses resultados estão transcritos sob a forma de evidências, correlações, em tabelas e testemunhos revelados pelo material reunido no desenvolvimento da pesquisa, e que esclarecem os fatos e posições vividos pelos protagonistas, naquele período em que se realizou a fotografia socioeconômica da comunidade.

Na penúltima parte do relatório, após uma leitura e análise criteriosa do capítulo anterior, tendo como base todas as informações colhidas no transcorrer do estudo, passa-se à apresentação das conclusões a que se chegou com a elaboração e finalização da presente pesquisa.

No último segmento, insere-se a relação do material bibliográfico consultado, que fez parte do acervo necessário ao suporte científico do estudo.

2 A PESCA ARTESANAL DE LAGOSTA NO CEARÁ: apresentando o cenário

A pesca artesanal, no cenário contemporâneo mundial, investe-se de uma importância significativa por desempenhar um papel em duas circunstâncias. A primeira, por afiançar às nações costeiras representadas, em virtude da regulamentação do novo direito do mar, a requerer e estabelecer uma Zona Economicamente Exclusiva (ZEE)² para exploração da pesca. A segunda é resultado do contingente de profissionais vinculados a essa atividade, para a manutenção dos direitos à exploração da ZEE, visto que, em razão da sua magnitude, ocupam a maior parte desses limites geográficos (BEN-YAMI et al, 1985 & McGOODWIN, 1990).

Os pescadores artesanais brasileiros se identificam, predominantemente, pelo estágio de subdesenvolvimento, na condição de dupla marginalidade em que sua maioria se encontra, em grande parte em consequência do modelo de crescimento econômico vigente no País, concentrador de renda e voltado prioritariamente para atender aos interesses das classes econômicas dominantes. É um marginal geográfico, pelo fato de realizar seu labor à margem da costa oceânica, dos rios e lagoas. É, também, um marginal social, pois a sua maioria se situa à margem dos benefícios concedidos às demais categorias de trabalhadores organizados e amparados pelo poder público (TIMM, 1990). O Autor denuncia que, na média nacional, embora a maioria dos governos tenham enfatizado sua prioridade pelo social, é nesse setor que a situação do pescador artesanal brasileiro "...está pior do que estava há vinte anos passados" (TIMM, 1993: p.5). O mesmo autor afirma que 90% das cerca de 800 mil pessoas que o setor pesqueiro nacional emprega são constituídas por pescadores artesanais, responsáveis por aproximadamente 50% da produção total do pescado, sendo 100% da de água doce (TIMM 1990).

O pescador artesanal cearense, segundo o diagnóstico da pesca do Estado do Ceará-1988, pode ser enquadrado como um indivíduo de "baixa e instável renda". Tal nível é caracterizado pela incerteza de em quantos dias poderá pescar, quantidade e

² Criadas através de acordo firmado em 1982, e retificado em 1989, numa convenção entre 130 nações coordenada pela *United Nations Law of the Sea* (Lei das Nações Unidas para o Mar- UNLOS-82), organismo das Nações Unidas. O tratado assegura ao país costeiro a oportunidade de exercer a exclusividade sobre a jurisdição e a exploração dos recursos pesqueiros marinhos até o limite de 200 milhas marítimas da costa nacional. Para tal os signatários, obrigam-se a realizar pesquisas sobre o potencial da ZEE e definir as quantidades, métodos e períodos permitidos à pesca, sob pena de não auferirem seus direitos se assim não procederem (MAcGOODWIN, 1990).

qualidade das espécies capturadas, e pela oscilação de preços em face da oferta de safra e entressafra, fatores estes responsáveis pelo baixo padrão de vida encontrado em suas comunidades.

A expressão pesca artesanal passou a ser utilizada com maior frequência a partir da criação da SUDEPE (Lei Delegada nº 10, de 11/10/62; Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura), e teve suas primeiras caracterizações quando da criação do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PES CART), em 17 de abril de 1973, o qual serviu como um divisor entre os dois sub-setores - industrial e artesanal. Foi a partir deste referencial que a expressão passou a ser difundida em todos os meios, sendo inclusive propagada entre intelectuais e acadêmicos que trabalham no setor.

Segundo o documento básico do PES CART, SUDEPE (1974), a pesca artesanal é aquela que não é praticada por sociedade de capital, os pescadores artesanais por sua vez não são sócios ou empregados de empresas de pesca, suas atividades seriam complementares e auxiliares a estas. Esses profissionais agrupam-se em colônias, podendo organizar-se em cooperativas e/ou associações, embora, no caso específico do Estado, as experiências nesse sentido não tenham alcançado os resultados desejados.

Ribeiro-Neto (1993, p.12) afirma que a pesca artesanal não passa de "...um subsistema de uma economia capitalista, que mantém relações de complementariedade e principalmente de dependência assimétrica, com o sub-setor da pesca industrial, de capital industrial e comercial, que comanda o seu processo de produção". Segundo, ainda, o mesmo Autor, o que caracteriza o sub-setor artesanal é um complexo envolvendo tipo de tecnologia, relações específicas de produção, processos de produção e comercialização comandados por uma teia de intermediários, áreas de pesca, espécies capturadas, tradições culturais, entre outros.

Fonteles Filho (1982) caracteriza a pesca artesanal marítima como uma atividade tecnologicamente estagnada, do ponto de vista da tecnologia da pesca e do pescado, e economicamente deficiente. Segue afirmando que os pontos de estrangulamento para o desenvolvimento da pesca artesanal estão na ausência de literatura especializada, na escassez de informações técnico-científicas e na falta de assistência financeira e administrativa por parte dos órgãos públicos responsáveis pelo setor.

De maneira geral, o sub-setor artesanal, como atividade produtiva, é caracterizado por: utilizar embarcações de pequeno porte (menos de 20 Toneladas Bruta de

Arqueação-TBA), com propulsão manual, eólica, mecânica ou mista (eólica e mecânica); empregar métodos tecnologicamente estagnados em relação à tecnologia de pesca e do pescado; possuir relações específicas de produção, como a meiação³ e a parceria; produtor de uma grande diversidade de espécies; apresentar a fragmentação do processo produtivo e, nesse, ter a participação da mão de obra familiar; ter sua comercialização subordinada a um amplo mercado comandado por uma cadeia de intermediação; apresentar pequena parcela de remuneração aos pescadores e uma baixa capitalização de suas atividades; e por possuir uma cultura própria baseada no tradicionalismo da região e cujo saber é transmitido de pai para filho.

A pesca artesanal marítima é praticada em toda a extensão do litoral cearense, à margem da tecnologia, com um sistema de produção que varia desde uma atividade de subsistência até aquele que se submete ao processo de subordinação ao capital comercial. Difere basicamente do setor industrial em relação à quantidade e qualidade da mão de obra empregada, composição da produção, produtividade, meios de produção, métodos de captura, volume de inversões e organização empresarial (CEPA, 1978).

Foi o setor empresarial cearense o pioneiro nas exportações do crustáceo no País. Segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas (1964), a pesca de lagostas no Estado do Ceará passa a ser considerada uma atividade economicamente importante a partir do registro de pequenas quantidades na pauta de exportações do ano de 1954, e pela importância do valor comercial do produto alcançado no mercado internacional. A partir desse ano, com crescimentos⁴ sucessivos de produção (Tabela 1), a atividade passou a ocupar, hoje, a segunda posição na pauta de exportações, abaixo apenas da amêndoa da castanha de caju (IPLANCE, 1994a).

O Estado foi sempre o principal produtor nacional desde o início da atividade lagosteira no Nordeste do Brasil, participando com a totalidade das exportações no início da exploração industrial-1955. No período de 1955 a 1993, o Brasil exportou 80.746 t de caudas, das quais 61.405 t através do porto de Fortaleza, o que corresponde a 76% do total. O destaque fica por conta dos anos de 1979 e 1991, com uma participação de 86% e 88,2%, respectivamente (Tabela 1).

³ Na pesca artesanal, o sistema tradicional de meiação é aquele que o proprietário da embarcação (armador ou pescador) fornece os apetrechos de pesca, o rancho, a isca e, as vezes, o gelo, e, na divisão da produção este fica com a metade da captura. O restante é dividido entre os tripulantes, inclusive com o proprietário, se este tiver participado da pescaria.

⁴ Em curtos períodos (i.e.: 1964 - 1967) a produção foi decrescente devido, provavelmente, a uma redução no preço do produto no mercado internacional.

Tabela 1: Exportações de caudas congeladas de lagostas através do porto de Fortaleza (CE), pelas indústrias cearenses, comparada com a exportação nacional, nos anos de 1955 a 1993.

Ano	Exportações de caudas(t)		Participação do Ceará(%)
	Ceará	Brasil	
1955	40	40	100,0
1956	99	155	63,9
1957	189	346	54,6
1958	237	432	54,9
1959	390	616	63,6
1960	711	1.197	59,4
1961	1.265	1.740	72,7
1962	1.382	2.070	66,8
1963	1.111	1.778	62,5
1964	927	1.578	58,7
1965	742	1.169	63,5
1966	816	1.298	62,9
1967	883	1.286	69,6
1968	1.427	1.845	77,4
1969	1.924	2.608	73,8
1970	2.032	2.793	72,7
1971	1.696	2.391	70,9
1972	1.968	2.845	69,2
1973	2.156	2.632	81,9
1974	2.292	3.077	74,5
1975	1.795	2.226	80,6
1976	1.773	2.317	76,5
1977	2.165	2.767	78,2
1978	2.664	3.112	85,6
1979	3.031	3.521	86,0
1980	2.095	2.674	78,3
1981	2.221	2.946	75,4
1982	2.441	2.928	83,3
1983	1.300	1.670	77,8
1984	2.201	2.805	78,5
1985	1.922	2.392	80,4
1986	1.161	1.702	68,2
1987	1.830	2.195	83,4
1988	2.029	2.583	78,5
1989	1.888	2.432	77,6
1990	2.296	2.806	81,8
1991	2.502	2.837	88,2
1992	1.936	2.332	83,0
1993	1.868	2.605	71,7
TOTAL	61.405	80.746	76,0
MÉDIA	1.830	2.332	75,4

FONTE: CACEX/B.BRASIL e IBAMA/CE

Segundo pesquisa realizada pela SUDEPE/CEPA (1978), a ocorrência do recurso lagosta dá-se em frente a toda plataforma continental ao Estado do Ceará - com 573 km de costa, os quais representam 15,65 e 6,4% do Nordeste e do Brasil, respectivamente, totalizando 11.539 milhas quadradas (CEPA, 1978) - com maior abundância na faixa situada entre 20 e 50 metros de profundidade. O Município de Aracati - que na época possuía Icapuí como distrito - é o mais importante do Estado com relação à produção de lagostas. Dos 30 núcleos pesqueiros pesquisados, em apenas 8, ocorre a produção de peixes, e somente em quantidades suficientes para o abastecimento local.

A pesca deste crustáceo tem propulsionado o desenvolvimento da atividade pesqueira na região, em virtude da considerável receita auferida com a exportação do produto⁵ para o mercado internacional, - destacando-se os Estados Unidos, Japão e alguns países da Europa - sendo o maior gerador de divisas no setor pesqueiro para o Estado, chegando a superar a cifra dos 52 milhões de dólares em 1991 (Tabela 2), e, em função da razoável abundância das espécies de lagostas, *Panulirus argus* (Latreille) e *Panulirus laevicauda* (Latreille), exploradas comercialmente no País. Torna-se, portanto, um fato evidente e incontestável a importância da pesca de lagostas para a economia cearense, no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico do setor pesqueiro, funcionando inclusive como indução de atividades correlatas na indústria naval, frigorificação, equipamentos e aparelhos da pesca, transporte e serviços, na geração de divisas com exportação, impostos e criação de empregos⁶ diretos e indiretos (FONTELES FILHO et al., 1988).

Com relação às espécies de lagostas capturadas pelo segmento artesanal ao longo da costa do litoral cearense, segundo IBAMA (1994a) e IBAMA (1994b), destacam-se: predominantemente, com uma representação média nas capturas⁷ de 78,7%, a **Panulirus argus** (lagosta vermelha); com uma média de 16,8%, a **Panulirus laevicauda** (lagosta verde); registrando-se, também, em menor escala (4,5%), a ocorrência da lagosta sapateira, representada pelas espécies **Scyllarides brasiliensis** e **Scyllarides deceptor**.

⁵ Principalmente lagosta inteira cozida congelada, viva e em cauda congelada.

⁶ Segundo o IBAMA (1994c) a pesca artesanal cearense é o setor responsável pela manutenção de mais de 17 mil empregos diretos, os quais funcionam como ponto de sustentação da economia local em mais de 100(cem) comunidades pesqueiras litorâneas.

⁷ Considerando os diversos apetrechos usados na captura em conjunto e os diferentes tipos de embarcação.

Tabela 2: Exportações cearenses dos principais produtos pesqueiros marítimos (em US\$ 1.000), através do porto de Fortaleza (CE), no período de 1983 a 1993.

PRODUTO	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Lagosta (1)	22.644,3	39.316,5	33.011,7	22.663,3	45.839,3	44.252,9	32.207,4	47.823,3	52.535,8	42.215,4	36.053,7
Camarão (2)	5.504,1	10.851,8	12.659,9	10.422,6	12.258,1	12.890,7	6.710,1	5.447,5	5.210,9	9.540,2	9.062,8
Peixe (3)	3.385,9	3.484,4	4.239,1	5.691,1	4.763,5	1.629,4	2.065,4	1.425,1	1.318,5	1.127,8	1.643,4
Algas Secas	86,3	192,9	91,6	36,0	53,8	310,3	393,9	246,9	244,0	98,9	53,5

FONTE: IBAMA/CE - CACEX/BB

(1) Total de lagosta inteira, em cauda e carne

(2) Total de camarão inteiro, descascado e sem cabeça

(3) Total de peixe inteiro, filé e posteadado

Para a captura dessas espécies, as embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais cearenses, em sua maioria, constituem uma frota de pequeno e médio porte, com o comprimento variando entre 5 e 15 metros. Segundo o IBAMA (1994a), embarcações de pequeno porte são aquelas que alcançam até 10 metros de comprimento, com casco de madeira, normalmente sem instrumentos que auxiliem à pesca e à navegação, com tripulação de até 4 pescadores e autonomia de 5 dias de mar. Nesse tipo, enquadram-se: os botes à vela e motorizados, as jangadas, paquetes e canoas. Formam a grande maioria, 95%, da frota artesanal da comunidade de Redonda. As embarcações de médio porte são representadas por aquelas que possuem: comprimento entre 10 e 15 metros, casco de madeira ou aço, motorizadas (70 a 130hp), casaria na popa ou na proa, com equipamentos (talha) para o recolhimento dos apetrechos de pesca, algumas com rádio e ecossonda, tripulação de 5 a 6 pescadores, autonomia de mar de até 15 dias e que conservam o produto de suas capturas em urnas isotérmicas com gelo. Nesse segmento, Redonda possui somente 10 embarcações.

Outra característica que diz respeito à pesca artesanal de lagostas está em seus apetrechos utilizados na captura, os quais foram sendo modificados e/ou introduzidos de acordo com a evolução e a importância da pesca. No período compreendido entre as décadas de 50 e 60, eram utilizados jererés⁸ (Figura 1) e covos de bambu. Numa segunda etapa, aconteceu o aperfeiçoamento do covo ou manzuá⁹ (Figura 2), que passou por modificações e assumiu a forma hexagonal irregular, passando a usar uma armação de marmeleiro, revestidas com tela de *nylon* ou arame. Foi através do emprego de dois covos atados que surgiu, na década de 60, no Município de Icapuí, uma armadilha derivada do manzuá que possui o nome de "cangalha". Trata-se de um apetrecho confeccionado com armação de marmeleiro, com frente e fundo de 1,2m, possuindo 0,70m de profundidade por 0,26m de altura, recobertos com tela de *nylon* com malhas de 5 cm entre nós, possuindo como característica principal duas sangas, localizadas na parte frontal (Figura 3).

⁸ Foram artes de pesca, com um formato de cone, constituídas por uma rede de malha pequena, fixa a um aro de madeira ou metal, usadas na pesca artesanal para a captura de sirís e que foram utilizados no início da exploração da pesca de lagosta no Nordeste.

⁹ Até chegar ao formato hoje utilizado, os manzuás variaram bastante na sua forma e no modo de operação, destacando-se os modelos: covo-ripa, covo-palheta e covo-cruz-de-malta.

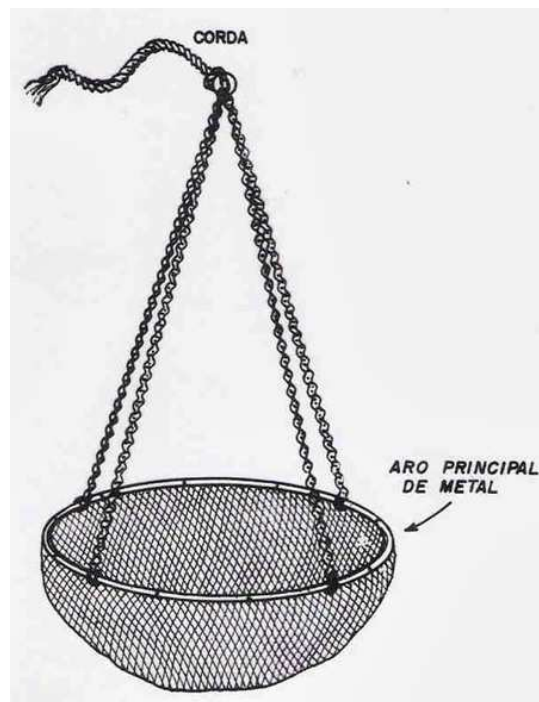


Figura 1: Modelo de Jereré, utilizado na captura de lagostas

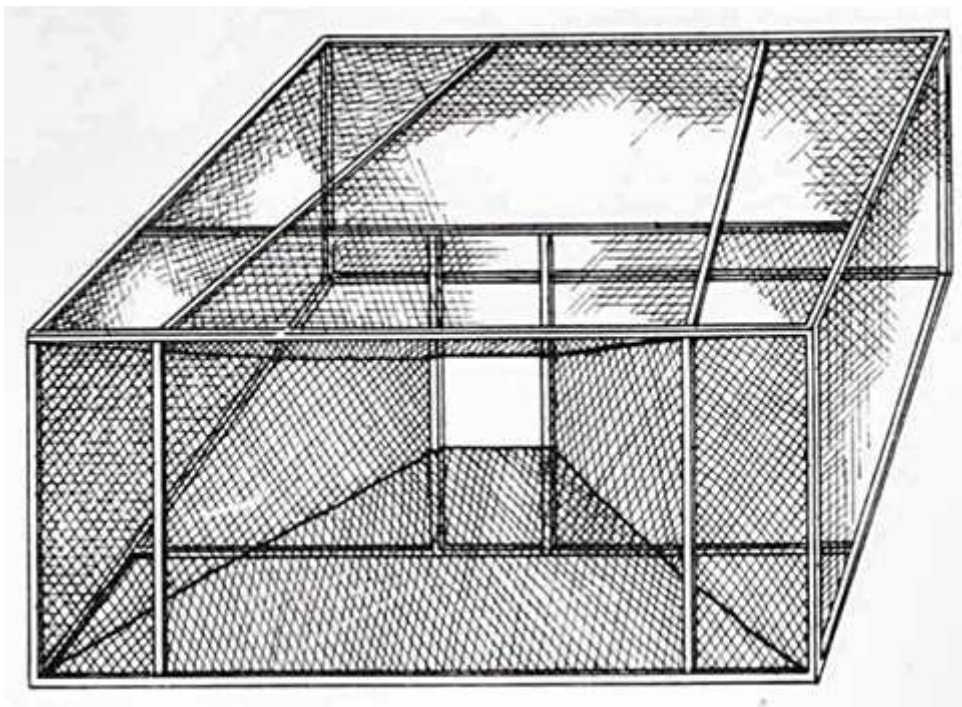


Figura 2: Covo ou Manzuá, utilizado na pesca de lagostas

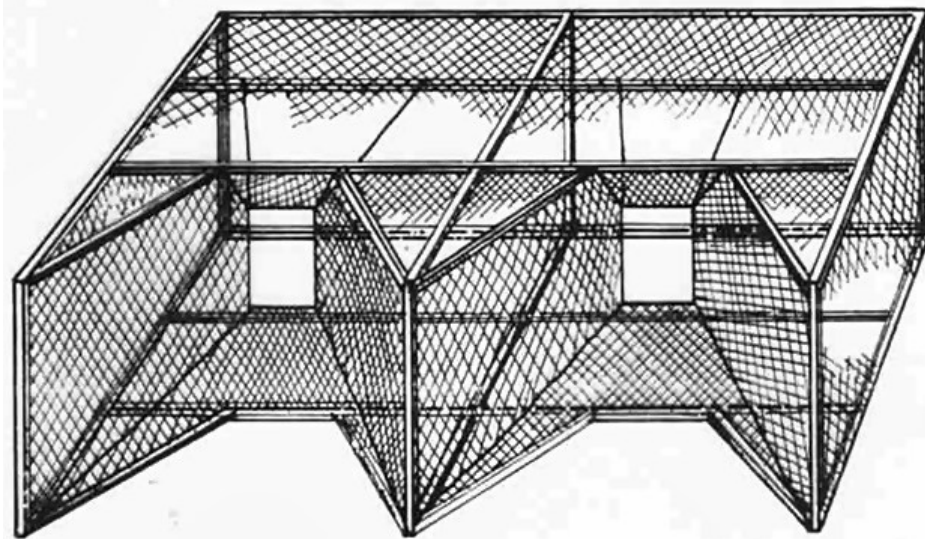


Figura 3: Cangalha; armadilha criada e desenvolvida na comunidade de Redonda, utilizada na pesca de lagosta

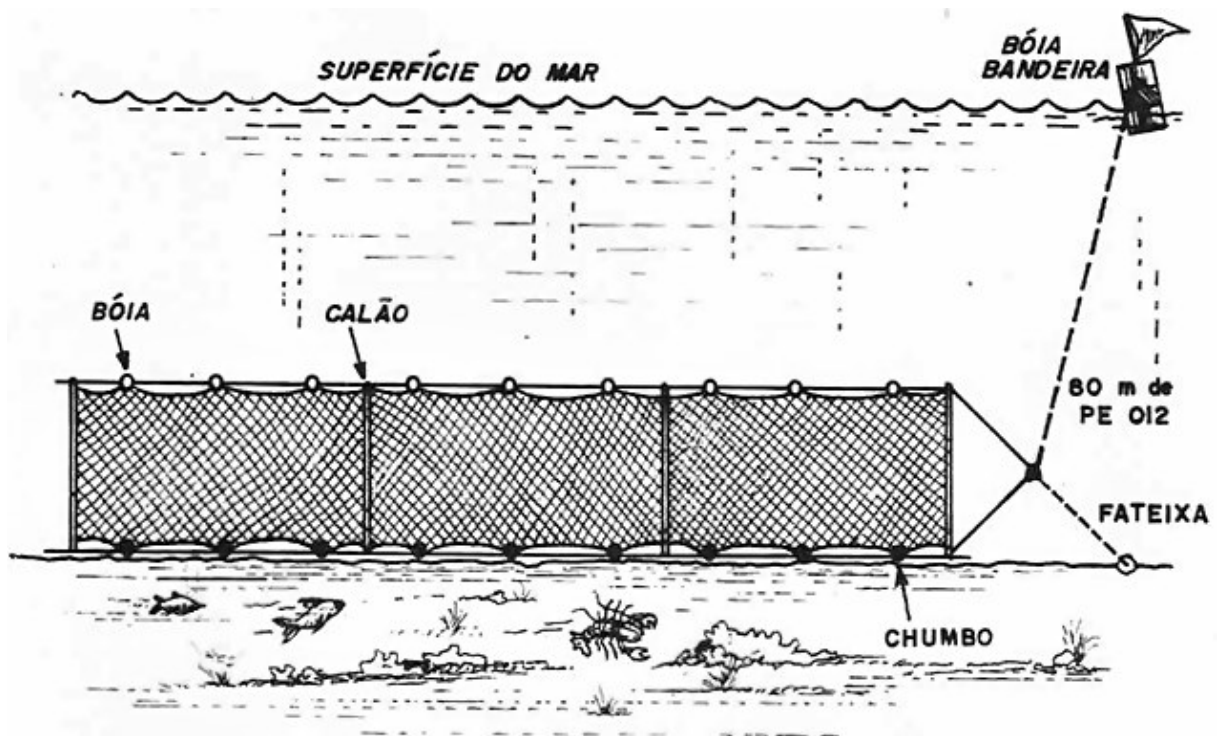


Figura 4: Desenho esquemático da Rede de Espera, utilizada na captura de lagostas

A partir de 1970, em razão do decréscimo de produtividade da pesca com covos, foi introduzido, experimentalmente no Ceará, o uso da rede de emalhar, adaptada para a *pesca de fundo*¹⁰, vulgarmente conhecida como "caçoeira" (Figura 4). Trata-se de uma rede confeccionada com fibra sintética, geralmente fio de *nylon*

¹⁰ É aquela realizada com aparelhos de pesca que atuam junto ao substrato, na captura de espécies demersais ou bentônicas.

multifilamento (poliamida 210/12-24), com ou sem nó, malha estirada de 130 a 140 mm, panagem com aproximadamente 80 metros de comprimento, 15 malhas de altura e um entrelaçamento variando de 50 a 70%, que captura a lagosta por emalçamento, ou seja, o crustáceo, ao esbarrar na rede, tende a se fixar às suas malhas, em razão, principalmente, dos seus espinhos e apêndices locomotores. No início, era praticada somente por embarcações de pequeno porte, mas, hoje está em expansão entre aquelas que tradicionalmente operavam com covos. Segundo o IBAMA (1994b), a caçoeira apresenta-se como uma modalidade de pesca que causa danos ao meio ambiente, quando em operação na captura da lagosta.

E foi pela mesma razão anterior que, a partir da década de 80, com origem no litoral do Estado do Rio Grande do Norte, aparece a pesca de mergulho, mais conhecida como "a pesca de compressor"¹¹, realizada com embarcações de pequeno e médio porte, com até 5 pescadores tripulantes (1 mestre, 2 mergulhadores e 2 manguereiros) que não possuem treinamento em mergulho. A prática da pesca consiste de um compressor conectado através de polia e correia ao motor da embarcação, com a finalidade de fornecer o ar necessário, via mangueiras, aos mergulhadores que descem a uma profundidade de até 33 metros, utilizando-se de um cinto de chumbo, pés-de-pato e máscara. Ao constatar a presença de lagostas utilizam-se do arpão ou espeto, do bicheiro ou usam o mangote (pequena rede de arrasto) para cercar o cardume, capturando lagostas de todo tamanho, independente do sexo ou do estágio de maturação sexual. Segundo o IBAMA (1994b), de todas as modalidades de pesca utilizadas na captura de lagostas, o **mergulho** é a que se apresenta com um maior poder de destruição do meio ambiente. Este fato foi confirmado entre os próprios profissionais que praticam esse tipo de atividade, através de uma pesquisa em andamento (IBAMA, 1992 - comentada logo adiante), mantida pelo órgão.

Excetuando-se a pesca com auxílio de jererés, atualmente, todas as outras modalidades descritas são praticadas na pesca artesanal de lagostas no Estado do Ceará. Entretanto, oficialmente, o IBAMA, órgão responsável pela administração e fiscalização da pesca de lagostas, através da Portaria nº 136/94, de 08 de dezembro de 1994, resolve em seu **Art.4º** - "Permitir a captura de lagosta somente com o emprego de manzuás ou covos, cuja malha tenha espaçamento mínimo de 5,0[cinco centímetros] entre nós adjacentes". Porém, recentemente, em virtude de estudos re-

¹¹ Segundo o IBAMA (1994b), cerca de 10% da frota lagosteira do Estado do Ceará e 50% da frota do Rio Grande do Norte praticam esse tipo de pesca.

alizados pelo órgão e de pressões por parte dos empresários e comunidades artesanais em relação aos custos com a pesca de manzuás, o IBAMA, através da Portaria nº 043/95, de 21 de junho de 1995, em seu **Art.4º**, resolveu liberar a pesca da lagosta, também, com o uso da rede caçoeira.

Tratando-se de um produto *nobre* e com excelente cotação no mercado internacional, aliado a uma política colocada em prática pelos sucessivos governos militares, a partir de 1964, sob a perspectiva do desenvolvimentismo e modernização, que presenteou ao segmento industrial pesqueiro, através do Decreto-lei 221/67, com as melhores medidas protecionistas da história do setor, é fácil compreender o desenvolvimento e a consolidação do parque industrial pesqueiro do Estado. Tal legislação amparou e beneficiou as empresas de pesca com incentivos fiscais como: isenção do imposto de renda e seus adicionais, às pessoas jurídicas com planos aprovados pela SUDEPE; e a isenção total de impostos e taxas federais incidentes sobre a produção do pescado durante dez anos (1967 a 1977). Através do Dec. nº 70.886, de 29/07/72, a indústria pesqueira se beneficiou com isenção do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes-INCL, barateando ainda mais o custo com a armação¹² de suas embarcações, estimado em 46% do total dos gastos (SUDEPE, 1988).

Com o sucesso das exportações e todo este estímulo fiscal, ao que se alia a obtenção de crédito fácil e barato junto ao Fundo de Investimentos Setoriais-FISET /Pesca, os empresários do setor passaram a investir na construção e importação de embarcações de grande porte, com autonomia de até 60 dias de mar. Implantaram em Fortaleza e nas sedes dos municípios representantes das principais zonas produtoras - Aracati, Acaraú e Camocim - estruturas físicas a nível de empresas, para recepção, beneficiamento, industrialização de suas produções e, da produção adquirida dos armadores e intermediários da região.

Com um mercado francamente insatisfeito, a exploração da lagosta passou a ser praticada de forma por demais intensa. Isso veio acarretar uma série de efeitos negativos em sua captura, trazendo-lhe alguns problemas suficientemente graves para provocarem crises com repercussões multilaterais. A ação conjunta industrial-armador provocou a captura indiscriminada do crustáceo, ocasionando a apreensão de indivíduos jovens e ovados, acarretando um aumento expressivo na pesca predatória.

¹² Trata-se do conjunto de ações para operacionalizar uma embarcação, desde sua organização orçamentária e da tripulação, até a aquisição de insumos e apetrechos de pesca, com vistas a um bom rendimento das atividades de captura.

Uma das consequências dessa ampliação e crescimento do segmento empresarial, resultado da maior penetração de interesses capitalistas no setor, foi um aumento exagerado do esforço de pesca¹³ para a captura do crustáceo, que passou de 2,0 milhões de covos-dias (medida de esforço), em 1965, para 35,7 milhões de covos-dia em 1990, o que significou um aumento anual a uma taxa geométrica de 12,2%, sendo que o esforço de 1990 foi 60,1% superior ao esforço ótimo de 22,3 milhões de covos-dia (FONTELES-FILHO et al, 1988). Esse aumento, também, deve-se à diminuição da produtividade do recurso aquático explorado, participante de um sistema sujeito à lei dos Retornos Decrescentes. Isto torna-se evidente com a diminuição da Captura por Unidade de Esforço-CPUE, a partir de 1980, representando em média somente 47,2% do seu valor sustentável de 0,391 kg/covo-dia (FONTELES-FILHO et al, op. cit.), passando a refletir decréscimos reais na abundância das populações de lagostas, com influência direta sobre os baixos retornos econômicos do setor industrial, em decorrência da superexploração dos estoques. Essa diminuição provocou significantes prejuízos, principalmente a queda da produção, fazendo com que os custos da armação das embarcações e outros ficassem num nível superior ao da receita obtida com as exportações. Tal situação passou a ficar desinteressante aos empresários do setor.

Como resultado inevitável deste processo houve inadimplência das empresas de pesca, desativação de algumas estruturas, falência de empresas do setor, venda de embarcações e sucateamento de outras por falta de capital para manutenção e reparos. Por extensão, esses eventos atingiram também aos armadores e intermediários que, sem alternativa imediata, juntamente com o segmento empresarial, passaram a fomentar a pesca artesanal de lagostas como uma opção viável à sobrevivência de seus negócios.

Segundo Teixeira (1992), o parque industrial lagosteiro cearense modificou-se ao longo do tempo, saindo de uma condição de principal executor de todas as fases do processo produtivo, desde a captura até a exportação, para se tornar numa indústria de beneficiamento e exportação, dependendo dos armadores autônomos e intermediários para conseguir a matéria-prima, oriunda, principalmente, do setor artesanal. Atualmente, estima-se que mais de 60% da produção exportada pelas empresas é originária da pesca artesanal (IBAMA, 1994a).

¹³ Um conjunto de artes e/ou métodos de captura, atuando sobre um determinado estoque pesqueiro, num dado período.

Dessa forma, a partir de 1983, com o agravamento da crise da pesca industrial de lagostas, a pesca artesanal passa por um processo de especialização da produção e concentra seus esforços no produto lagosta, especialmente naquelas áreas onde a participação da iniciativa privada era uma constante; Aracati, Acaraú e Camocim.

Esse processo alterou de forma significativa a atividade exploratória de certas espécies de pescado nestas áreas. Isto ocorreu em virtude da imposição dos grupos exportadores empresariais, que levou a uma modificação nos apetrechos e métodos de captura. Isto coincidiu, não só com a exploração da força de trabalho do pescador, como também com a sobrepesca¹⁴ e a pesca predatória, principalmente, em decorrência da difusão no emprego do uso da rede-caçoeira e da pesca de compressor, como apetrecho principal na pesca de lagostas. Essas modificações nos apetrechos e métodos (por ex: uso do manzuá) da pesca artesanal, de certo, "...representou o atendimento a uma imposição do capital em busca de um incremento maior da produção, do que uma oportunidade de conquista dos pescadores" (RIBEIRO-NETO, 1993; p.101).

Da mesma maneira, esse processo, além de incentivar mais ainda a pesca artesanal de lagosta com métodos predatórios, intensificou, também, a questão social nas comunidades, visto que a grande maioria de pescadores e armadores deixou a captura de peixes e se concentrou na captura de lagostas. Tal prática resultou em que, segundo o IBAMA (1994b: p.209), no ano de 1993, cerca de 1.715 embarcações, a maioria de pequeno porte, passasse a atuar na pesca desse crustáceo, sendo que, oficialmente, apenas 589 (34,3%) operaram com apetrechos permissiionados. Fica claro que a exploração racional desse importante recurso passa fundamentalmente pela diminuição do esforço de pesca, ou seja, uma redução drástica do número de embarcações em operação, o que, certamente, trará maiores prejuízos sociais, se não forem ouvidas e respeitadas as expectativas dessas comunidades.

De certa forma, a curto prazo, a especialização da pesca artesanal com ênfase no produto lagosta significou aos profissionais dessa atividade um ganho real, pois, para se obter uma renda equivalente à venda de 10 kg de peixes, é necessário apenas 1 kg do crustáceo (LIMA, 1993 & IBAMA, 1994a). Essa relação intensificou a pesca artesanal de lagostas e fez com que os pescadores deixassem de ser produ-

¹⁴ É quando a quantidade de apetrechos utilizados na captura de um determinado recurso pesqueiro se encontra acima do nível máximo sustentável por esse recurso.

tores de subsistência de peixes, no sentido de ofertarem apenas o "excedente", e passassem a produzir fundamentalmente para o mercado externo. Esse novo modo de produzir levou esses profissionais a sofrerem transformações em suas relações sociais de produção, nas práticas tradicionais de captura e na organização social das comunidades. Todavia, a intensificação da pesca de lagosta, principalmente com apetrechos predatórios, concorreu para uma escassez do produto, antes, tão abundante no litoral cearense.

Atualmente, o IBAMA, através de sua Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação-DIRPED, está executando uma pesquisa intitulada; "Estudo Socioeconômico e Ambiental da Pesca de Lagostas no Nordeste do Brasil". Nesta, o órgão pretende "aprofundar o conhecimento sobre a pesca de lagosta, com o emprego de covo, caçoeira e de mergulho, e sobre aspectos sociais e econômicos da população envolvida nessa atividade, bem como os seus impactos sobre o meio ambiente, com vistas a subsidiar um possível reordenamento dessa pesca" (IBAMA, 1992; p.3). Os resultados preliminares desta pesquisa foram apresentados recentemente na última reunião do GPE, da lagosta, realizado em novembro de 1994, com a participação das principais entidades de pesquisas do setor, na região.

Segundo diagnóstico da pesca realizada pela SUDEPE em 1988, Icapuí, Município no qual está inserida a comunidade de Redonda, objeto desse estudo, está situada numa das áreas geográficas de maior produção de lagostas do Estado. Em 1993, a pesca desse crustáceo representou 52,3% da produção total de pescado do Município, que alcançou 506.360 kg (IPLANCE, 1994b). Redonda contribuiu com a maior parcela dessa produção, haja vista que possui o maior número de embarcações da região - 203 unidades no total. Contudo, os profissionais que vivem da pesca na comunidade não usufruem do produto principal de seu trabalho em sua alimentação. Para eles, a lagosta é apenas um produto de troca e não de consumo, aproveitando-se às vezes das cabeças e de indivíduos muito jovens, cuja captura é oficialmente proibida.

Nessa comunidade, os pescadores sabem quais os métodos de captura que são considerados predatórios, muito embora a grande maioria não conheça o significado do termo **predatório**. A justificativa para o uso de tais métodos é sempre direcionada para o enfoque econômico financeiro.

Em Redonda, a pesca do crustáceo teve início no final da década de 50, no mesmo decênio em que ela surgiu comercialmente. Foi introduzida pela mesma pessoa que exportou o produto pela primeira vez no Estado, o americano conhecido por Mr. Morgan (IBAMA, 1994a), como afirma um ex-pescador, hoje intermediário da pesca.

A pesca de lagosta aqui, começou em 58. Nos fomos os primeiros que começamos a pesca de lagosta. O **Morgan** [grifo nosso] foi quem trouxe a pesca de lagosta pra cá, nos fizemos arco de jereré de cipó. [...] Eu fui um dos tais que naquela época tinha onze anos de idade, e fui pró mar (barrq¹⁵. 48 anos).

Na comunidade, a partir do instante em que se intensificou a procura pelo produto lagosta, mudanças aconteceram em sua estrutura e no modo de vida de seus habitantes (quase que exclusivamente pescadores). As mais visíveis, segundo relato dos mais antigos, foram o crescimento, em tamanho e população, e o aumento do número de embarcações. Tais fatos vieram refletir nos problemas dessa comunidade, com características peculiares, principalmente no período do defeso. Essas modificações, características e problemas da comunidade, bem como os modos predominantes na pesca artesanal da lagosta e sua comercialização, estão apresentados na parte seis desse relatório.

¹⁵ A partir desse segmento serão utilizadas as seguintes **abreviaturas**, para identificação dos autores dos testemunhos: ag. sd.= agente de saúde; alfab.= alfabetizado; anfab.= analfabeto; assc.= associação; barrq.= barraqueiro; comc.= comerciante(s); comut.= comunitário; coord.= coordenadora; frig.= frigorífico; gert.= gerente; mord.= moradores; pescd.= pescador; presd.= presidente e; prof.= professora.

3 O “DEFESO” DA PESCA DE LAGOSTA: contextualização do problema

A exploração racional de um recurso pesqueiro que pretenda manter sua população ecologicamente equilibrada deve se basear em um raciocínio lógico e elementar, no qual se observa que seu estoque possui um limite máximo sustentável de exploração. Desrespeitar esse limite significa atingir o ponto de inflexão e, a partir desse instante, a espécie tenderá a um processo que poderá levá-la à extinção. Infelizmente, a evolução histórica da utilização dos recursos pesqueiros tem demonstrado que a tendência inevitável é atingir um estágio de sobreexploração física e econômica desses recursos (BEDDINGTON et al, 1984 & LIMA, 1993).

Segundo esse princípio, participar da exploração racional de um recurso pesqueiro requer, antes de tudo, o conhecimento da biologia da espécie que se pretende explorar. Assim sendo, nem todos os segmentos deveriam participar de tal ação, ficando de fora, principalmente, aqueles que fazem uso da pesca predatória sem discriminação. Entretanto, tem-se observado, de certo modo, que todos os grupos querem ter o direito de pescar toda espécie, em qualquer lugar, a qualquer montante, durante qualquer período. Isso tem levado a uma difícil e ineficiente administração dos recursos aquáticos, tornando a atividade econômica da pesca numa prerrogativa para certos segmentos e não um direito de todos, principalmente daqueles que sobrevivem exclusivamente dessa atividade. Numa sociedade capitalista como a brasileira, torna-se difícil encontrar maneiras de socializar e distribuir equitativamente esses privilégios (por ex: licença de pesca), haja vista a existência de segmentos diametralmente opostos (industrial x artesanal), explorando um mesmo recurso animal.

De acordo com Fonteles-Filho (1979, p.24), "toda população animal tem uma capacidade limitada de produção, a qual é determinada pelos fatores limitantes do ecossistema e pela competição com outras populações da comunidade, por espaço e alimento". Segundo o Autor, nessas condições, a população permanece num equilíbrio, cuja manutenção é atingida pela ação da mortalidade natural. Segue afirmando que, em populações de organismos aquáticos, o homem, através da pesca, faz a população atingir outro nível de equilíbrio, menor que o anterior, mas que dá origem a um excedente que é retirado quando da captura desses recursos. Esse novo estado de equilíbrio pode ser definido "...como uma situação de rendimento estabilizado

pela igualdade dos ganhos e perdas de biomassa num determinado período de tempo" (FONTELES-FILHO, 1989; p.249). Conforme o pesquisador, esse rendimento seria sua **produção máxima sustentável**, ou seja, aquele volume máximo de captura que o homem poderia retirar da população, através de um determinado nível de esforço de pesca, sem afetar o seu equilíbrio biológico.

Todavia acontece, que na maioria dos casos, o esforço de pesca atuante sobre aqueles recursos pesqueiros de grande atração econômica, como a lagosta, costuma ser muito superior àquele que seria necessário para se obter a captura máxima sustentável para aquela espécie¹⁶. Aliando-se ao fato a intensificação da utilização de artes ou práticas reconhecidamente predatórias (como o caso da pesca de mergulho), tem-se como resultado dessa situação a depleção dos estoques desses recursos pesqueiros.

Fonteles-Filho (1979) tem alertado para a elevada taxa de exploração dos estoques lagosteiros no Nordeste Brasileiro. Afirma que, a partir de 1972, esse crescimento tem colocado em perigo a capacidade de renovação dos estoques, e que as consequências desse aumento desordenado do **esforço de pesca**, evidenciados pela diminuição do índice de abundância (CPUE) e do nível ótimo de produção máxima sustentável, são: "...a elevação da taxa de mortalidade e o desequilíbrio na estrutura etária, favorecendo uma participação predominante dos indivíduos jovens e decréscimo relativo dos indivíduos adultos e reprodutores, na população" (FONTELES-FILHO, 1979; p.1-2).

E foi a partir dos anos 70, com a crescente pressão sobre os estoques lagosteiros no Nordeste do Brasil, em razão do aumento quantitativo do esforço de pesca, bem como pela prática excessiva de apetrechos e métodos predatórios aplicados sobre essas populações, que se exigiu da SUDEPE, àquela época o organismo federal responsável pela ordenação da exploração dos recursos pesqueiros nacionais, a adoção de medidas e regras de gerenciamento visando à regulamentação da pesca de lagostas.

¹⁶ Segundo o relatório do último GPE da lagosta (novembro de 1994), os valores ótimos para os parâmetros da pesca da lagosta (espécies em conjunto), seriam: $E_{otm} = 25$ milhões de covos-dia; $CPUE_{otm} = 0,40$ kg/covo-dia e; $CMS = 9.000$ ton./ano. Os valores obtidos com os dados dos desembarques efetuados em 1993 foram: esforço de pesca padronizado, incluindo as artes covo e caçoeira, segundo a expressão $f_p = f_c + ICExf_r$ (Fonteles-Filho, 1989), foi $f_p = 87,6$ milhões de covos-dia; $CPUE = 0,12$ kg/covo-dia; para uma produção de 7.992 ton./ano (IBAMA, 1994b). Essa situação retrata um estado de sobre-pesca, já que o esforço, 250% superior ao valor ótimo, foi inversamente proporcional à produção.

Por essas razões, o Brasil, a partir de 1975, à semelhança dos demais países¹⁷ que também possuíam em suas plataformas bancos lagosteiros explorados comercialmente, passou a estabelecer medidas limitadoras, com a finalidade de proteger seus estoques em seus pontos mais vulneráveis, quais sejam; os indivíduos jovens, fêmeas ovadas e a reprodução.

As seis normas baixadas com o fim de proteção desses estoques foram: 1- Fechamento de estações de pesca (defeso); 2- Fechamento de áreas de pesca (proteção de áreas de criatórios naturais); 3- Limites de tamanho mínimo de captura das espécies; 4- Restrições sobre apetrechos de pesca; 5- Controle de acesso à pesca (limitação da frota) e; 6- Proteção aos reprodutores (lagosta ovígera). Segundo o IBAMA (1994a), entre as medidas ordenadoras impostas ao gerenciamento da pesca da lagosta aquela que passou a produzir um maior impacto socioeconômico ao setor foi o "Fechamento de estações de Pesca" - o defeso¹⁸.

Desde o seu estabelecimento, através da Portaria SUDEPE/nº 623, de 07 de dezembro de 1975, esta interdição anual tem passado por vários períodos e épocas distintas. Ocorreram paralisações de 60, 90 e até 120 dias, variando entre os meses de março a abril, dezembro a janeiro, dezembro a fevereiro, dezembro a março e, a partir da Portaria nº 2.164, de 29 de outubro de 1990, até a presente, de nº 137/94, de 12 de dezembro de 1994, de janeiro a abril, conforme estabelecem seus:

Art.1º- Proibir o exercício da pesca da lagosta vermelha [*Panulirus argus*] e lagosta cabo verde [*P. laevicauda*], anualmente, no período de 01 de janeiro a 30 de abril, no mar territorial brasileiro [faixa de doze milhas marítimas] e na Zona Econômica Exclusiva brasileira [faixa que estende das doze às duzentas milhas marítimas].

§ 1º- Tolerar-se-á o desembarque das citadas espécies somente até o dia 31 de dezembro de cada ano, data em que as embarcações devem retornar, da faina pesqueira, com todos os covos conduzidos em sua última saída.

§ 2º- É concedido o prazo de 03[três] dias para que as mencionadas espécies desembarcadas sejam transportadas, por terra, até os frigoríficos ou empresas processadoras, desde que possuidoras do certificado do Serviço de Inspeção Federal - SIF.

§ 3º- Permitir-se-á a largada das embarcações lagosteiras, devidamente licenciadas, a partir de 00:00 [zero hora] do dia 1º de maio de cada ano.

Art.2º- As pessoas físicas ou jurídicas que atuam na captura, conservação, beneficiamento, comercialização ou industrialização de lagostas deverão fornecer às Superintendências Estaduais do IBAMA, até o dia 07 de janeiro,

¹⁷ Segundo Teixeira (1992), as medidas colocadas em vigor na Austrália, além de muito rígidas, como um defeso de 135 dias no ano (01/07 a 14/11), visam a proteção dos indivíduos imaturos e a manutenção do esforço de pesca naquele nível ótimo da produção sustentável. Tal prática tem mantido a produção anual estável com crescimento médio em torno de 1,8%.

¹⁸ Entre as comunidades pesqueiras artesanais litorâneas, esse período de interdição da pesca de lagosta é vulgarmente chamado de "paradeiro".

relação detalhada do estoque de lagosta existente no dia 03 de janeiro (Publicada no DOU de 13/12, Seção I, pag. 19372).

Esta medida tem como objetivo primordial proteger a espécie na época de maior atividade reprodutiva, dando possibilidade a que os indivíduos tenham um período de crescimento sem serem capturados e reduzindo o nível do esforço aplicado à pesca (IBAMA, 1994b).

Todas as medidas de proteção à pesca de lagostas estão baseadas no conhecimento científico dos estudos e recomendações do Grupo Permanente de Estudo (GPE) da lagosta, principal fórum técnico de análise e debates da problemática da pesca de lagostas, organizado e coordenado atualmente pelo IBAMA. Em sua última reunião anual, ocorrida de 21 a 25 de novembro de 1994, o subgrupo de Bioecologia/Tecnologia recomenda que o período de defeso seja transferido para os meses de fevereiro a maio. Os últimos resultados das pesquisas apresentadas nessas reuniões demonstram ser essa a época mais indicada e o período mínimo, 120 dias, necessários para o alcance dos objetivos desejados (IBAMA, 1994b).

As medidas regulamentares, principalmente o período do defeso, são necessárias para a manutenção dos estoques em níveis economicamente exploráveis, pois, segundo o IBAMA (1994a), a oferta de lagosta está ameaçada pela sobrepesca e pela pesca predatória, que ocorrem em razão da desobediência às recomendações das medidas de ordenamento da pesca. Entretanto, essas normas atingem mais diretamente, através de seu impacto socioeconômico, à categoria dos pescadores artesanais, por serem o vetor mais descapitalizado do segmento produtivo - empresários, armadores, comerciantes e/ou intermediários e pescadores - e o menos amparado pelo modelo econômico vigente em nosso País. Assim sendo, além de ficarem sem pescar por quatro meses, no período do defeso, esses profissionais são direcionados compulsoriamente para o uso de aparelhos de pesca predatórios, em decorrência da pequena autonomia de mar e insuficientes condições físico-estruturais de suas embarcações, que limitam o pleno exercício de pescarias com o emprego de covos.

A prática predatória é estimulada indiretamente pelo segmento industrial, pois grande parcela das empresas do setor não investem na aquisição de embarcações lagosteiras, em virtude dos seus altos custos de manutenção, preferindo dessa maneira financiar a armadores e intermediários locais, que repassam esses custos aos pescadores, fomentando a atividade com a aquisição de caçoeiras e equipa-

mentos de mergulho. É dessa forma que a problemática da lagosta caminha ao lado da questão social desse segmento produtivo, que, em algumas regiões, tentam de todas as maneiras, via associações de classe e a políticos sem consciência ecológica, a liberação da pesca da lagosta com o uso de caçoeira e compressores.

Atualmente, com a finalidade de buscar opções que amenizem a prática da pesca predatória, o IBAMA, através de seu núcleo de educação ambiental, procura o envolvimento da sociedade na defesa do meio ambiente, desenvolvendo um trabalho de educação nessa área, no período do defeso da lagosta, junto aos Municípios litorâneos, com a distribuição de "*spots*" nas rádios, adesivos, *folders* e reuniões nas comunidades (IBAMA, 1994b).

Segundo o IBAMA (1994a), o maior impacto e alcance socioeconômico referente ao período do defeso está nos transtornos sociais de extrema gravidade, produzidos pelo desemprego temporário de 200 mil pessoas que sobrevivem direta ou indiretamente dessa atividade, principalmente no Ceará, onde se concentra a maior parte da produção. Estima-se também que o prejuízo do segmento empresarial é da ordem de US\$ 50 milhões, em divisas, com as paralisações das exportações de lagostas.

Mas, é no período do defeso que os empresários, através de seu balancete anual, contabilizam seus lucros e planejam a nova temporada de pesca, enquanto exercitam os procedimentos de manutenção e recuperação do seu parque industrial. Por outro lado, os armadores e intermediários, através de sua acumulação de capital com a atividade, gozam férias, enquanto direcionam seus recursos para as aplicações financeiras bancárias, ou dedicam-se, temporariamente, à exploração de outros recursos pesqueiros, tais como a pesca do peixe e do camarão.

Todavia, o segmento mais descapitalizado do setor, os pescadores, estes sim, não podem ficar sem trabalho, pois suas receitas obtidas durante a pesca da lagosta não são suficientes para enfrentar o período do defeso (dados apresentados no segmento seis, desse relatório). Assim sendo, procuram outras estratégias, percebendo ganhos inferiores ao da pesca da lagosta, e, muitas vezes, comprometendo a sobrevivência da própria família. Alguns desses migram para outros Estados à procura de trabalho na pesca, ou procuram ocupação temporária na construção civil. Entretanto, estão na pesca do peixe e do camarão as opções mais buscadas nesse período, por aquelas comunidades pesqueiras, que possuem certa tradição nesse tipo de pesca (LIMA, 1993). Atualmente, as maiores dificuldades encontradas por es-

ses profissionais estão na realocação da frota lagosteira, para esses tipos de pesca (FONTELES-FILHO, comunicação verbal).

Conforme o IBAMA (1994a), a mesma perturbação se passa no setor empresarial, onde os pescadores assalariados¹⁹, possuidores de carteira do Ministério do Trabalho devidamente assinada, são, em sua maioria, rigorosamente apenados, pois, quando dispensados de seus serviços, devido ao defeso, não recebem indenizações, tão pouco o seguro-desemprego. Suas contribuições previdenciárias são interrompidas juntamente com a contagem de tempo para fins de aposentadoria marítima, além de não receberem o décimo terceiro salário integral, visto que não completam um ano de serviço contínuo. Dessa tribulação, escapam apenas aqueles profissionais com uma especialização adequada, responsáveis pelo sucesso das pescarias e dos lucros das empresas, que são, os patrões de pesca, os quais exercem a função de mestre das embarcações. Mesmo assim, diariamente eles são obrigados a ir ao local de trabalho, ficando disponíveis para qualquer tarefa que os administradores da empresa lhes queiram determinar.

Pelo exposto, certifica-se que é durante o período do defeso que a categoria dos pescadores artesanais e suas comunidades passam por seus piores momentos socioeconômicos, principalmente àquelas onde sua economia gira basicamente em torno da pesca de lagosta. Em Redonda, o fato é agravado pelo direcionamento dado ao setor artesanal, que, na comunidade, se especializou na pesca de lagostas, desde a década de sessenta. Nesse período de interdição da pesca de lagostas, a fome circula as praias de Icapuí, que, no ano de 1993, capturou 265 toneladas do produto (IPLANCE, 1994b).

Na comunidade de Redonda, quando se procurou levantar seus principais problemas através de entrevistas com os pescadores e suas principais lideranças locais, formais e não formais, observou-se que, entre as questões mais comentadas, sobressaiu-se a estagnação econômica e social da comunidade no período do defeso.

Contrapondo-se a esse período, ficou evidenciado que entre os meses de maio e dezembro acontece a estação da pesca da lagosta, quando, em virtude da alta cotação do produto, todos os pescadores participam da exploração, na esperança de aumentar sua renda. A comunidade vive de forma ativa, o comércio local in-

¹⁹ Segundo o IBAMA, esse segmento representa apenas 30% do total envolvido com a atividade lagosteira.

tensifica suas atividades, as famílias se abastecem com praticamente todos os principais gêneros alimentícios e adquirem até bens considerados supérfluos (antenas parabólicas). Ao contrário, no defeso, janeiro a abril, a situação inverte-se. Os pescadores recusam-se a pescar peixes sob a alegação de trabalharem muito e a atividade não render nada. "A gente passa todo o ano acordando de madrugada, chegando tarde da noite e quando chega o paradeiro a gente sofrer mais ainda, pra não ganhar nada! Não pode ser assim não" (pescd. analfab., 24 anos). Outros admitem não saber mais "pescar peixes" e, assim, grande parcela da força de trabalho fica desocupada.

Segundo dados de um cadastramento, realizado em 1991, sobre nascimentos e óbitos do Município, levantados pela Secretaria de Saúde Pública e Saneamento de Icapuí, conjuntamente com a frente Nacional de Trabalho da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina, verificou-se que, dos 24 óbitos infantis ocorridos nesse ano, 12 casos concentraram-se na comunidade de Redonda, e que a grande maioria aconteceu nos meses de março a maio, período correspondente ao final do defeso da lagosta, em que se agravam as dificuldades financeiras das famílias. Segundo Berra (1992), em Redonda existem duas comunidades em uma, comparando-se os dois períodos distintos, o do defeso e o da liberação da pesca de lagostas.

Tomando conhecimento dessa realidade, e de posse do levantamento inicial das dificuldades enfrentadas pela comunidade, foram elaboradas três situações problemas, possíveis de estudo. Estas foram apresentadas à comunidade em reunião da associação de moradores e, juntamente com suas lideranças formais, elegeu-se àquela que se apresentava como de maior importância e que poderia sugerir opções para amenizar os problemas vividos por seus residentes, naquele período. Dessa forma, decidiu-se pesquisar qual o papel do intermediário²⁰ nos problemas socioeconômicos do período de defeso da pesca de lagosta em Redonda.

Levando em consideração o problema a ser investigado, definiu-se como objetivo geral identificar e analisar, juntamente com a comunidade, as relações existentes entre intermediários e pescadores artesanais em Redonda, e suas implicações e/ou consequências nos problemas socioeconômicos emergentes no período de defeso da pesca de lagostas.

²⁰ Os agentes da intermediação envolvidos nessa pesquisa são, principalmente, os "os barraqueiros", caracterizados no segmento seis desse relatório.

Para chegar-se a esse objetivo, necessário se fez:

- (a) levantar os problemas socioeconômicos do período de defeso da pesca de lagostas;
- (b) levantar todo o processo de comercialização na pesca de lagostas na comunidade de Redonda;
- (c) identificar a relação: intermediários X problemas do defeso (na perspectiva da comunidade) e;
- (d) encontrar, junto com a comunidade, opções que possibilitem a geração de renda, amenizando os problemas das famílias dos pescadores no período do defeso.

Esses foram os objetivos que procuramos perseguir e que tiveram como base conceitual os referenciais teóricos apresentados no próximo capítulo deste trabalho acadêmico.

4 A INTERMEDIACÃO NA COMERCIALIZAÇÃO: o quadro teórico de análise

Esse estudo tem como cenário econômico principal a comercialização. Esta, por sua vez, está inserida nas principais teorias econômicas²¹, pois tem como princípio fundamental a troca e a circulação de bens. Assim sendo, inicia-se o presente com a conceituação e as principais características dessas teorias, seguindo-se das definições de capital e trabalho, segundo seus principais defensores. Por fim, delinea-se o papel representado pela intermediação no processo de comercialização.

As teorias econômicas sempre se revestiram de alto grau de abstração no que tange à realidade, fortemente apoiadas no raciocínio dedutivo. A construção de modelos caracteriza a teoria econômica desde os dias de Adam Smith - passando por David Ricardo, Karl Marx, John M. Keynes, entre outros - até o presente, e é utilizada tanto na formulação da teoria da previsão-explicação dos fenômenos econômicos, quanto na aplicação prática dessa teoria na avaliação desses fenômenos (BRÉMOND, 1988).

Segundo Hunt et all (1985), os sistemas econômicos estabelecem as bases para que o esforço humano transforme os recursos dados pela natureza em artigos úteis, em bens econômicos. Ele afirma que as ideologias constituem sistemas de ideias e crenças destinadas a justificar moralmente as relações econômicas e sociais que caracterizam determinado sistema econômico.

A grande maioria dos autores econômicos define capitalismo como o sistema em que os meios de produção (matéria-prima, materiais auxiliares, máquinas etc.) são de propriedade da pessoa ou grupo de pessoas que investem em capital. Os proprietários dos meios de produção, isto é, o capitalista, contrata o trabalho de terceiros, para a produção de outros bens que, depois de vendidos, lhe permitem recuperar o capital investido e obter um excedente, que é chamado de lucro (SCHUMPETER, 1970; HUNT et all, 1985; BRÉMOND, 1988; & BOTTOMORE, 1993).

Para Schumpeter (1970), o capitalismo manifesta-se no momento em que se distanciam no tempo e no espaço os atos de produção e de venda, exigindo participação do **intermediário**, que compra mercadorias do produtor para vendê-las, com lucro, ao consumidor final. As trocas já não são diretas, como na economia natural do

²¹ Para esse contexto essas teorias foram divididas e definidas como: capitalistas e socialistas

mundo medieval, e a presença do intermediário financeiro dá origem à economia monetária de trocas, ou seja, ao **sistema comercial**, base inicial do capitalismo.

Segundo Marx (1971), existem duas características essenciais que diferenciam o capitalismo de outros sistemas econômicos: primeiro, a separação do produtor dos meios de produção, dando origem a uma classe de proprietários e a uma classe de trabalhadores e, segundo, a infiltração do mercado, ou do **nexo monetário**, em todas as relações humanas, tanto na esfera da produção quanto na esfera da distribuição. O Autor demonstra que a célula do capitalismo é a mercadoria.

Outra característica marcante que diz respeito ao capitalismo é o seu **modo de produção**²². Neste, a propriedade privada dos meios de produção, que determina o caráter das relações de produção, está sob o domínio de uma classe - os capitalistas. Do outro lado, está a classe dos trabalhadores que não possuem a propriedade dos meios de produção, mas dispõem de sua força de trabalho para vender e contratar, tendo liberdade para assim fazê-lo (BOTTOMORE, 1993). O surgimento do capitalismo só ocorreu, na concepção moderna e exata do termo, quando se iniciou tal modo de produção.

Já o sistema socialista de produção baseia-se na propriedade coletiva dos meios de produção. O capital das empresas não é propriedade privada, mas pertence à coletividade, representada pelo Estado. O socialismo não pressupõe a abolição total da propriedade privada, a qual atinge, somente, os meios de produção (bens de capital), que passam ao domínio público, mantendo-se a propriedade individual dos bens de consumo e de uso, inclusive de moradias.

No sistema socialista, não há o capital particular que aufere lucro; nele o estímulo que dinamiza a economia deverá ser o ideal do progresso, o desejo coletivo de alcançar níveis mais elevados de bem-estar econômico e social. As decisões sobre o objeto, o volume e os preços da produção escapam à alçada do administrador da empresa socialista, constituindo metas estabelecidas no planejamento governamental (BOTTOMORE, 1993).

Para Hunt et all (1985), o socialismo é uma teoria socioeconômica e uma prática política que pretendem abolir o conflito social, criado ou aprofundado pela Revolução Industrial da segunda metade do século XVIII, entre a burguesia, proprietária

²² Para uma melhor compreensão sobre o conceito e a composição de modo de produção, queira ver: "Conceito de modo de produção", de Philomena Gebran(coord.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

dos meios de produção, e, por outro lado, os trabalhadores que vivem de alugar sua força de trabalho.

Segundo a análise econômica de Marx (op. cit.), o socialismo diferencia-se fundamentalmente do capitalismo porque leva em consideração as ligações entre estruturas sociais e econômicas. O **aspecto econômico** torna-se assim inseparável de uma análise **global da sociedade**. Toda a sociedade vive e transforma-se, e é este movimento, e em particular suas principais mutações, que estão contidas na fundamentação da teoria socialista.

Observa-se, portanto, que o socialismo concentra seu ideal no homem, não pela sua condição de indivíduo, mas por ser membro da sociedade. Essa concepção fundamental traduziu-se de várias formas, nas diversas manifestações do socialismo, tendo como objetivo principal, em todas elas, estabelecer um sistema econômico no qual a sociedade será responsável pelo modo como serão usados os meios de produção (BOTTOMORE, 1993).

As teorias econômicas aqui apresentadas possuem critérios e posicionamentos distintos relativamente aos conceitos oferecidos para **capital** e **trabalho**, pilares de todo e qualquer sistema econômico, em seus diversos setores, principalmente na comercialização.

Na concepção da teoria capitalista, o termo **capital** é utilizado para representar um bem ou grupo de bens que o indivíduo possui como riqueza. O capital poderá significar também uma soma de dinheiro a ser investida de modo que produza uma taxa de retorno, ou indicar, ainda, o próprio investimento - ações, títulos em geral, moedas externas etc. Dependendo de sua natureza, esse capital está sempre relacionado a uma remuneração, que pode ser expressa por uma participação nos lucros ou por uma taxa de retorno, que representa os juros do **capital**. Essa expressão torna-se ainda mais ampliada, na medida em que os economistas ditos capitalistas a estendem para representar qualquer tipo de bem que possa ser usado para gerar um fluxo de renda ao seu proprietário, ainda que seja apenas potencialmente (BRÉMOND, 1988).

Na percepção dos economistas socialistas, o **capital** surgiu (iniciou sua acumulação) através da poupança do trabalhador privado, e um de seus maiores formadores iniciais é o **comércio**, juntamente com o fisco e a usura. O comércio cria uma grande riqueza monetária, e é juntamente com ele que o **capital** passa a adquirir

sua verdadeira fisionomia (FIORAVANTE, 1978; BOTTOMORE, 1993). De acordo com Marx (1971, p.165), essa afirmação baseia-se na premissa de que

...a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital.

De acordo com Marx (1987), o **capital** é constituído pelos instrumentos de trabalho, as matérias-primas e os meios de subsistência necessários para produzir novas matérias-primas e novos instrumentos de trabalho. Todos esses elementos, que são criações do trabalho, produto do trabalho, é que constituem o capital. Mas o capital não se compõe apenas desses elementos,

...compõe-se ainda de valores de troca. Todos os produtos que o constituem são mercadorias. Deste modo, o capital não é apenas um conjunto de produtos materiais, mas ainda um conjunto de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais. O capital é também uma relação social de produção (MARX, 1987; p.32).

Na realidade, segundo o pensamento de Marx, o capital não é um "**objeto**", mas uma relação social que adquire forma de **objeto**, seja este mercadoria ou dinheiro. Como relação social, é um fenômeno dinâmico, que percorre um circuito no qual assume formas e funções especializadas em diferentes pontos e em cada fase deste circuito. Dessa forma, o capital possui uma classificação complexa, que não é passível de uma definição simples, e, grande parcela da obra de Marx foi dedicada à exploração de suas múltiplas expressões²³ como: capital total, capital constante, capital variável, capital produtivo, capital industrial, capital comercial e capital mercantil.

Com relação ao termo "**trabalho**", num sentido amplo, é toda atividade humana que transforma a natureza a partir de certa matéria dada. Segundo os elementos da teoria capitalista, **trabalho** é uma atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa desenvolvida pelo homem, geralmente com o auxílio de instrumentos, sobre a matéria bruta ou sobre a matéria-prima, tendo em vista a produção de bens (valores), sob a forma de objetos ou serviços. É um dos elementos da **produção**, juntamente com o **capital** e o empresário. Como o objetivo último da produção é a riqueza - acumulação de bens²⁴ - e, para que haja riqueza, o **trabalho** não pode se limitar a atender apenas às necessidades

²³ Ver em Marx (1971), volumes 1; 3 e 5 as diversas variações e classificações do "capital".

²⁴ Segundo Ianni (1992), a acumulação capitalista é um processo diário de apropriação do excedente da força de trabalho (que produz mais-valia), o que, deduzindo-se as despesas, o capitalista reconhece como lucro.

sociais imediatas, mas a passar a produzir um excedente suscetível de transformar-se em riqueza (PARIAS, 1965).

Na sociedade capitalista, o **trabalho** é o princípio de toda riqueza que o homem adquire. O produto do trabalho, a mercadoria, tem como objetivo a comercialização e a troca, passando a ser avaliado em moeda, criando a ideia de que é o dinheiro o grande produtor da vida material e não o trabalho (BRÉMOND, 1988).

Considerado como uma condição da existência humana, o **trabalho**, segundo Marx, é antes de tudo um processo que se passa entre o homem e a natureza, processo este em que o homem assegura, regula e controla, através de sua própria atividade, a troca de matérias com a natureza. Essa interação dá-se através do processo de **trabalho**, entendido como a atividade social resultado da combinação do **objeto**, dos **meios**, da **força** e do **produto** do trabalho, e que está dominado pelas leis físicas da natureza e da tecnologia (MARX, 1971).

O **objeto** do trabalho é a matéria que sofrerá um processo de transformação através da atividade humana; matéria bruta, que provém diretamente da natureza em seu estado natural, e a matéria-prima, que sofreu alguma modificação através de um processo de trabalho. Os **meios** de trabalho são os instrumentos que o homem utiliza para realizar a transformação do objeto. Num sentido mais amplo, compreendem todas as condições materiais que são indispensáveis para a realização do processo de transformação (terra, indústria, estradas, transportes etc.). O **objeto** mais os **meios** de trabalho constituem os **meios de produção**²⁵. Marx chamou de **força de trabalho** à energia humana gasta no processo de conversão, não devendo esta ser confundida com o trabalho propriamente dito, que é o rendimento da força de trabalho. O resultado final de todo esse processo de produção é o **produto**, um valor de uso, criado pelo trabalho, pois responde a necessidades humanas determinadas (FIORAVANTE, 1978; BOTTOMORE, 1993).

Pelo exposto, conclui-se que o conceito de trabalho está inserido num processo social que envolve elementos abstratos e concretos em todas as suas etapas, tendo nelas o homem como o seu principal ator, esse ator que, primitivamente, se contentava com o que produzia. Com o passar dos tempos, foram surgindo novas necessidades que não podiam ser satisfeitas isoladamente pelos diversos grupos

²⁵ É bom frisar que alguns autores empregam indiferentemente os termos “meios de produção” e “meios de trabalho”, o que de certo modo pode ocasionar uma divergência na análise.

sociais. Passou-se, então, à troca dos bens desnecessários, excedentes ou supérfluos para certos grupos, em seguida, com o surgimento da moeda, mercadoria-padrão para compra e venda.

O aparecimento da moeda deu lugar ao surgimento de uma atividade específica, que consiste em por em circulação as mercadorias, adotando o mecanismo de compra e venda, chamada de comércio (MARTINS, 1991), e apresenta como figuras centrais as pessoas (físicas e jurídicas) que servem de intermediárias entre os produtores e consumidores, chamadas comumente de comerciantes. Segundo ainda o pesquisador, são três as características básicas de um comerciante: a intermediação, a especulação e a profissionalidade, definida esta como uma maneira **habitual** de desenvolver a mercancia. E adianta que uma das qualidades indispensáveis à comercialização é a **intermediação**. Por esta, entende-se o fato de estar o comerciante colocado entre o produtor e o consumidor, aproximando-os e facilitando as trocas, no processo econômico da circulação das riquezas (MARTINS, 1991; FÜHRER, 1992).

No sentido econômico, comerciante é o profissional que se destina a colocar em circulação a riqueza produzida, estabelecendo um elo entre produção e consumo, agilizando as trocas, com fins de lucro (FÜHRER, 1992).

No sentido clássico, "comerciante é a pessoa, natural ou jurídica, que realiza, em caráter profissional, atos de intermediação, com o intuito de lucro" (GELLA, apud; MARTINS, 1991; p.23).

Para Martins (op.cit., p.31), a teoria mais aceita para uma melhor compreensão está naquela que define como comerciante "...a pessoa que profissionalmente presta serviços ou realiza atos de intermediação, com o intuito de lucro".

De acordo com Führer (1992), o ato comercial se inicia quando alguém, colocando em circulação o bem que produz, vende-o a outra, por um preço superior ao seu custo, o que atesta o **intuito de lucro**. A partir daí, passando por um ou mais intermediários, até chegar ao consumidor final, este intuito de lucro vai se repetindo na diferença entre o preço de aquisição e o preço da revenda. Esta diferença é o que se define como **margem de comercialização**, a qual deve cobrir os custos da comercialização²⁶, os **riscos do comércio**²⁷ e deve produzir uma margem de lucro.

²⁶ Remuneração do trabalho do comerciante e dos que trabalham para ele; ao emprego do capital; a conservação em estoque das mercadorias e/ou a outros encargos que os onerem.

Por essas razões justifica-se a diferença entre os preços de compra e revenda serem sempre desiguais. Daí concluir-se que a atividade comercial (leia-se intermediação) é quase sempre **especulativa**, ou seja, o comerciante sempre visa a vender por mais o que adquiriu por menos, muito embora, às vezes, em algumas ocasiões especiais, essa margem de comercialização não represente "lucro" e sim "prejuízos".

Em Economia Rural, o tema comercialização tem sido empregado, preferencialmente, com um enfoque mais abrangente do que aquele usualmente adotado em Administração de Empresas. Tal visão leva a implicações políticas, pois são vários os aspectos sociais envolvidos (BARROS, 1987; RYAN, 1974).

Por comercialização, Brandt (1979, p.11) entende "o desempenho de todas as atividades necessárias ao atendimento das necessidades e desejos dos mercados, planejando a disponibilidade da produção, efetuando transferência de propriedade de produtos, promovendo meios para sua distribuição física, e facilitando a operação de todo o processo de mercado". O Autor afirma que "...o termo comercialização pode ser interpretado de diferentes maneiras. Num dos extremos existe a tendência de equiparar comercialização com todas as limitações imagináveis do intermediário tradicional" (BRANDT, 1980; p.16), em razão, provavelmente, da flexibilidade deste último em atuar de várias formas e nos diversos níveis da comercialização. Ele considera o sistema de comercialização como o mecanismo primário para coordenação das atividades de produção, distribuição e consumo. E sobre este prisma o sistema inclui as atividades de intercâmbio associadas com transferência dos direitos de propriedade e manipulação dos produtos.

Nesse sentido, segundo Steele (1971, p.23) a comercialização agrícola "...envolve todas as atividades, funções e instituições necessárias à transferência de bens e serviços dos locais de produção aos de consumo".

Já para o corpo docente de comercialização da Universidade do Estado de Ohio, Columbia, In: Steele (1971, p.24), "comercialização é o processo social através do qual a estrutura de demanda de bens e serviços econômicos é antecipada ou ampliada e satisfeita através da concepção, promoção, intercâmbio e distribuição física de tais bens e serviços".

²⁷ Segundo Martins (1991), trata-se do risco de adquirir mercadorias e não encontrar quem comprar, quando as mesmas se deterioram, ou quando, por qualquer motivo elas perdam seu valor total ou parcial.

Para Barros (1987, p.6), "a comercialização é um processo social que envolve interações entre agentes econômicos através de instituições apropriadas...". Segundo ainda o autor, uma destas importantes instituições no sistema de comercialização é o "mercado". Este é dito como o **local** onde operam as forças da oferta e procura, através de vendedores e compradores, de tal maneira que ocorra a transferência de propriedade das mercadorias.

Para qualquer tipo de mercadoria, pode-se falar em diferentes níveis de mercado (BRANDT, 1987). Assim, no caso de produtos da pesca, costuma-se referir ao mercado do produtor, mercado atacadista e mercado varejista. O mercado do produtor é aquele em que os pescadores oferecem sua produção aos intermediários. O mercado atacadista refere-se àquele segmento do mercado onde as transações mais volumosas têm lugar. Nesse nível ocorrem fundamentalmente transações entre intermediários. O mercado varejista é aquele onde os consumidores adquirem os produtos e subprodutos pesqueiros. Os varejistas que colocam a mercadoria no momento, na forma e no lugar desejado pelos consumidores, constituem-se no último elo da cadeia de intermediários envolvidos no processo de comercialização. Assim sendo, a estrutura de mercado no qual o produto está inserido influencia diretamente na conduta do intermediário, fazendo com que este passe a interferir mais na determinação de preços (BARROS, 1987).

Pelas definições apresentadas, verifica-se que a comercialização realiza uma série de atividades ou funções através das quais bens e serviços são transferidos dos produtores aos consumidores, tendo como principal protagonista o intermediário, em seu papel de dirigir a corrente de produtos e serviços até o consumidor final. Essas atividades podem resultar na transformação dos bens, mediante utilização de recursos produtivos - **capital** e **trabalho** - que atuam sobre a matéria-prima.

Uma das características essenciais do **capital** é o seu permanente movimento em busca de maior valorização. É com esse sentido que seus detentores o aplicam tanto na esfera da produção como no da circulação, ou em ambas, dependendo do grau de desenvolvimento da sociedade, da prevalecente divisão social do trabalho, das particularidades da economia local e, em particular, da expectativa de maior lucro.

Kay, (1977, p.115-121) identifica duas tendências influentes do capital comercial, quais sejam: a) de caráter geral, que é "causar empecilho ao desenvolvimento da produção" e b) mais específica, relacionado ao "retardamento do progresso". Em

seguida, o Autor mostra como se dá a ambivalência destas posições em relação à dinâmica do processo de desenvolvimento da sociedade, enfatizando que, ao estimular a produção mercantil, o capital comercial freia o progresso que poderia ser alcançado pela dinamização das forças produtivas, ao mesmo tempo em que se apropria de parte do produto excedente na esfera da circulação. Segundo esse autor, nos países subdesenvolvidos, dito capital mantém sua dominação sob outras formas, em parte em decorrência da oposição que apresenta frente ao capital industrial. Para ele, as peculiaridades do capital comercial surgem dos diferentes modelos que o "capital" assume nas distintas etapas de seu ciclo, realizando seus lucros e acumulações mediante atos comerciais, mas que sua fonte principal de lucro continua sendo a produção. Sem ela não existe circulação comercial. E conclui que as esferas da produção e da circulação resultam distintas, mas são inseparáveis, o mesmo acontecendo com as duas formas de capital que estão em atividades com elas.

Segundo Ciafardini (1978), o capital comercial - ou simplesmente o capital-moeda, desembolsado pelo comerciante - que faz parte do capital total, se encontra fora da esfera da produção, mas está envolvido com as atividades produtivas da esfera da circulação, tais como transporte, beneficiamento e armazenamento. É esse capital que proporciona a movimentação das atividades do processo de comercialização na pesca artesanal.

Na opinião de Ribeiro-Neto (1993), a pesca artesanal como atividade econômica, em virtude da sua baixa capitalização, é remetida para o setor de subsistência e, dentro dessa perspectiva, sua subordinação ao **capital comercial** faz determinar "...um padrão de produção atrasado devido ao lento desenvolvimento das forças produtivas" (RIBEIRO-NETO,1993; p.75). Segundo este autor, a comercialização da produção pesqueira cearense assume duas formas concretas, a saber: a primeira, subordinada às empresas de pesca, onde os empresários detêm o direito superior de determinar o preço do produto das pescarias e, a segunda, subordinada ao **sistema de intermediação**, onde o armador, fornecendo todos os bens de produção e insumos ao pescador, o obriga a entregar-lhe toda a produção excedente. Esse capital tem o poder de aglutinar os pescadores em torno desses intermediários, num padrão hierárquico de dependência.

Em outra pesquisa sobre a intermediação no sistema de comercialização da pesca, Fernando (1985), estudando as comunidades pesqueiras do Ceilão, obser-

vou que o principal objetivo do intermediário, que está ligado diretamente ao pescador, não é a maximização do preço e sim dos lucros totais. O procedimento desse "primeiro intermediário" é maximizar seu lucro pagando um preço compensador, em vez de um preço reduzido, para garantir um fluxo de oferta constante ao seu negócio, de forma que a maior quantidade de pescado comercializada garantirá maior margem de lucro. Tal sistema, a longo prazo, tem a desvantagem de poder gerar um processo de comercialização oligopsônica²⁸, dando origem a deformações graves no sistema de comercialização local.

De acordo com uma pesquisa realizada em 1980 pela SUDEPE, juntamente com a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), sobre margens de comercialização, envolvendo as 12 espécies mais correntes encontradas na produção das principais comunidades pesqueiras litorâneas do Estado, verificou-se que, em média, o pescador da Capital ficava com 71% da renda auferida pela venda do pescado, enquanto o dos demais municípios recebia apenas 52% dos interesses advindos da comercialização do produto. Com relação ao lucro líquido, o pescador e o intermediário ficavam com 61% e 32% respectivamente, em Fortaleza, e com 23% e 77% respectivamente, nas demais comunidades. A observação dos dados mostra claramente que o pescador residente na Capital é bem mais remunerado que os outros, enquanto esses, ficando mais descapitalizados do que os primeiros, tornam-se mais dependentes da malha da intermediação, cedendo maior parcela de seu excedente da produção.

Conforme recentes pesquisas realizadas sobre o setor pesqueiro artesanal, vários são os aspectos que contribuem para a dependência do pescador à rede de intermediação do setor, quais sejam: **(a)** o intermediário, na maioria das vezes, é o proprietário dos meios de produção e financia ainda todos os insumos básicos necessários ao custeio da faina²⁹ da pesca; **(b)** as estruturas essenciais ao escoamento e distribuição da produção (frigoríficos, armazéns, meios de transporte etc.) são, em sua grande maioria, propriedade dos intermediários; **(c)** reparos, manutenção e custeio das despesas com embarcações, motores e artes de pesca sujeitos a constantes avarias dadas as condições de uso; **(d)** a inexistência e/ou precariedade das vias de acesso necessárias ao escoamento da produção; **(e)** a omissão do Estado

²⁸ Em relação aos intermediários, no sentido da centralização do poder de compra na mão de poucas pessoas.

²⁹ São ações e atividades utilizadas no processo de obtenção da produção pesqueira.

na falta do crédito financeiro e do apoio às necessidades básicas do pescador nos processos de produção e comercialização e; (f) o intermediário atua como um prestador de serviços gerais ao pescador e sua família com o crédito e os favores na hora certa (BEZERRA, 1992; RIBEIRO NETO, 1993; TAHIM, 1993 & TIMM, 1993).

Mas, segundo Fonteles-Filho (1982), o maior problema do processo de comercialização na pesca artesanal não é a relação de dependência do pescador à rede de intermediação, mas a evasão sistemática da renda proporcionada pela atividade da pesca para fora das comunidades, em aplicações noutras atividades econômicas - comércio, investimentos imobiliários, poupança etc.-, não permitindo a geração de capital local para reinvestimentos no setor.

No próximo segmento, apresentaremos os principais procedimentos metodológicos percorridos para a obtenção dos indicadores quantitativos e qualitativos que fomentaram e deram sustentação à análise e à conclusão deste trabalho.

5 A PESQUISA: métodos e técnicas

A pesquisa procurou observar e identificar características dos fenômenos sociais e econômicos de uma comunidade de pescadores artesanais, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Assim sendo, ela identifica-se como um *survey* (levantamento) de acordo com Gil (1994), e é considerada como uma **pesquisa descritiva**, pois seu interesse maior está em narrar o que aconteceu, e não de explicar de que modo ou por que o fenômeno e/ou os fatos aconteceram (ALMEIDA, 1989 & RUDIO, 1995).

Pretendeu-se nesse estudo agir segundo o pensamento de Chizzotti (1995, p.85), quando, em relação as técnicas da investigação, afirma:

A pesquisa é uma criação que mobiliza a acuidade inventiva do pesquisador, sua habilidade artesanal e sua perspicácia para elaborar a **metodologia** [grifo nosso] adequada ao campo de pesquisa, aos problemas que ele enfrenta com as pessoas que participam da investigação.

Deve ser salientado que a definição do problema da investigação teve a participação direta da comunidade envolvida. Isto deu-se através de contatos, reuniões e entrevistas³⁰ com membros e principais lideranças formais e não formais da localidade, durante as visitas para o levantamento de área e estudo de realidade. Essa etapa foi concluída com a participação do autor como membro de uma equipe de professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), que realizaram na comunidade esse estudo prévio para o convênio do Projeto Memorial/UFC, que pretendia viabilizar ações de extensão rural em comunidades de pescadores artesanais. Durante esse levantamento, procurou-se saber e identificar os principais problemas a eles inerentes e suas possíveis soluções.

Nesse segmento, apresenta-se a localização, identificação e as particularidades da área de estudo, seguindo-se: do período em que ocorreu a sua efetivação; das técnicas de amostragem utilizadas; dos procedimentos e instrumentos utilizados na coleta dos dados; da operacionalização e definição das variáveis utilizadas e; dos métodos e técnicas de análise utilizados, necessários para o desenvolvimento, avaliação e conclusão da presente pesquisa.

³⁰ Adotou-se a técnica não estruturada, com auxílio de gravador (8 hs gravadas), utilizando uma abordagem participativa, com um total de 19 entrevistas individuais e 6 coletivas.

5.1 Unidade Geográfica de Análise

O estudo foi realizado numa região localizada no litoral leste do Estado do Ceará, de onde provém uma das maiores produções de lagostas do Estado, tendo o Município de Icapuí como um dos seus principais produtores (SUDEPE, 1988).

5.1.1 O Município

A área eleita para a investigação formal desse estudo foi a comunidade pesqueira litorânea de Redonda, localizada no Município de Icapuí, cuja denominação de origem indígena, significa "Canoa Veloz"³¹. Foi emancipado do Município de Aracati em 15 de janeiro de 1985, através da Lei nº11.003. Localiza-se na Região do Baixo Vale Jaguaribe, no litoral leste do Estado do Ceará-Brasil e faz parte da microrregião "litoral do Aracati". Limita-se ao Norte e Leste com o Oceano Atlântico, ao Oeste com Aracati, e ao Sul com o Município de Grossos-RN (Figura 5). Com uma área de 406 km², Icapuí possui 64 km de litoral(14 praias), indo de Aracati (a oeste) até o Estado do Rio Grande do Norte (a leste) (IPLANCE, 1995). O acesso à Capital, Fortaleza, dá-se via BR-116/BR-304/CE-261 (225 Km) ou via BR-116/CE-O40/BR-304/CE-261 (195 km).

De acordo com o IPLANCE (1994b), a população de Icapuí oscila em torno de 13.665 habitantes, sendo 5.101(37,3%) na zona urbana e 8.564(62,7%) localizados na zona rural. O Município está dividido em três distritos; Icapuí, Ibicuitaba e Manibu, onde estão localizados seus vinte e dois núcleos populacionais.

A principal atividade econômica do Município, desde sua criação, tem sido a pesca, que absorve 1.102 trabalhadores sem carteira profissional, o que implica dizer sem acesso ao seguro desemprego (ANDRADE, 1992). Segue-se da comercialização da castanha de caju, do coco da Bahia e do recebimento de *royalties* da PETROBRAS pela exploração do petróleo em sua área, uma das maiores do Estado (REIS, 1994). O destaque fica por conta da pesca de lagostas, que em 1993 foi responsável por 52,3% da produção do pescado (IPLANCE, 1994b), que ocupa a prin-

³¹ Para informações mais detalhadas sobre a história de Icapuí, queira ver "Canoa Veloz", de José Edmilson dos Reis et al. Fortaleza: Expressão, 1994.

principal atividade dos 1.126 chefes de família (49,5%) vinculados diretamente a esse setor (ANDRADE, 1992).

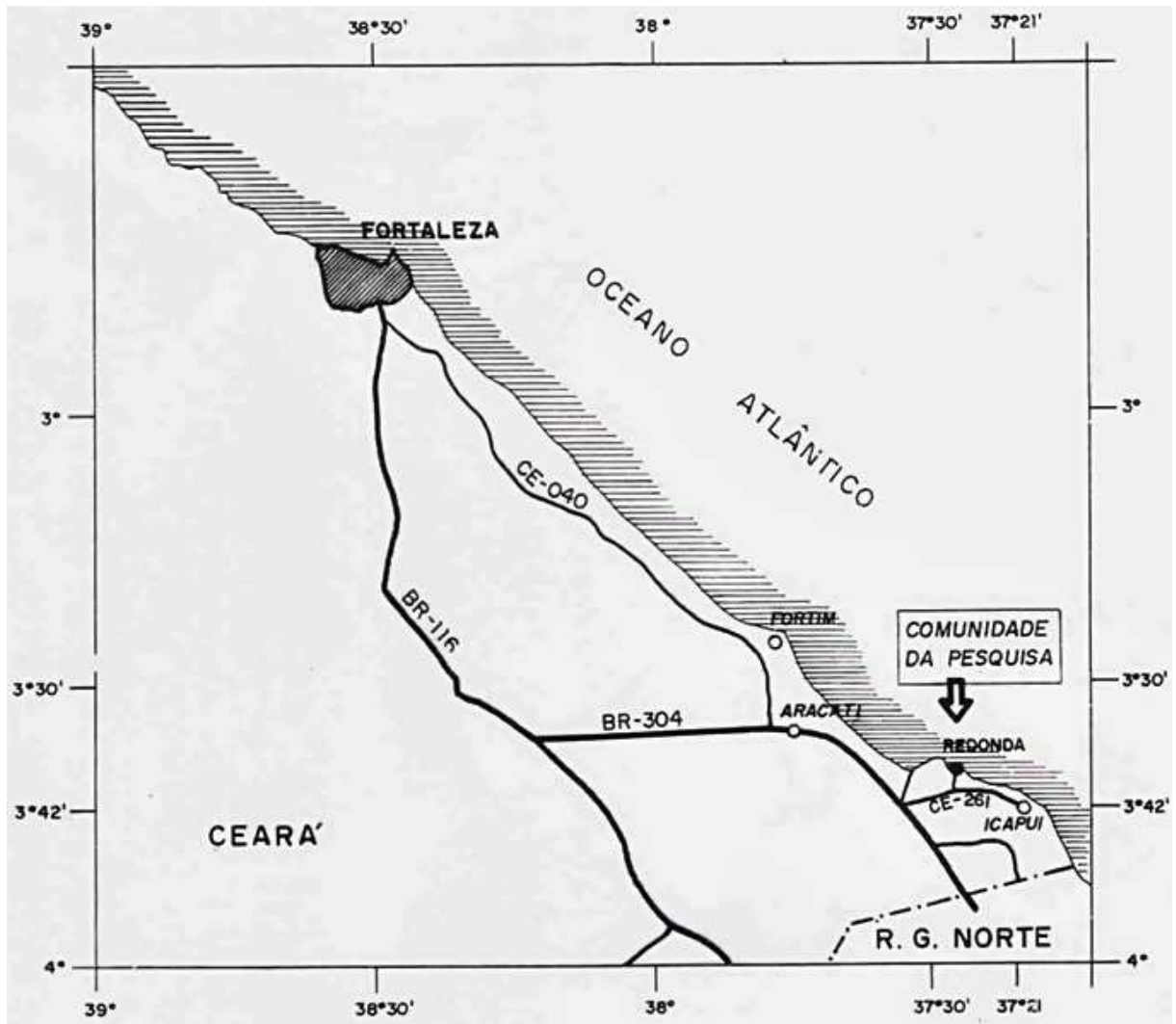


Figura 5: Acesso e localização geográfica de Icapuí e Redonda

Já o setor secundário possui como atividade principal a confecção de labirinto, que dá renda a 638 trabalhadoras e é responsável por 34% da ocupação principal das senhoras de Icapuí (ANDRADE, 1992). Ainda que, teoricamente autônomas, as **labirinteiras**³² dependem, em sua maioria, dos intermediários, que as abastecem com a matéria-prima, tornando-se compradores únicos do seu produto final a preços ínfimos.

Apesar de estar situado numa das regiões mais pobres³³ do País, Icapuí também tem destaques em sua área social. Não existe escola particular, todas as 32 unidades são públicas e municipais, somente uma é da rede estadual. Não existe carên-

³² Labirinteira é a artesã que trabalha bordando tecidos, previamente desfiados, em uma tela estendida chamada labirintos, características da região Nordeste do Brasil (ANDRADE, 1992).

³³ Segundo Andrade (1992), a arrecadação mensal do Município (junho/92) era inferior a US\$ 4. per capita.

cia de vagas em nenhum dos cursos oferecidos, do ensino básico ao nível de 2º grau. Por ter universalizado a educação entre seus jovens³⁴ e, escolarizado todas as crianças na faixa etária de 7 a 11 anos, Icapuí foi o primeiro Município do País a receber do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1991, o prêmio "Criança e Paz - Educação", como destaque na luta em defesa da saúde e dos direitos da criança.

Da mesma forma que na educação, o sistema de saúde é, em sua totalidade, público e municipalizado. Existem 4 unidades básicas de saúde(postos), 2 centros de saúde e um hospital-maternidade na sede. Os 32 agentes, participantes do programa "Agentes de Saúde", prestam assistência a 98% das 2.285 famílias cadastradas, e são os responsáveis diretos pela queda da taxa de mortalidade infantil, que passou de 400 óbitos por mil nos anos 80, para 49 por mil nascimentos, atualmente (ANDRADE, 1992). É a menor taxa do Estado, que possui uma média de 70 por mil e, da região Nordeste, com média de 77 por mil (ALMANAQUE ABRIL, 1995).

5.1.2 A Comunidade

Redonda, comunidade-alvo da pesquisa, tem seu nome originário da formação curvilínea de seus 6 km de litoral. É parte integrante dos 22 núcleos populacionais que formam o Município e dista 12 km da sede em direção ao litoral oeste, com acesso em estrada de areia. Existe também um acesso misto, com 6 km em estrada vicinal de piçarra e, daí à sede, via CE-261, no asfalto. Conforme dados levantados nesse estudo, a comunidade é formada por um agrupamento de 426 habitações, a maioria construída em terrenos de Marinha, situadas numa posição geográfica compacta, entre uma formação geológica do tipo barreiras e a linha de maré. Possui uma população oscilando em torno de 2.130 habitantes³⁵, sendo que mais da metade desta é formada por menores de 20 anos. Fica a cerca de 45 km de Aracati e a 208 km de Fortaleza, e o acesso dá-se pelas mesmas vias que levam à sede do Município.

Dentro do Município, Redonda se destaca como o principal ponto de desembarque de pescado da região, e por ser a primeira em nível de **organização comu-**

³⁴ Segundo o IPLANCE (1994b), metade dos 13,6 mil habitantes tem menos de 21 anos e frequenta escolas.

³⁵ Considerando uma família com 5 pessoas, de acordo com os dados levantados pela pesquisa.

nitária³⁶. Esse nível foi alcançado mercê da estruturação de sua Associação de Moradores, composta por mulheres, pescadores e agricultores. A associação funciona como um fórum comunitário, onde são discutidas, debatidas e encaminhadas as lutas para soluções dos problemas mais sérios sentidos pela população. Possui uma capatazia da colônia de pescadores de Icapuí (Z-17) que, segundo seu representante (capataz), abriga na comunidade cerca de 400 profissionais que fazem da pesca da lagosta o seu principal meio de sobrevivência. Existe também uma "Casa de Farinha" comunitária, com 32 associados e uma mini-indústria, com 40 associados, que se destina ao beneficiamento e aproveitamento do caju.

Toda a atividade econômica e social da comunidade circula em torno da pesca artesanal de lagosta. No defeso não existe a tradição da pesca do peixe como nas demais comunidades litorâneas do Estado. Nesse período, quando há inverno, cerca de 150 pescadores/agricultores praticam a inexpressiva vocação agrícola existente no local, estruturada em um projeto de assentamento do INCRA, onde se pratica a agricultura de subsistência e o cultivo do caju.

A comunidade, proporcionalmente ao seu porte, possui uma das melhores infraestruturas do Município. Existem duas linhas de ônibus servidas por duas empresas; uma ligando Redonda a Aracati, duas vezes por dia, e outra, unindo Redonda à sede do Município, uma vez por dia. Dispõe, ainda, de rede e fornecimento de energia elétrica, em 80% dos domicílios; posto telefônico; posto de saúde; duas escolas de primeiro grau - uma municipal e outra da comunidade; um centro comunitário com creche; três templos religiosos - dois evangélicos e um católico; duas pousadas; dois restaurantes; rede hidráulica urbana(sem fornecimento d'água³⁷); e, pequenos comércios varejistas. Outro destaque fica por conta das 32 antenas parabólicas instaladas em suas residências.

Com referência a infraestrutura de apoio à pesca, a localidade dispõe de duas carpintarias navais artesanais, destinadas a reparos e construção de pequenas embarcações; a Associação de Moradores possui uma fábrica de gelo com capacidade para produzir aproximadamente 600 kg/dia, e uma pequena câmara fria para a estocagem de gelo e de pequenas quantidades de pescado; um posto de recebimento

³⁶ Toda a base de organização comunitária hoje existente na comunidade foi iniciada e estruturada pela Igreja católica, através dos movimentos eclesiais de base, no qual eu fui um dos dirigentes. (Presd. assc. mord.).

³⁷ A água é um outro problema gravíssimo na comunidade. Gastou-se muito com essa tubulação e os poços não deram vazão suficiente para o abastecimento da comunidade. (Presd. assc. mord.).

de pescado do frigorífico Pesca Alto Mar (PAM) de Recife-PE, com uma câmara de resfriamento e outra de estocagem e; 10 barracões³⁸ dos intermediários e/ou armadores que residem na comunidade, agentes estes chamados de barraqueiros.

A escolha da comunidade de Redonda para o desenvolvimento da presente pesquisa foi resultado do somatório de alguns fatores, a saber: a experiência profissional do autor em trabalhos e/ou projetos ligados às atividades de extensão pesqueira, desde o início de sua formação acadêmica; estava participando da equipe multidisciplinar, que elaborou o estudo da realidade da comunidade em apreço, para o convênio UFC /Universidade de *New Foundland* (Canadá); ser uma comunidade de pescadores artesanais, atípica do litoral cearense, que possui sua atividade econômica principal voltada quase que exclusivamente para a pesca artesanal de lagosta; a boa receptividade da comunidade, através de suas principais lideranças formais e não formais, durante os contatos e levantamentos iniciais e no decorrer da coleta dos dados para a concepção da pesquisa e; pela participação da comunidade na escolha do problema a ser pesquisado.

5.2 Unidade Temporal da Análise

A possibilidade de realização da pesquisa passou a ser pensada, durante o levantamento de área e estudo da realidade, realizado em novembro de 1993, decorrente do convênio acima citado. Seu projeto foi realizado e aprovado nos meses de janeiro e fevereiro de 1994. Nos meses subsequentes, março a maio, foram executados os trabalhos de campo, com a aplicação de todos os questionários coincidindo com o período do defeso. De junho a outubro, aconteceram a tabulação e a codificação dos dados dos questionários, para a entrega ao Departamento de Estatística e Matemática Aplicada (DEMA) da UFC, bem como a tabulação de todas as entrevistas gravadas. A partir de novembro, deu-se início à análise dos dados e elaboração da redação do texto que ficou concluído em outubro de 1995.

³⁸ São estruturas físicas que variam de 15 a 40m², equipadas geralmente com balanças, *freezers*, caixas isotérmicas (isopor), gelo e demais insumos necessários ao abastecimento das embarcações que lhes entregam a produção.

Durante esse período (11/1993 a 01/1995), foram realizadas 11 (onze) viagens, à sede do Município e à comunidade, com o objetivo de: levantamento da área e estudo de realidade; ser apresentado ao prefeito do Município e a lideranças locais da comunidade, através de reunião na Associação de Moradores; aplicar o pré-teste dos questionários, contato e coleta de informações com lideranças locais; aplicar os questionários e entrevistas com todos os amostrados da pesquisa; coletar dados e informações na sede do Município e na comunidade e; participar da semana cultural de Icapuí, no período de 23 a 29 de janeiro de 1995.

5.3 Universo e Amostra

Para efeito desse estudo, foi considerado como população principal, o número de pescadores (cerca de 400) e intermediários (10 barraqueiros³⁹) atuantes na pesca artesanal de lagosta na comunidade. A amostra estimada para a pesquisa foi definida a partir da consultoria realizada no Laboratório de Estatística e Matemática Aplicada (LEMA), do DEMA da UFC (relatório no Apêndice A).

Por tratar-se de uma comunidade de pescadores artesanais, possuidora de uma população com características homogêneas, optou-se por uma Amostragem Aleatória Simples, para um nível de significância $\alpha=0,075$ e $d=0,10$. Considerando;

$$P=Q=1/2 \text{ e para } n = \frac{NPQ}{NV + PQ} \text{ onde :}$$

N = nº de pescadores na população;

$P=Q$ = proporção estimada de uma variável qualquer da população, para o cálculo de n . Como no caso $P=Q=1/2$, obteremos um n máximo;

$$V = \frac{d^2}{t^2} \text{ (variância desejada);}$$

d = limite no erro de amostragem;

t = valor tabelado da distribuição *t* de *Student* para $\alpha=7,5\%$.

n = tamanho da amostra

Dessa forma, encontrou-se o tamanho da amostra $n=65$ pescadores. No caso dos intermediários, como a população era muito pequena, resolveu-se aplicar as en-

³⁹ São os intermediários proprietários dos barracões, residentes na comunidade.

trevistas com todos eles. Foram entrevistados, também, os quatros agentes de saúde que residiam na comunidade, duas professoras, um líder comunitário, o presidente da Associação de Moradores, o presidente da colônia de pescadores e dois gerentes de frigoríficos da região.

Para a escolha dos amostrados na população de pescadores, procedeu-se da seguinte maneira: através de um cadastramento familiar, realizado pela Prefeitura Municipal de Icapuí (PMI), teve-se acesso à relação de todos os pescadores residentes no local. Enumerando-os, procedeu-se ao sorteio dos 65 escolhidos e mais 12 para o caso de substituições. De posse do nome dos selecionados, retirou-se da pesquisa social, realizada pela prefeitura, seus respectivos questionários, para nova aplicação e avaliação, juntamente com os dessa pesquisa.

5.4 Os Dados; Sujeitos, Fontes e Instrumentos de Pesquisa

Foram utilizados nesse estudo dados primários, quantitativos e qualitativos, obtidos em pesquisa de campo. Os dados qualitativos foram coletados interativamente, mediante idas e vindas ao campo, durante as diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos. Segundo Chizzotti (2006, p.83), numa pesquisa qualitativa, todos os comunitários que participam da pesquisa são identificados “como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam”. Em nosso trabalho, entenda-se por sujeitos do processo os intermediários (barraqueiros); as lideranças formais e não formais da comunidade, técnicos e gerentes de frigoríficos da região, e; os pescadores, proprietários ou não de embarcações, que se dedicavam regularmente à atividade pesqueira, isto é, tinham a pesca artesanal como profissão principal e não como uma ocupação eventual.

Os dados secundários que complementaram as informações necessárias ao desenvolvimento e análise da pesquisa foram obtidos junto aos órgãos oficiais (IBAMA, PMI, IPLANCE, IBGE e bibliotecas da UFC e UNIFOR), através do levantamento de publicações sobre a área em estudo e de pesquisas acadêmicas realizadas.

Os instrumentos metodológicos utilizados na coleta dos dados primários foram; um questionário (modelo no Apêndice B) envolvendo as questões (abertas e

fechadas) referentes aos aspectos profissionais e de produção, e outro relativo aos aspectos sociais da família. Esse último (modelo no Apêndice B) foi o mesmo aplicado em dezembro de 1992, pela Prefeitura Municipal, através de sua Secretaria de Saúde Pública e Saneamento; e a utilização de entrevistas, estruturadas e informais, com o auxílio de gravador (11 hs de gravação), as quais foram aplicadas, principalmente, aos intermediários e lideranças locais. Deve-se salientar que as entrevistas ocorreram num ambiente de espontaneidade, quando os informantes, por diversas ocasiões, iam além dos questionamentos, confidenciando peculiaridades características a cada uma de suas atividades e/ou funções.

O conteúdo das perguntas do questionário principal da pesquisa ficou distribuído da seguinte maneira:

- 1 - Caracterização/Identificação do pescador;
- 2 - Sobre a profissão e atividade pesqueira;
- 3 - Sobre o período de defeso;
- 4 - Bens de produção;
- 5 - Aspectos da comercialização; e,
- 6 - Outros dados (inclusive sociais, para complementação dos dados obtidos com o 2º questionário).

Outro instrumento utilizado, com destaque especial, ficou por conta da **observação científica**, com enfoque para a: **observação assistemática** ou ocasional, pois, segundo Rudio (1995) e Gil (1994), tem seu papel mais evidente na fase de coleta de dados e se constitui como um elemento fundamental e essencial para a pesquisa, e da; **observação participante**, onde o pesquisador passa a se envolver indiretamente na vida da comunidade, participando em interação constante nas situações espontâneas e formais. Caracteriza-se pela convivência e participação ativa e real do observador na vida e na atividade dos participantes (comunitários), identificando-se com eles, vivenciando todos os aspectos possíveis de suas ações e dos seus significados (ALMEIDA, 1989; GIL, 1994 & CHIZZOTTI, 1995). Nela, o observador pode obter uma descrição apurada

[...] dos sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade (CHIZZOTTI, 1995; p.90).

5.5 Definição e Operacionalização das Variáveis

Dentre os aspectos econômicos, sociais e técnicos que foram estudados nesta pesquisa, tendo como base as informações obtidas com as aplicações dos questionários e entrevistas, sobressaíram-se os seguintes indicadores, que tiveram como objetivo, determinar a dimensão dos aspectos socioeconômicos da comunidade.

- *Renda média mensal do pescador na safra*: renda obtida com a venda de lagosta nos meses de maio e junho;
- *renda média mensal do pescador na entressafra*: renda obtida com a venda de Lagosta nos meses de julho a dezembro;
- *renda média mensal do pescador no defeso*⁴⁰: renda obtida com a pesca de peixes e/ou confecção de manzuás, e/ou outra atividade que venha a gerar renda nesse período;
- *renda média mensal do pescador (RMP)*: renda ponderada, obtida com base nas rendas médias da safra, entressafra e defeso, atribuindo-se peso 2, 6 e 4, respectivamente, ao número de meses desses períodos;
- *renda média mensal de membros da família*: renda obtida com o somatório das rendas geradas por pessoas que vivem e dependem do pescador entrevistado;
- *renda média mensal familiar*: renda obtida através das rendas médias do pescador e de membros da família;
- *produção média semanal de lagostas com cabeça, na Safra e na Entressafra*;
- *produção média semanal de caudas de lagostas, com peso oficial, na Safra e na Entressafra*;
- *produção média semanal de peixe (consumo+venda) no defeso*;
- *preço médio do kg de cauda, recebido pelo pescador*;
- *preço médio do kg de lagosta com cabeça, recebido pelo pescador*;
- *preço médio do kg do peixe de 1ª, recebido pelo pescador*;
- *preço médio do kg do peixe de 2ª, recebido pelo pescador*;
- *preço médio do kg de cauda, ao nível do intermediário (barraqueiro)*;
- *forma de rateio da produção*: refere-se ao modo de divisão do produto das pescarias;
- *tipos de artes de pesca utilizados na pesca de lagosta*;
- *posse (propriedade) da embarcação*;
- *período em que o intermediário ajuda o pescador nas urgências*;
- *a quem o pescador vende sua produção*;

⁴⁰ Para o cálculo da renda média do pescador no defeso, foi considerado, também, o consumo de peixe pela família, desde que esse produto tivesse sido capturado pelo profissional.

- *escolaridade do pescador*;
- *Nível de Organização*: medido através da filiação e participação em associações, colônia de pescadores, sindicatos e outros;
- *Nível de Habitação*: medido pela posse do imóvel, tipo, condições e área da habitação;
- *Nível de Saneamento*: medido pelo destino dado aos dejetos e ao tratamento dado à água potável;
- *Nível de Higiene*: medido pela presença ou não de insetos e/ou pragas na habitação.

Os quatro últimos indicadores citados foram gerados a partir de variáveis sociais dos questionários (econômico e social), ligadas à organização, habitação, saneamento, educação e higiene, segundo a maneira estabelecida pelos técnicos do LEMA do DEMA da UFC (relatório no Apêndice A).

Todos os valores monetários informados e/ou estimados, dos produtos (Lagosta e peixe) pesquisados, bem como as rendas calculadas nesse estudo, foram transformados/“dolarizados” pelo valor médio do dólar americano, no referente mês de sua informação.

Para se chegar ao valor do kg de lagosta recebido pelo pescador na safra, partia-se do valor informado, recebido na última pescaria (dezembro/93), e, com base nas informações colhidas nas entrevistas e observações com os barraqueiros, gerentes de frigoríficos e lideranças locais, aplicava-se um percentual deflator sobre esse valor. Esse percentual foi encontrado a partir da média aritmética dos valores recebidos informados pelos pescadores, em relação com a média dos valores pagos no início da safra, informados pelos barraqueiros, gerentes de frigoríficos e lideranças locais. Nessa pesquisa, o percentual médio apurado foi de 79%. Já para o cálculo do preço do kg do produto, na entressafra, estimava-se com base na média ponderada dos preços da safra e do valor recebido na última pescaria.

Segundo Fonteles-Filho et al (1988), a safra da produção de lagostas no Nordeste Brasileiro ocorre de fevereiro a junho e a entressafra de julho a janeiro. Como o período do defeso vai de janeiro ao final de abril, os valores informados de produção considerados para o cálculo do período de safra foram de maio a junho e entressafra de julho a dezembro.

Para o cálculo das rendas (safra e entressafra) do pescador, quando esse informante não sabia e/ou não tinha certeza do valor recebido pelo kg do produto na última pescaria, procedia-se ao cálculo de sua renda, através dos valores médios e

ponderados obtidos nos levantamentos dos mesmos valores informados nos demais questionários e entrevistas.

No cálculo da renda do pescador no defeso, foi considerado, também, o consumo de peixe pela família, desde que esse produto tivesse sido capturado pelo próprio pescador.

5.6 Método e Técnicas de Análise

Segundo Gil (1994), o **delineamento da pesquisa** refere-se a seu planejamento numa dimensão mais ampla, envolvendo sua estrutura de investigação, previsão de análise e interpretação dos dados. Dentro do enfoque desse autor, a presente pesquisa enquadra-se como um *survey* (levantamento), e como tal, a análise constitui-se em organizar, identificar "...e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação" (GIL, 1994; p.166). Ele sugere que sejam seguidos os seguintes passos: **(a)** estabelecimento de categorias; **(b)** codificação; **(c)** tabulação; **(d)** análise estatística dos dados; **(e)** avaliação das generalizações obtidas com os dados; **(f)** inferência de relações causais e; **(g)** interpretações dos dados. O Autor adverte para o fato de que, em pesquisas dessa natureza, as limitações encontram-se na fase de levantamento dos dados primários, visto que estes estão fundamentados na memória dos informantes.

E por tratar-se de uma pesquisa descritiva, sua análise tem por finalidade enumerar e descrever as características dos fenômenos (coisas, objetos, conhecimentos ou eventos) com base nos dados coletados, assumindo diferentes peças de informação, realizadas dedutiva e indutivamente, nas formas verbal, estatística ou ainda combinando as duas (FERRARI, 1982). É nesse sentido que foi desenvolvido o estudo quantitativo e qualitativo, utilizando-se dos dados e informações protocolizadas pela pesquisa.

A definição das técnicas de análise utilizadas para o processamento e interpretação dos dados desse estudo foram determinadas a partir da consultoria feita ao LEMA do DEMA da UFC (relatório no Apêndice A). Os dados foram codificados (nos

questionários) e reunidos de acordo com as especificações do programa computacional estatístico SPSS/PC+⁴¹.

Após a execução das etapas de processamento do programa, passa-se à interpretação das listagens geradas por este, resumindo as informações em tabelas e gráficos. Na sequência, definem-se os indicadores que serão correlacionados para a aplicação do teste X^2 (Qui-quadrado), concluindo com a análise dos resultados e a construção das tabelas de contingência e distribuição de frequências.

O teste estatístico X^2 (Qui-quadrado) foi utilizado para verificar a existência de relação de dependência entre as variáveis estudadas. O procedimento para a realização do teste, segundo Morettin et al (1981), obedece aos seguintes passos:

(a) enunciar das hipóteses,

H₀: Existe independência entre as variáveis

H_a: Não existe independência, ou seja, há relação de dependência entre as variáveis testadas;

(b) fixar o nível de significância (α);

(c) aplicação da seguinte estatística;

$$X_0^2 = \sum_i \sum_j \frac{(f_{ij} - F_{ij})^2}{F_{ij}}$$

Onde:

i = refere-se a indicação da linha;

j = refere-se a indicação da coluna;

f_{ij} = frequência observada da casela ij;

F_{ij} = frequência estimada ou esperada na casela ij;

(d) comparação do resultado obtido χ_0^2 , com o da tabela χ_α^2 , e;

(f) tomada de decisão: para um dado nível de significância α , a hipótese **H₀** é rejeitada se $X_0^2 > X_\alpha^2$.

O estudo qualitativo foi efetuado com base nos resultados das entrevistas (gravações e fichas) e observações realizadas em campo, os quais foram tabulados por "ideias" e por grupo de informantes. Esse resumo, juntamente com a tabulação

⁴¹ De posse dos dados, segue-se a execução do programa, obedecendo às seguintes etapas: elaboração da planilha de codificação e digitação dos dados; digitação dos dados em micro computador/PC; checagem da codificação e digitação dos dados, com o comando *Frequencies* e; aplicação do programa através dos comandos *Frequencies*, *Crosstabs* e *Means*.

das questões abertas dos questionários, foram utilizados para fundamentar e reforçar a análise dos dados quantitativos obtidos a partir dos questionários, bem como justificar as correlações entre as variáveis que apresentaram relação de dependência significativa no teste X^2 (Qui-quadrado).

Os dados quantitativos foram analisados e interpretados, utilizando-se de instrumentos da estatística descritiva. As informações foram agrupadas em tabelas e quadros, contendo distribuição de frequências acumuladas e relativas, desvio padrão e média das variáveis selecionadas. Todas as tabelas apresentadas no próximo segmento, referente aos resultados alcançados nessa pesquisa, tiveram como **FONTE** os dados primários, nela levantados e processados.

No capítulo que se segue, realizaremos a discussão final dos resultados da aplicação da metodologia apresentada neste trabalho, e depois, apresentaremos as conclusões e recomendações achadas oportunas com a aplicação desta pesquisa.

6 O RETRATO SOCIOECONÔMICO DE REDONDA: fatos e posições dos protagonistas

Segundo a maioria dos entrevistados que fizeram parte da amostra dessa pesquisa, a população dos pescadores artesanais que compõem a comunidade de Redonda estava formada por 92,3% de homens casados e apenas 6,2% de solteiros, com uma idade média de aproximadamente 35 anos, variando de 21 a 65 anos. Sua maioria, 72,3%, era constituída por analfabetos, e 80% residiam na comunidade há mais de 18 anos, sendo que 55,4% nasceram ali, e suas famílias possuíam, em média, 3 filhos. Esses profissionais estavam na atividade, em média, há 21 anos, com uma variação de 5 a 50 anos, sendo que, 58,5% deles eram filhos de pescadores, mas apenas 21,5% afirmaram ter aprendido a pescar com o pai; a maioria, 78,5%, aprendeu a pescar com outro pescador. Geralmente, iniciam a pescar ainda muito jovens, - 70,8%, entre 9 e 13 anos, e 23,1%, entre 14 e 18 anos - com uma idade média de 13 anos (Tabelas 1.1 a 1.10 no Apêndice A).

A maioria, 95% desses profissionais, eram proprietários de suas residências, mas 69,2% não tinham a posse do terreno, visto que essas habitações estavam quase todas localizadas em terrenos de marinha. Com relação ao tipo, 53,8% de suas casas eram de tijolo e 46,2% de taipa bem acabadas que mais pareciam de alvenaria, possuindo piso de cimento (47,7%), barro (26%), cerâmica (15,4%) e outros (10,8%), com uma média de cinco cômodos por unidade. Todas eram cobertas com telha, a maioria, 62,9%, não possuíam banheiros e o fornecimento d'água era realizado por poços (bombas-66,2%), chafariz (26,2%) e cacimba (7,7%), sendo que 55,4% das famílias realizavam o tratamento d'água (Tabelas 1.44 a 1.50 no Apêndice A).

Apesar do esforço empreendido pelas quatro agentes de saúde que residem e trabalham no local, e das campanhas sociais da Primeira Dama do Município, com a distribuição de materiais para construção de banheiros, o saneamento básico da comunidade é uma questão preocupante, pois 49,2% dos dejetos e 43% do lixo⁴² são depositados a céu aberto (Tabelas 1.51 e 1.52 no Apêndice A). "Embora seja a população mais organizada entre as comunidades do Município, [...] é a que vive em meio às piores condições sanitárias" (ANDRADE, 1992; p.192). Como agravante da

⁴² Na comunidade, o lixo é recolhido uma vez por semana através do sistema de coleta pública, mantido pela Prefeitura do Município.

situação, tem-se a posição geográfica da comunidade e a prática habitualmente observada, de vários habitantes, em usar locais que não os banheiros para o destino dos dejetos; "...a minoria das residências tem banheiro. Fazem a céu aberto. E tem gente que tem e não faz, é o hábito" (ag. sd., 37 anos). Tal situação torna-se preocupante visto que a principal atividade econômica do local é a pesca artesanal de lagosta que, além de não dispor de infraestrutura apropriada para a conservação e manuseio, tem como matéria-prima um produto de fácil contaminação.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos nesse estudo, levantou-se, através da metodologia exposta, as informações e resultados, os quais serão apresentados no decorrer desse segmento. Inicia-se com a exposição dos principais problemas socioeconômicos vividos pela comunidade de Redonda no período do defeso, seguindo-se do levantamento do processo de comercialização da pesca local; das possíveis relações entre esses comerciantes - barraqueiros, e os problemas inerentes ao período do defeso; finaliza-se com a apresentação de opções, conforme sugestões da comunidade, que possibilitem aos pescadores artesanais conseguir minimizar sua dependência aos intermediários locais no processo de comercialização da pesca da lagosta, dando-lhes condições de conseguir uma renda mínima suficiente para transpor o período do defeso sem maiores dificuldades financeiras.

6.1 Os Problemas Socioeconômicos do Defeso

No capítulo três, mostrou-se, de maneira geral, os principais problemas que acompanham o período do defeso na pesca artesanal de lagosta. Nesse segmento, expõem-se, especificamente, aqueles problemas experimentados pela comunidade de Redonda, segundo seus principais protagonistas.

Em todos os segmentos pesquisados, assim como em todas as entrevistas realizadas com as lideranças locais, surge como o principal problema do defeso a **falta de renda**, gerada principalmente, pela falta de alternativa econômica que ocupe a mão de obra que fica desocupada nesse período - desemprego. "No paradeiro a gente passa muita necessidade. O emprego que tem é no mar, e quando para a pesca fica todo mundo desempregado" (mulher de pescd., 50 anos).

Segundo a representação dos pescadores entrevistados, os principais problemas da comunidade no defeso são os apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3: Distribuição de frequências dos principais problemas da comunidade no defeso

Problemas no Defeso	fi	(%)*
Falta de trabalho	34	52,3
Falta de dinheiro (renda)	34	52,3
Dificuldades para alimentar a família	32	49,2
Aumento do nº de crianças doentes	7	10,8
TOTAL	65	100,0

* percentual sobre o total de pescadores informantes (65)

A falta de renda proporciona a diminuição da atividade econômica da comunidade, que vive seu apogeu na comercialização da safra da lagosta. Ao contrário, no defeso, o comércio local fica praticamente paralisado, limitando-se às atividades de pequenas mercearias. O consumo da maioria das famílias fica restrito aos alimentos de primeira necessidade. "No começo da pesca você mata quatro boi aqui e não dá. Agora [defeso] você vai até ali e não acha um pedaço de carne prá comprar. Mas por quê?, porque ninguém tem dinheiro prá comprar" (Barrq., 48 anos). A feira dos ambulantes, que vende de tudo aos finais de semana, desaparece. A comercialização da produção da pesca de peixe, como veremos adiante, fica patrocinada por apenas dois a três barraqueiros, enquanto o restante, limita-se, já no final do defeso, ao conserto de equipamentos e embarcações. Assim sendo, torna-se difícil a vida da maioria das famílias dos pescadores.

Mesmo não existindo carência de vagas nas escolas nem crianças fora dela, "a dificuldade financeira do paradeiro reflete na vinda das crianças prá escola, pois é início de período letivo e falta recursos para comprar o material que a escola precisa, [...] falta até chinelo para as crianças ir prá aula" (Coord. das escolas, 38 anos).

A escassez de renda desencadeia uma série de outros fatos que compõem a lista daqueles mais evidenciados pelos entrevistados, a saber:

A Fome. Nesse período, a comida fica "rara", na maioria das famílias da comunidade, principalmente naquelas mais carentes e que não tiveram condições de poupar o que fosse possível no período da safra. Algumas famílias, prevendo essas

dificuldades do período, estocam, a partir do mês de dezembro, certas quantidades de produtos alimentícios não perecíveis, tais como óleo de soja, farinha, arroz, carne seca etc. Segundo as agentes de saúde, nessa época, as famílias alimentam-se quase que exclusivamente de peixe com farinha seca ou com pirão. As crianças mais carentes, menores de um ano de vida, alimentavam-se praticamente da "água de leite"⁴³ três vezes ao dia. A carência da alimentação, juntamente com a falta da merenda escolar⁴⁴, contribuía para que as crianças na idade do pré-escolar passassem a faltar mais a escola. "Os problemas da alimentação interfere na ida dos meninos na escola, porque tem mãe que no dia que não tem almoço pró-filho, não deixa ele ir prá escola" (ag. sd., 24 anos). O aproveitamento, de maneira geral era menor que no período da pesca.

Acredito que, no mês de junho, chegando no segundo bimestre, terceiro bimestre, o aproveitamento dos alunos é bem melhor. Agora no primeiro bimestre, quando o professor vai olhar as notas, fica chocado, [...] já observei isso até com as notas de meu filho, vi que melhoraram de maio em diante.... Eu tive conversando com outro professor, ele disse que, também ninguém aprende com barriga vazia. [...] Não tem esse negócio de aluno mais inteligente não, a fome atacou.... Nas pescarias a coisa melhora (Prof., 38 anos).

Como consequência da fome, passava a surgir outro problema grave do defeso em Redonda: o aumento das doenças infantis, constituídas principalmente pelas diarreias, desnutrição, pneumonia, gripes e infecções respiratórias. "Nas crianças essas doenças aumentam muito no paradeiro, chegando inclusive a matar" (ag. sd., 35 anos). "É muito difícil na pesca ter um menino desnutrido, mas no paradeiro [pausa], principalmente nos dois últimos meses" (ag. sd., 37 anos). A dificuldade da alimentação das famílias e a falta de medicamentos foram os principais fatores apontados.

Esse agravamento na saúde das crianças ocasionou o aparecimento de outro problema ainda mais preocupante: **o aumento da mortalidade infantil**. Apesar da política de saúde do Município ser orientada para a universalização do atendimento, a fome e a desnutrição venceram a batalha em Redonda, pelo menos nos anos de 1991 e 1992.

Chama atenção a concentração de óbitos infantis na localidade de Redonda (12 casos), sendo nove por diarreia; a maior parte dos óbitos ocorreu nos meses de março, abril e maio [1991], correspondendo ao final do período do defeso da lagosta, [...] quando os pescadores ficam desempregados, e os recursos financeiros da família são poucos (ANDRADE, 1992; p.102).

⁴³ Mistura feita com água, um pouco de massa (arroz ou amido de milho) e, às vezes, quando existe, um pouco de leite.

⁴⁴ Não tem merenda escolar aqui em Redonda. ...não chega nem pró Município, pra dizer a verdade. Não existe nem na creche que foi inaugurada agora (coord. das escolas 38 anos).

Ações⁴⁵ de governo foram desencadeadas na comunidade a partir de janeiro de 1992, visando à mobilização de todos no sentido de minimizar o problema. Mesmo assim, segundo relato das agentes de saúde, ainda faleceram 10 crianças nesse período. O fato continuava ligado ao problema da alimentação, pois afirmaram que: "...eu pesquisando, encontrei que essas crianças morriam por falta de aleitamento, de alimentação" (ag. sd., 37 anos). "As mães não tem leite porque elas também não tem alimento suficiente prá dar leite" (ag. sd., 35 anos).

A resposta às ações de governo no combate à mortalidade infantil começaram a apresentar resultados concretos a partir de 1993, quando a população passou a receber: cloro, como parte da campanha de combate à cólera; equipamentos sanitários (filtros, pias e privadas) e; cestas de alimentos, para as famílias mais carentes, no período do defeso. Naquele ano, os óbitos caíram para três casos, nesse período. As cestas continuaram sendo distribuídas no ano de 1994, para aqueles mais necessitados, juntamente com o salário das frentes de "emergência" que, embora muito pouco e atrasado, contribuiu também para a diminuição dos óbitos. Mas, segundo as agentes de saúde, o fato sempre preocupa porque: "Na época do paradeiro é a época que aparece mais mortalidade aqui em Redonda" (ag. sd., 37 anos). "Aqui, na época que para a pesca é onde morre mais criança". (ag. sd., 35 anos). "Todo paradeiro morre menino de diarreia" (ag. sd., 24 anos).

E foi devido a essa preocupação que um grupo de aproximadamente 100 mães, mobilizadas a partir das agentes de saúde, reuniram-se, formaram um grupo, reivindicaram e conseguiram uma creche para a comunidade no ano de 1994.

Outros problemas, em menor escala, também citados pelas lideranças formais e não formais da comunidade, inerentes a esse período, foram: a falta de organização, de administração e de disposição dos pescadores para enfrentar esse período; a falta de estímulo e o despreço do pescador local para com a prática comercial da pesca de peixes; e a falta de apoio dos frigoríficos da região à pesca de peixe na comunidade.

Com relação ao despreparo do pescador para transpor o defeso, observou-se que, em razão de o seu sistema de remuneração ser baseado exclusivamente no rateio da produção, na qual ele está inserido, o pescador não possuía o conhecimento

⁴⁵ Essas atividades deram-se através de reuniões com agentes de saúde, parteiras, rezadeiras e mães de Redonda sobre as principais doenças infantis e orientação sobre o aleitamento materno. Supervisão rigorosa dos agentes de saúde a todos os lactentes. Instituição de um dia de atendimento pediátrico e um de dia de enfermagem, principalmente para a realização de puericultura e pré-natal.

exato do seu ganho monetário mensal, já que ele não fazia o registro de sua renda. Isto, aliado à falta de controle nos gastos e a uma má administração de seus recursos auferidos durante a pesca da lagosta, induz ao agravamento de sua situação econômica. "Na safra, com um botezinho desse aí, pescando de manzuá, eu ganhei muito dinheiro com lagosta..., Agora, eu não soube administrar, eu não soube investir meu dinheiro. Hoje eu ainda não ganhei o que cumê" (ex-pescd. comc. local, 46 anos).

E a situação se agrava porque "o pescador ele não sabe se organizar, não sabe guardar da pesca para ter no desabastecimento do paradeiro. Se ganha cem mil, gasta tudo, não sabe guardar vinte" (barrq., 40 anos).

Em vez de poupar as pequenas sobras de safra e/ou formar estoques para a passagem do defeso, a maioria preferia gastar com diversões e lazer e/ou investir na aquisição de bens desnecessários ou supérfluos, como demonstram essas afirmações.

Eles tem condições de pescar seis, oito meses e guardar um pouquinho para comer naqueles quatro meses que ficam parados, mas, tem muito pai de família que não tem cabeça, consciência, responsabilidade, aí gasta muito com a promiscuidade, bebedeiras, festas e bens desnecessários, e não se lembra que mais adiante vai passar necessidade. [...] Tem casa que tem a parabólica e não tem um filtro. E não é só uma não, são muitas (ag. sd., 37 anos). Na minha área tem pessoas que tem parabólica e não tem um filtro (ag. sd., 48 anos).

Para a falta de estímulo das pescarias comerciais de peixe no defeso, viu-se que existiam vários fatores que concorriam para esse fato. Os pescadores achavam que a pesca do peixe não era uma atividade lucrativa e sim muito trabalhosa, sem retorno econômico que compensasse o esforço despendido nos dias da faina. Alegavam o fato, principalmente quando comparavam essa atividade com o imediatismo do ganho rápido, que a pesca da lagosta propicia na safra. Provavelmente porque "...com 4, 5 semanas eles compram uma mota, [...] com 4, 5 semanas eles toma porre, farreia, faz o diabo a quatro" (líder comut., 35 anos). Entretanto, não observavam que a lagosta, entre o terceiro e o sexto mês após a liberação da pesca, na maioria das vezes, não oferece um retorno econômico satisfatório, chegando a ser pior do que a pesca do peixe, naquele período, segundo depoimento de barraqueiros.

Pescaria de peixe dá, eu acho melhor que pescar lagosta depois do 3º mês da pesca. [...] Depois do 3º mês, quando a pesca da lagosta vai arruinando, eles vão pró mar pegar um rabo de lagosta, e não querem ir pró mar pescar peixe (barrq., 41 anos).

Outro fator mencionado é apresentado a seguir na Tabela 4, onde a maioria dos profissionais, 55,4%, afirmou que aprendeu a pescar somente lagosta, contra 29,2% dos que iniciaram na profissão aprendendo a pescar peixes.

Tabela 4: Distribuição de frequências do tipo de pesca que o pescador aprendeu quando iniciou a pescar

Tipo de Pesca	fi	(%)
Só lagosta	36	55,4
Só peixe	19	29,2
Peixe e Lagosta	10	15,4
TOTAL	65	100,0

As razões que levaram os pescadores a decidir por essa modalidade são mostradas na Tabela 5, onde se observa que a tradição da família e a região onde elas estão inseridas foram os fatores preponderantes dessas decisões.

Tabela 5: Distribuição de frequências das *razões para pescar só lagostas*

Razões	fi	(%)*
Tradição familiar e tendência local	17	47,2
Influência local de companheiros	13	36,1
Atividade de maior rendimento	6	16,7
TOTAL	36	100,0

* percentual sobre o total de pescadores que pescam só lagostas (36)

Isso induziu a uma falta de costume, a uma experiência menos apurada na arte da pesca de peixes, porque,

[...] daquela época prá cá, todo mundo na Redonda só quer pescar lagosta. [...] então os nossos fios foram aprendendo a pescar só lagosta, porque era a única atividade que existia, a melhor, tinha um dinheiro mais fácil, [...] e eles hoje é quem continuam na luta. Então ficou um lugar desaprendido totalmente de pesca de peixe. [...] Aqui nois conta na ponta dos dedos os mestre que ainda sabe pescar peixe (barrq., 48 anos)

Existe ainda outro fator que influenciava nesse sentido. Segundo alguns baraqueiros, trata-se do privilégio que alguns grupos de pescadores, aqueles mais amigos, mais chegados, mais cativos, possuíam junto a esses agentes, que lhes for-

precisam os vales⁴⁶ durante o defeso, principalmente a partir do terceiro mês, quando suas dificuldades financeiras passavam a ser maiores, em virtude da carência na alimentação/saúde, da família. Essa era mais uma razão pela qual eles não queriam pescar, como afirmam a seguir seus agentes financiadores.

Sabe por que? Porque eles querem ficar emriba do fornecedor que compra sua lagosta, [...] e no paradeiro prá tá arranjando dinheiro prá eles ficar comendo dentro de casa. Mas se não tivesse firma, não tivesse ninguém que arranjasse, eles iam, porque eles não iam morrer de fome, eles iam pescar peixe (barrq., 41 anos). Tem muitos que não vão pescar porque eles mesmos não querem. Quando falta dinheiro, tem quem forneça dinheiro prá eles (barrq., 32 anos).

A respeito da falta de apoio dos frigoríficos da região à pesca do peixe, o segmento que mais destacou o fato foi o do barraqueiros. Segundo eles, esses frigoríficos diminuem suas atividades⁴⁷, dispensam funcionários, dão férias coletivas e chegam até a fechar no defeso. Isto dificulta e encarece sobremaneira o preço do gelo, insumo básico da pesca, e o frete, pois os frigoríficos passavam a não mais entregar o produto nas praias, segundo o relato de um desses agentes.

Aqui quando bate o paradeiro, todo o frigorífico se fecha. Se agente quer uma barra de gelo, que custava 500, no paradeiro ela passa para 1.500. [...] Aí quando agente vai pescar o peixe e chega com o peixe, o machante⁴⁸ quer ganhar o dobro. Então o maior problema é esse aí (barrq., 50 anos).

Ao contrário da pesca da lagostas, outros insumos, tais como anzóis, boias, chumbadas e linhas de **nylon**, não eram financiados, tornando ainda mais difícil a armação da embarcação para a pesca do peixe, já que a especialidade no local é a pesca da lagosta. Todas essas dificuldades e acréscimos eram repassados aos pescadores, além da exploração e apropriação habitual do trabalho e do capital deste, que passava a ser maior, pois, apenas 30% dos barraqueiros, manipulavam a comercialização do peixe. Tudo isto, também, influenciava na iniciativa do pescador local em não participar da pesca comercial do peixe, como demonstra a seguinte afirmação.

A pesca do peixe aqui na Redonda, não traz renda, não dá certo; primeiro é devido ao costume do local e segundo é devido ao atravessador [barrq.]. [...] Eles só querem comprar o peixe ganhando mais da metade. [...] Na lagosta não acontece porque eles não compram só, é visada por muita gente. [...] O pescador se irrita com essa situação, não quer ir pró mar, já tem preguiça, não tem tradição. [...] O pessoal tá vendo é que tem gente trabalhando pros outros. Aí se amarra e não vai querer pescar. [...] O pescador daqui não vai pescar o peixe porque ele sente na pele esse tipo de coisa. É tanto que no

⁴⁶ São pequenos adiantamentos, em moeda ou autorizações de entrega de mantimentos em mercearias, concedido a pescadores pelos barraqueiros, que são cobrados quando do início das pescarias.

⁴⁷ Principalmente a partir de fevereiro, quando toda a produção de lagosta capturada na temporada anterior já foi processada, ficando somente no aguardo da exportação.

⁴⁸ Está falando do comprador de peixe (marchante), que vem de outras regiões.

paradeiro ele vai pescar peixe pra comer, mais pra vender ele não vai porque não dá renda (barrq., 48 anos).

Na realidade, observando-se as Tabelas 6 e 7, verifica-se que apesar de uma certa parcela, 21,5%, nunca ter participado da pesca comercial de peixe, outra, 16,9%, nunca ter frequentado essa modalidade, a maioria, 78,5%, de alguma forma já tivera essa experiência, bem ou mal sucedida, enquanto outra, 83,1%, já havia pescado peixes pelo menos para seu consumo.

Tabela 6: Distribuição de frequências da variável *já pescou peixe para vender*

Já Pescou peixe p/vender	fi	(%)
Sim	51	78,5
Não	14	21,5
TOTAL	65	100,0

Tabela 7: Distribuição de frequências da variável *pescou peixes no defeso (pelo menos para consumo)*

Pescou Peixe no Defeso	fi	(%)
Sim	54	83,1
Não	11	16,9
TOTAL	65	100,0

A observação desses fatos inspira a crer que, com maior estímulo, determinação e ajuda, os pescadores passariam a ver e praticar a pesca comercial de peixes como uma atividade economicamente viável, muito embora, durante esse levantamento, 66,2% deles não praticassem tal modalidade, como se verifica na Tabela 8.

Tabela 8: Distribuição de frequências da variável *atualmente pesca peixes para vender*

Atualmente pesca p/vender	fi	(%)
Sim	22	33,8
Não	43	66,2
TOTAL	65	100,0

E, para resumir todos os problemas inerentes ao defeso, pelos quais passam a comunidade e seus pescadores, finaliza-se com o pensamento de uma de suas agentes de saúde, quando tentou comparar esse período com a saga do sertanejo cearense: "Paradeiro na Redonda é uma seca no sertão" (ag. sd., 48 anos).

6.2 A Comercialização na Pesca Artesanal de Lagosta

Inicia-se esse segmento com a apresentação dos principais meios de trabalho, bem como das relações de produção que envolvem seus detentores, juntamente com a força de trabalho (pescador) despossuída de seus meios. Segue-se, apresentando como acontece a comercialização na pesca de lagosta em Redonda, seus agentes e os prováveis caminhos percorridos por esse produto.

6.2.1 Os meios de trabalho e as relações de produção

Os principais **meios de trabalho**⁴⁹ utilizados pelos pescadores locais na captura do recurso lagosta são: a embarcação, apresentando-se como o mais importante conjunto tecnológico no processo de produção, visto que é o meio de transporte do pescador e suas artes às áreas de pesca, servindo-lhe também de base física para a atividade e; seus apetrechos⁵⁰ e insumos utilizados na captura do produto (objeto).

As embarcações sediadas em Redonda, no defeso de 1994 (29/04), formavam em seu conjunto um total de 203 unidades, assim distribuídas: 147 botes a vela, 18 botes motorizados, 20 paquetes, 15 catraias e 03 jangadas. Todas elas, com casco de madeira, são construídas ou reformadas por carpinteiros navais ou práticos, em pequenos estaleiros da região (Aracati/Icapuí) ou em pequenas carpintarias montadas em beira de praia.

Os botes a vela, modalidade da maioria, são embarcações que medem de 6 a 9 metros de comprimento, com uma vela cujo mastro em ponto fixo situa-se um pouco adiante da meia nau. Possuem quilha estreita, indo da proa à popa da embarcação e a cobertura de seu bojo é do tipo convés fechado, com uma ou duas escoti-

⁴⁹ Termo definido no capítulo quatro.

⁵⁰ Apresentados no capítulo dois.

lhas que dão acesso ao porão. Neste, são acondicionados os apetrechos de pesca⁵¹, iscas, rancho, pescado capturado e, em casos de "pesca de dormida", serve de alojamento e descanso à tripulação, em geral de 3 a 4 pescadores. Por causa das suas características, os pescadores a consideram como a melhor embarcação da região, principalmente se comparada à jangada, pois possui mais estabilidade que esta, maior espaço interno e vai mais distante, mar adentro.

Com características técnicas semelhantes aos anteriores, os botes motorizados normalmente medem de 9 a 13 metros de comprimento. São dotados de casaria na proa (navio) ou na popa (lança), equipados com motores diesel variando de 50 a 120 HP, e comportam tripulação de até 6 pescadores. São utilizados na captura da lagosta, transportando como petrecho principal a caçoeira e/ou de forma alternada e simultânea, caçoeira/cangalha, caçoeira/manzuá, dependendo da época do ano, local de captura, ausência de fiscalização, condições financeiras do proprietário etc. Detêm autonomia de até 15 dias de mar e, em sua maioria (13), são de propriedade dos baraqueiros, enquanto o restante pertence a compradores de praia e pescadores locais.

A jangada, mesmo sendo a embarcação artesanal mais comum e mais utilizada no litoral cearense, é pouco utilizada no extremo do litoral leste do Estado. As existentes em Redonda possuem comprimento de até 5 metros, com estrutura interna forrada com isopor, casco de forma achatada e escotilha situada a meia nau. Duas velas, uma maior fixada num mastro vertical apoiada numa estrutura horizontal, denominada **tranca**, e outra menor na proa, denominada **vela de estais**. No convés vão a tripulação de até 4 pescadores, caixa isotérmica, apetrechos de pesca e um leme de popa.

O paquete possui a mesma estrutura da jangada, porém é menor, possui só uma vela e é desprovido de caixa isotérmica. É utilizado em pescarias próximo à costa, comumente chamadas de **pescarias de terra**. Já a catraia tem a mesma estrutura do paquete, com até 3 metros de comprimento, sem vela nem leme. Ambas servem de apoio às outras embarcações no transporte de tripulação e no guarnecimento com o rancho, apetrechos e insumos de pesca, já que as demais ficam fundadas na enseada. Esse tipo de serviço prestado por uma dessas embarcações, no caso a catraia, deu origem a um ofício específico a alguns pescadores locais, conhecido como "catraeiro".

⁵¹ No caso de caçoeiras, linhas e anzóis, já o transporte das cangalhas é feito no convés da embarcação, num total de até 70 unidades.

Dentre a população dos pescadores amostrados, observa-se, através das Tabelas 9 e 10, que a maioria, 63,1%, não possuía embarcação, enquanto 36,9% deles eram proprietários de algum tipo. Destes, 79,2% eram donos de uma embarcação, 16,6% de duas embarcações e apenas um (4,2%), possuía três embarcações - bote, paquete e catraia.

Tabela 9: Distribuição de frequências da variável *é proprietário de embarcação*

Proprietário de Embarcação	fi	(%)
Sim	24	36,9
Não	41	63,1
TOTAL	65	100,0

Tabela 10: Distribuição de frequências do número de embarcações que o pescador possui

Nº de Embarcações	fi	(%)*
1	19	79,2
2	4	16,6
3	1	4,2
TOTAL	24	100,0

* percentual sobre o nº de pescadores proprietários de embarcação (24). Média de 1,25 p/pescd.

Observa-se, também, através da Tabela 11, que todos os proprietários participavam das pescarias, a maioria, 70,8%, como mestre e os demais, 29,2%, como pescador/parceiro.

Tabela 11: Distribuição de frequências da função que o proprietário ocupa na tripulação

Função	fi	(%)*
Mestre	17	70,8
Pescador	7	29,2
Não compõe	0	0,0
TOTAL	24	100,0

* percentual sobre o total de proprietários (24)

Na Tabela 12 observa-se que, anteriormente, 41,5% desses pescadores possuíam navegações e que 55,4% deles nada possuíam. Comparando-se com os dados mostrados na Tabela 9, verifica-se que uma parcela da população de pescadores estava se desapropriando de seu principal meio de trabalho e produção - a embarcação.

Tabela 12: Distribuição de frequências da variável *já possuiu embarcação antes*

Já Possuiu Embarcação	fi	(%)
Sim	27	41,5
Não	36	55,4
Não Respondeu	2	3,1
TOTAL	65	100,0

Com relação aos apetrechos utilizados pelos pescadores, temos a destacar a "cangalha" como o principal apetrecho usado, e que, atualmente, não desrespeita a legislação vigente. Trata-se de uma armadilha criada e aperfeiçoada na comunidade, durante a década de 60, a partir do modelo do manzuá, apresentado no capítulo dois. Sua prática de captura consiste de lançamentos e recolhimentos de unidades, individualmente e em profundidades de até 20 metros, estando presa por um cabo de polipropileno torcido, a uma boia na superfície da água, para facilitar sua localização. É despescada diariamente e mantida no local de pesca com o auxílio de pedras amarradas em seu interior e iscada à semelhança dos manzuás, com carcaça de pargo, cabeça de piramutaba, tilápia, curimatã etc.

Em relação à propriedade dos meios de trabalho, os pescadores da comunidade podem ser caracterizados da seguinte forma: **a)** proprietários de embarcação e apetrechos de pesca; caso que aparece com 36,9% das afirmações e no qual, normalmente, o pescador exerce a função de mestre; **b)** proprietário apenas dos apetrechos de pesca; ao contrário da situação "rara" como esta forma se apresenta em outras regiões do Estado, segundo diagnóstico da SUDEPE (1988), em Redonda ela surge como o caso mais comum, com 41,5% da amostra, e; **c)** proprietário somente da força de trabalho; de caso mais comum em outras comunidades, para o de minoria, 21,6%, no local da pesquisa. Trata-se daquele profissional desprovido dos meios, que vende sua força de trabalho como remuneração na prática de parceria (Tabela 13).

Tabela 13: Distribuição de frequências da propriedade, tipo dos meios de trabalho e da renda média mensal dos pescadores dessas categorias

Meios de Trabalho que Possui	fi	(%)	Renda Média(US\$)
Embarcação e apetrechos	24	36,9	324,73
Só apetrechos	27	41,5	159,76
Sem meios	14	21,6	128,88
TOTAL	65	100,0	-

Observa-se, também, na Tabela 13, que os profissionais detentores dos meios de trabalho são os que possuem as melhores rendas médias da categoria. No caso dos proprietários de embarcação e apetrechos, esse valor chega a ser mais do que o dobro dos demais companheiros.

No caso dos insumos isca e gelo, esse último tinha uma importância fundamental no processo produtivo e de comercialização da pesca local, visto que era o único produto utilizado como tecnologia de conservação do pescado a bordo e na maioria das instalações em terra, e porque, na comunidade, a única fábrica⁵² de gelo que existia não possuía capacidade de suprir nem 13% da demanda local. Dessa maneira, a posse, estocagem e formas de controle/financiamento desses insumos faziam a grande diferença e davam um poder de barganha aos seus detentores (frigoríficos/barraqueiros) na hora da comercialização da produção, mesmo que, como se viu na Tabela 13, a maioria dos pescadores, 78,4%, fossem proprietários de pelo menos um dos meios de trabalho.

No estudo das relações sociais de produção na pesca da lagosta em Redonda, deve-se ter em mente que a realidade social brasileira é dominada pelo modo de produção capitalista, e, como tal, qualquer análise de relações presentes não deve desvincular-se dos requisitos estruturais e organizacionais desse modo de produção.

No processo de produção da pesca local, as relações de trabalho caracterizavam-se por serem do tipo primário⁵³, ou seja, o proprietário da embarcação (donos do capital) e os pescadores (possuidores de força do trabalho), através de relações sociais afetivas e do conhecimento mútuo, formam entre si uma associação de capi-

⁵² Após sua instalação em 1992, funcionou normalmente por apenas três meses. Foi recuperada e reformada em março/94, juntamente com uma pequena câmara fria para o estoque da produção.

⁵³ Segundo Parias (1965), é aquela que entre os envolvidos não existe uma relação ou contrato formal sobre as ações dos membros envolvidos.

tal e trabalho, sem um contrato formal. Não possuía tempo de vigência, podendo ser interrompida a qualquer momento sem um prévio aviso e sem nenhum direito indenizador de ambas as partes. Seu término poderia estar condicionado ao final de uma pescaria, quando se dava a conseqüente divisão ou venda da produção.

Nessa comunidade, onde a maioria dos não proprietários (68,3%, Tabela 14) pescavam em embarcação de outro pescador, as relações não se apresentavam precisamente articuladas na forma de compra e venda da força de trabalho, pois os agentes envolvidos pareciam correlacionar-se de uma forma autônoma ou às vezes subordinada, dependendo do tipo de divisão da produção. Autônoma, quando todos os envolvidos entram no processo produtivo, cada qual com uma parte dos bens de produção e/ou insumos; Subordinada, quando os não proprietários participam apenas com sua força de trabalho, ficando subalterno ao primeiro. Em ambos os casos, o relacionamento dos parceiros era categoricamente comunitário e não patronal, pois não existia a obrigatoriedade do trabalho diário nem com hora marcada.

Tabela 14: Distribuição de frequências da propriedade das embarcações em que os não proprietários pescam

Quem é o Proprietário	fi	(%)*
Intermediário/barraqueiro	10	24,4
Pai	3	7,3
Outro pescador	28	68,3
TOTAL	41	100,0

* percentual sobre o total de não proprietários

Em outros casos, quando o proprietário da embarcação era um intermediário (24,4%, Tabela 14), sua apropriação de parte das rendas geradas pelos pescadores tornava esses últimos, quase sempre, dependentes financeiros e essas relações passavam a ser mais demoradas e dependentes. "Quando chega o final do ano, que eu presto conta com eles, todos, todos eles, [...] ficam devendo" (barrq., 32 anos).

Partindo-se da caracterização dessas relações e com base nas informações levantadas nos diversos segmentos, identificou-se as principais categorias de agentes envolvidos nesse processo, a seguir discriminadas.

a) Barraqueiros; principais intermediários na pesca da lagosta, responsáveis pela comercialização da produção de 89,2% dos pescadores em atividade (Tabela 15), e agentes repassadores do financiamento que custeia a armação das embarcações e dos insumos de pesca. Eram proprietários da maioria (13) dos botes motorizados e de 31 botes a vela, mas não participavam da faina de pesca e empregavam, preferencialmente, o trabalho daqueles pescadores destituídos dos meios de produção;

b) Empresários, donos de frigoríficos; detentores do capital comercial, agentes que financiam, através dos barraqueiros e a este, a aquisição, manutenção e custeio das embarcações, e fornecimento de insumos. Eram os adquirentes da maior parcela, 86,8%, da produção local (Tabela 16), via barraqueiro;

c) Pequenos comerciantes locais; não participam do processo produtivo, atuando principalmente na compra da produção "desviada"⁵⁴ e da produção de pescadores sem dívida com os barraqueiros. Repassavam suas aquisições, em torno de 15,4% (Tabela 15), para os barraqueiros, posto do frigorífico da PAM e, para os compradores externos;

d) Comerciantes externos; compradores de fora da localidade, geralmente de outros estados, que adquirem a produção, normalmente sem classificação, dos pequenos comerciantes locais, pescadores proprietários de embarcação e de barraqueiros. O destino dessa produção, aproximadamente 15,8% (Tabela 16), em geral, era o mercado interno; e

e) Os pescadores, caracterizados anteriormente.

Tabela 15: Distribuição de frequências do destino da venda da produção

Destino da Venda	fi	(%)*
Quem paga mais(pequenos comerciantes locais)	10	15,4
Diretamente ao consumidor	2	3,1
Intermediário(barraqueiro)	58	89,2
Dono dos apetrechos/embarcação	9	13,8
Associação de moradores	4	6,2
Industria	4	6,2

* percentual sobre o total de entrevistados (65)

⁵⁴ Trata-se de uma parcela que alguns pescadores retiram de sua produção, semanal e/ou diária, que não entregam ao seu barraqueiro financiador, em virtude do montante de seu saldo devedor, preferindo vender à vista, as vezes até por um preço menor, a esses compradores. Pode tratar-se, também, de produto retirado de embarcação de terceiros, cuja força de trabalho este tenha vendido ou trocado.

Tabela 16: Distribuição de frequências do destino da produção vendida

Destino da Produção Vendida	fi	(%)*
Outro intermediário	6	15,8
Empresa (frigorífico)	33	86,8
Outro destino	3	7,9

* percentual sobre o total de pescadores que sabem o destino da produção vendida (38)

As formas de rateio da produção presentes nas relações dos agentes envolvidos na pesca artesanal, dependendo do modo, apresentam, em geral, a seguinte divisão: metade ou mais da produção fica sempre com o dono da maioria dos meios de trabalho, como remuneração do capital do proprietário, enquanto o restante é dividido em quinhões, como remuneração do trabalho de cada pescador. Essa partilha pode ser antecedida do desconto das despesas efetuadas para a armação da navegação. Vale ressaltar que o procedimento de divisão pode ser alterado, conforme as diferentes formas de combinação dos fatores de produção, do volume capturado e ainda das particularidades da região pesqueira explorada.

No local da pesquisa, conforme informações colhidas dos pescadores, conseguiu-se identificar três formas básicas de rateio da produção, bem como as rendas médias mensais dos pescadores envolvidos em cada modo. Os tipos, proporções e rendas encontradas estão apresentados na Tabela 17.

Tabela 17: Distribuição de frequências da forma do rateio da produção de lagostas e renda média mensal dos pescadores dessas categorias

Forma de Rateio	fi	(%)	Renda Média(US\$)
Parceria*	12	18,4	331,40
De canto	13	20,0	127,13
Cangaeiro	38	58,5	211,50
Outra forma	2	3,1	nihil
TOTAL	65	100,0	-

* Dos 12 casos amostrados de Parceria, 9(75%) são proprietários de 12 botes a vela

Na parceria da pesca da lagosta, que acontecia normalmente em botes a vela, a divisão da produção era realizada de duas maneiras. Em ambos os casos, o proprietário da embarcação e dos apetrechos era o responsável pela armação da navegação. Quando ele não participa da pescaria, 60% da produção fica com ele, como remuneração de seus meios (capital). O restante é dividido com a tripulação, cabendo ao mestre a produção de mais três cangalhas, de sua propriedade, que lhes foram autorizadas pelo dono da navegação. No caso mais comum, quando o proprietário participa da pescaria, 60% da produção fica com a navegação e os 40% restantes são divididos com a tripulação, sendo que o proprietário ainda recebe o seu quinhão como mestre dos parceiros. Essa relação distributiva desigual da captura e a situação dos não proprietários induzem a crer, pela lógica do capital, que o mesmo proporciona aos seus detentores as condições necessárias e suficientes à reprodução de seus meios de trabalho. O fato pode ser observado, verificando-se na Tabela 17 a renda média dos 12 parceiros, em que casualmente a amostra foi representada por 75% dos proprietários dos bens de produção. Parece nítido inferir, que os demais parceiros ficaram sem condições de acumular reservas para ascenderem à condição de proprietários de tais bens.

A modalidade de "canto" apresentava-se exclusivamente em botes motorizados, que empregavam a mão de obra despossuidora de seus meios de trabalho. Nesta, o rateio da produção poderia acontecer de três formas: na mais comum, verifica-se a estipulação de um percentual que varia de 6 a 10%, do valor pago pelo kg da produção vendida para cada pescador; nesse caso, ele não possui o mínimo controle sobre esse preço de venda, o mestre fica sempre com 10%. Botes com tripulação de até 4 pescadores: acontece a estipulação de um percentual de 10 a 15% da produção para o mestre e 5% para os demais membros da tripulação. Quando o mestre é o proprietário, 2/3 da produção ficam para a embarcação, e o restante é dividido com toda a tripulação, cabendo ao mestre uma parcela de 10 a 15%. Em todos os casos, todas as despesas são de responsabilidade do proprietário da embarcação. No segundo e terceiro casos, eventualmente, o pescador pode comercializar sua parcela da produção devida com quem desejar. Nessa categoria, mais do que na anterior, os pescadores desprovidos dos meios eram ainda mais apenados, mais expropriados em sua força de trabalho e menos remunerados do que os companheiros das outras modalidades.

O destaque fica por conta do tipo "cangaeiro", com a preferência da maioria, 58,5% da classe. Essa forma, típica da localidade, surgiu com a propriedade e utilização da armadilha cangalha, por uma larga parcela (78,5%, Tabela 1.25, Apêndice, A) dos pescadores donos de apetrechos. Nesse modo, que se apresentava principalmente em botes a vela, o proprietário da embarcação, normalmente pescador embarcado executando a função de mestre, é o responsável pela quimanga⁵⁵, ficando os insumos (isca e gelo) por conta de cada tripulante. Estes, também, são proprietários das cangalhas utilizadas no processo de produção, sendo que o dono da embarcação fica com 50 a 65% do total da capacidade que a navegação possui de transporte desses apetrechos. Os outros pescadores emprestam sua força de trabalho no serviço geral da faina e, no final da pescaria, cada tripulante fica com a produção capturada pelas próprias armadilhas. De maneira geral, essa é a forma que melhor remunera os componentes envolvidos no processo de obtenção da produção, muito embora não deixe de capitalizar o dono da unidade produtora. Mesmo assim, acredita-se, seja esse o modo de divisão da produção mais socialmente justo dentre os já observados na pesca artesanal.

Como resultado dessas relações existentes na pesca local, verificou-se que, quanto mais desprovido de seus meios é o profissional da pesca, mais vulnerável e expropriado fica ele àqueles agentes detentores do capital, controladores do processo de comercialização.

6.2.2 A comercialização da produção

Mostrou-se no segmento anterior os principais agentes envolvidos nas relações de produção os quais possibilitam a comercialização do produto a partir da comunidade local. Observemos, agora, as formas como acontecem a compra e venda dessa produção, sua circulação e seus prováveis caminhos até o consumidor final.

Segundo o IBAMA (1994c), a comercialização do pescado se constitui no principal ponto de estrangulamento da pesca artesanal cearense, em decorrência principalmente, da deficiência e, às vezes, da inexistência de infraestrutura de conservação e estocagem para o produto, unidades produtoras de gelo para o abastecimento regular nas comunidades e vias de acesso rodoviário para o escoamento da

⁵⁵ Nome regional dado ao rancho e/ou a todo o tipo de alimentação, necessário para alimentar a tripulação, durante a faina de pesca.

produção. Outro fator apontado em praticamente todas as pesquisas realizadas nesse setor diz respeito ao domínio, ao comando dessa comercialização. Realizada por uma vasta teia de intermediários, chega, na maioria dos casos, a inviabilizar a atividade como alternativa de renda para a sobrevivência da família do pescador. Isto se deve à baixa remuneração retribuída a esses profissionais, em relação aos seus serviços e produtos.

De acordo com os dados levantados na pesquisa, a produção gerada pelo pescador é lucrativa, só que, na maioria das vezes, os integrantes da rede de comercialização se apropriam do excedente de sua força de trabalho, proporcionalmente à sua posse e concentração do capital comercial e à sua capacidade de reunir e controlar a produção dispersa, ficando os profissionais sem um rendimento capaz da sua auto manutenção. Centralizando a produção, os intermediários possibilitam uma otimização de suas instalações de armazenagem, transporte e distribuição, enquanto se estabelecem e cada vez mais se fortalecem como agentes monopolizadores das ações da atividade.

É com o resultado da apropriação do trabalho excedente não remunerado, através dos baixos preços e da desclassificação impostos à produção do pescador, que o capital comercial é investido na esfera da produção. E continua se apropriando e acumulando na esfera da circulação, através das vendas e repasses sucessivos do produto na rede de comercialização, como afirmaram seus agentes.

O ramo da lagosta é o seguinte: a lagosta tem uma bitola, 13 centímetros, o paquímetro é o mesmo, agora quem mede e pesa?, [...] é aí que tá o segredo da coisa. [...] O segredo também, tá muito no peso, na bitola e no comércio pinga pinga na beira de praia (barrq., 48 anos). Tem o processo da questão do preço, peso e de medida. Agora, tem toda uma estratégia aí na hora da medição. Lagosta que compra por miúda, vende por grande. É aí onde eles mais exploram o pescador (presd. assc. mord.).

Dessa forma, conforme se observa no relato, tudo indica que a exploração da força de trabalho (pescador) na pesca artesanal da lagosta se dá tanto no nível da produção como no da circulação (comercialização) da mercadoria (produto). A expressão, dessa exploração, sentida pelos profissionais, também pode ser observada na Tabela 18, adiante.

O nível de acumulação varia de acordo com cada mudança realizada pelo produto nas mãos dos intermediários. Normalmente, o maior nível excedente vai para os maiores do setor lagosteiro, no caso, os donos dos frigoríficos exportadores,

que possuem maior capacidade de rotação do capital comercial. O fato é percebido por um dos agentes envolvidos, quando afirma que, "nesse ramo, só quem ganha dinheiro é o empresário" (barrq., 28 anos).

Tabela 18: Distribuição de frequências das razões pelas quais o pescador se sente explorado

Razões para Sentir-se Explorado	fi	(%)
Na classificação, peso, preços do produto, e no material	37	59,7
No preço dos insumos e no preço pago pelo produto	12	19,4
Na classificação e preço do material	9	14,5
Só quem lucra é o empresário	4	6,4
TOTAL	62	100,0

No final dessa subordinação, ou início desse processo de compra e venda, estão os pescadores. Em decorrência da sua inexperiência e indisposição para o comércio, provocadas pela falta de infraestrutura⁵⁶ e do próprio cansaço físico após uma faina de pesca, se limitam apenas a entregar sua produção aos detentores do capital ou a vender ao primeiro intermediário que aparece, logo após seu desembarque. Assim se tornam no elo mais frágil e descapitalizado do setor, ficando nas maiores dificuldades socioeconômicas e sem poder manter crescente a sua atividade e suas perspectivas de melhores dias.

Apesar da predominância do modo capitalista de produção, no processo produtivo da pesca artesanal de lagosta, suas transformações são frágeis se comparadas a outros sistemas de produção extrativistas. Na comercialização desse segmento, a dominação é marcada pela presença do capital comercial, interferindo na organização interna da exploração do produto. Em Redonda, essa atividade era exercida e controlada, praticamente, por dez intermediários (barraqueiros), dos quais nove residem na comunidade e são filhos dela. Através deles circulava, praticamente, todo o capital comercial proveniente dos proprietários dos frigoríficos da região e que propicia toda a dinâmica comercial que movimenta a economia local.

A comercialização da produção local se inicia a partir da chegada das embarcações na praia. Dependendo do modo do rateio a que a produção está submetida,

⁵⁶ Que podem ser boxes de mercado, terminais de pesca, entrepostos oficiais para compra e/ou estocagem da produção, transporte isotérmico de entidades associativas etc.

segue-se a divisão do produto a cada participante da pescaria ou a entrega da produção ao proprietário e/ou barraqueiro responsável pela armação da navegação.

No caso dos cangaeiros, como cada pescador é o dono de toda produção conseguida em suas armadilhas, a mesma era vendida e/ou entregue para aquele barraqueiro que lhe financiou a construção de seus apetrechos e/ou insumos. Quando o pescador já tinha amortizado parte desses empréstimos iniciais⁵⁷, ou mesmo quando estava precisando de dinheiro na mão, alguns deles procuravam outro barraqueiro ou vendiam para os pequenos compradores locais que, normalmente, compram à vista e por um preço ligeiramente superior ao que seria pago pelo agente financiador. As vezes, procuravam, também, vender diretamente ao posto do frigorífico da PAM.

Geralmente, os pescadores proprietários de embarcação, independente do rateio que praticavam, entregavam e/ou vendiam sua produção ao barraqueiro que financiava o conserto, reparo e manutenção da navegação e que fornecia os insumos necessários àquela pescaria. Alguns desses profissionais, quando pescam no regime de parceria, adquirem ou repassam as parcelas dos companheiros ao seu barraqueiro ou a outro que lhe consiga uma pequena diferença a maior no preço do produto. Dessa maneira, os primeiros passavam a obter, já num primeiro nível, um excedente apropriado da parcela produzida pelo companheiro. É dessa forma que os pescadores desprovidos de seus meios ficam, em sua maioria, com dificuldade de conseguir a propriedade desses bens de produção.

No período dessa pesquisa, a Associação de Moradores levantou recursos através de financiamento junto ao Fundo Municipal de Apoio Comunitário - FUMAC⁵⁸, para o reparo e reforma da fábrica de gelo, construção de uma câmara frigorífica e, financiou a aquisição de material para manutenção de embarcação e construção de cangalhas. Os 26 pescadores beneficiados assumiram o compromisso de comercializar toda sua produção através da associação, no intuito de seu fortalecimento e visando também que a entidade, posteriormente, viesse ser formadora de um preço mínimo básico, que possibilitasse melhores condições de renda para os pescadores da localidade.

⁵⁷ No caso, material para confecção das armadilhas, mas, será sempre um eterno dependente quanto ao financiamento dos insumos para pescaria.

⁵⁸ Programa assistencial financiado pelo Governo do Estado, Banco Mundial e Comunidade, com a supervisão da Secretaria do Planejamento e Coordenação.

Com relação aos preços pagos aos pescadores por sua produção, estes no início da safra/93, além de totalmente monopolizados pelos barraqueiros, eram ocultados dos produtores durante um período de até duas semanas. Isto porque "um dos maiores problemas no início das pescarias de lagosta está no preço inicial do produto, eles não falam do preço, só depois de uma semana ou mais é que o preço começa a espalhar" (pescd. alfab., 34 anos).

Além de não informarem o preço inicial, esses comerciantes não faziam a correção real do valor do produto, quando do ajustes das contas⁵⁹, visto que o mesmo é cotado em dólar no momento da entrega da produção aos frigoríficos. O fato foi atestado por um dos gerentes dessas empresas, quando declarou que: "Eu pago para eles pelo preço do dólar do dia. Agora prós pescadores eles seguram uma semana, oito dias. Eu acredito que o barraqueiro é meio sabido né" (gert. local da PAM)

E a exploração continua. O monopólio do preço era amplamente assumido por agentes dessa categoria, que, achando pouco seus lucros advindos da comissão⁶⁰ das firmas, ainda impunham uma fixação articulada nos preços, como atestam as seguintes afirmações.

Aqui existe um preço de boca entre eles aí. [...] O preço da lagosta hoje é tanto (gert. local da PAM). Nós os barraqueiros agente se combina né. Por exemplo, se lá na firma o preço é de US\$ 18,00 agente chega até 17,50 com o pescador, aí agente já vai mastigando um pouquinho, [...] ...porque quem vai lhe comprar ainda lhe da uma comissão além daqueles US\$ 18,00, por quilo do produto. Então, além do peso e da bitola, ainda tem o da comissão (barrq., 48 anos).

E não ficava só nisso porque, segundo o relato dos barraqueiros,

Aquele pescador cativo, que tá mais privado a você, você tem que baixar mais no preço do que aquele que é do outro barracão, [...] essa diferença vai ficando maior, já pró final da pesca, quando o produto vai ficando mais escasso. [...] Tem outro aspecto na compra da lagosta. Quando eu vou comprar com o meu dinheiro, eu tento explorar e baixar mais o preço, porque eu tô investindo o meu dinheiro (barrq., 48 anos).

A maioria, 93,8% dos pescadores, discordava desses preços articulados e pagos à sua produção e expressaram suas razões, pois sentiam no "bolso" essa exploração descabida a que estavam submetidos. Esses argumentos são mostrados nas Tabelas que se seguem.

⁵⁹ Na localidade, "as contas" acontecem semanalmente, aos sábados, logo após a última entrega da semana.

⁶⁰ Esse valor varia entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de dólar, dependendo do volume da produção, e é pago pelos frigoríficos por kg do produto com classificação padronizada, aos intermediários exclusivos/cativos.

Tabela 19: Distribuição de frequências da variável *acha certo o preço pago pelo seu produto*

Acha Certo o Preço do Produto	fi	(%)
Sim	4	6,2
Não	61	93,8
TOTAL	65	100,0

Tabela 20: Distribuição de frequências das razões pelas quais o pescador não considera certo o preço pago pelo seu produto

Razões	fi	(%)
Muito abaixo do valor real	48	78,7
Preço combinado/pescador enganado	4	6,6
Baixo preço quando comparado ao trabalho	9	14,7
TOTAL	61	100,0

Segundo esses profissionais, os preços médios recebidos pelo quilograma do pescado no final da temporada de 1993 estão apresentados na Tabela 21.

Tabela 21: Valor médio recebido pelo pescador, pelo kg do pescado na temporada/1993

Tipo de Pescado	Valor médio, US\$/kg
Lagosta grande sem cabeça(cauda)	19,2
Lagosta grande com cabeça	6,5
Lagosta média/pequena(sem padrão)	3,1
Peixe de 1 ^a	1,4
Peixe de 2 ^a	1,0

Esses preços foram confirmados pelos barraqueiros quando, em suas entrevistas, afirmaram que pagaram em média US\$ 19,27 ao pescador pelo kg. da cauda e US\$ 6,80 pelo kg. da lagosta com cabeça, ambos os produtos com classificação oficial. Segundo esses mesmos agentes, os frigoríficos lhes pagaram pelos mesmos produtos, em média, US\$ 20,30 e US\$ 8,00, respectivamente, afora o valor da comissão, de acordo com o volume da produção e do frigorífico envolvido.

Para a temporada de 1994 que estava iniciando, as perspectivas em relação ao preço inicial, pago ao nível de produtor, eram bastantes diferentes, considerando os preços praticados na safra anterior. Com a entrada da Associação de Moradores no processo de comercialização da pesca local, muda por completo a maneira de proceder dos barraqueiros e até dos próprios donos de frigoríficos, que estavam vendo nela um agente independente e não sujeito a acordos. Assim sendo, o preço inicial da cauda (classificada), que, na safra anterior, foi cotado a US\$ 15,50, a safra/94 estava iniciando com a Associação divulgando e pagando a US\$ 17,00 e, sendo acompanhado por todos os demais agentes envolvidos no processo. Tinha até quem pagasse US\$ 17,50, no caso do posto da PAM, corrigidos diariamente, o que é mais importante, ao contrário do mesmo período em 1993, quando os barraqueiros congelavam o preço em cruzeiros por até 15 dias, enquanto recebiam em dólar, semanalmente. "Esse ano [1994] foi totalmente diferente dos outros anos. [...] Era um preço que demorava 15 dias. [...] É a primeira vez na história da Redonda que a lagosta sobe todo dia" (presd. assc. mord.).

Outro fator positivo, e que, de certo modo, favoreceu para a melhora do preço inicial, foi a criação da Associação de Empresas Brasileiras de Exportadores de Lagosta (ASBEL), por organizações que exportavam lagostas no Nordeste, na tentativa de ordenar o processo de compra e de racionalizar os custos, centralizando o beneficiamento em poucos frigoríficos, com o intuito de padronizar um produto de melhor qualidade para a exportação. Informações verbais de gerentes de frigoríficos da região indicavam que a iniciativa não estava correspondendo aos anseios dos organizadores da nova entidade, visto que, além do número reduzido de filiados iniciais, ela teria trazido benefício aos exportadores da lagosta miúda. Esses empresários que ficaram de fora passaram a concorrer com o preço da ASBEL em suas praias de controle. Então, "quando foi começar a pesca, eles já anunciaram que eles iam pagar mais do que a associação [ASBEL], ...isso fez com que o preço desce uma subida e viesse pró seu patamar ideal" (Líder comut., 35 anos).

Realmente, segundo o IBAMA (1994b) o preço médio de caudas de lagostas ao nível de primeira comercialização variou de R\$ 17,22/kg (US\$ 17,40) em maio para R\$ 22,00/kg (US\$ 26,01) em outubro de 1994.

Após o pagamento e/ou recebimento da produção, o barraqueiro acondiciona o produto em caixas isotérmicas de isopor com gelo triturado e/ou em *freezers*, enquanto aguarda o transporte do frigorífico ou enquanto o estoque atinge um volume

ideal para ser transportado por ele mesmo até o seu comprador. A partir daí, inicia-se o processo de escoamento da produção que, na maioria de seus trechos, é comandado e realizado por intermediários e frigoríficos locais.

De acordo com as informações da maioria dos segmentos pesquisados, principalmente dos barraqueiros, a produção de lagostas oriunda da comunidade deveria seguir, até o seu consumidor final, os principais caminhos apresentados no fluxo de comercialização da Figura 6.

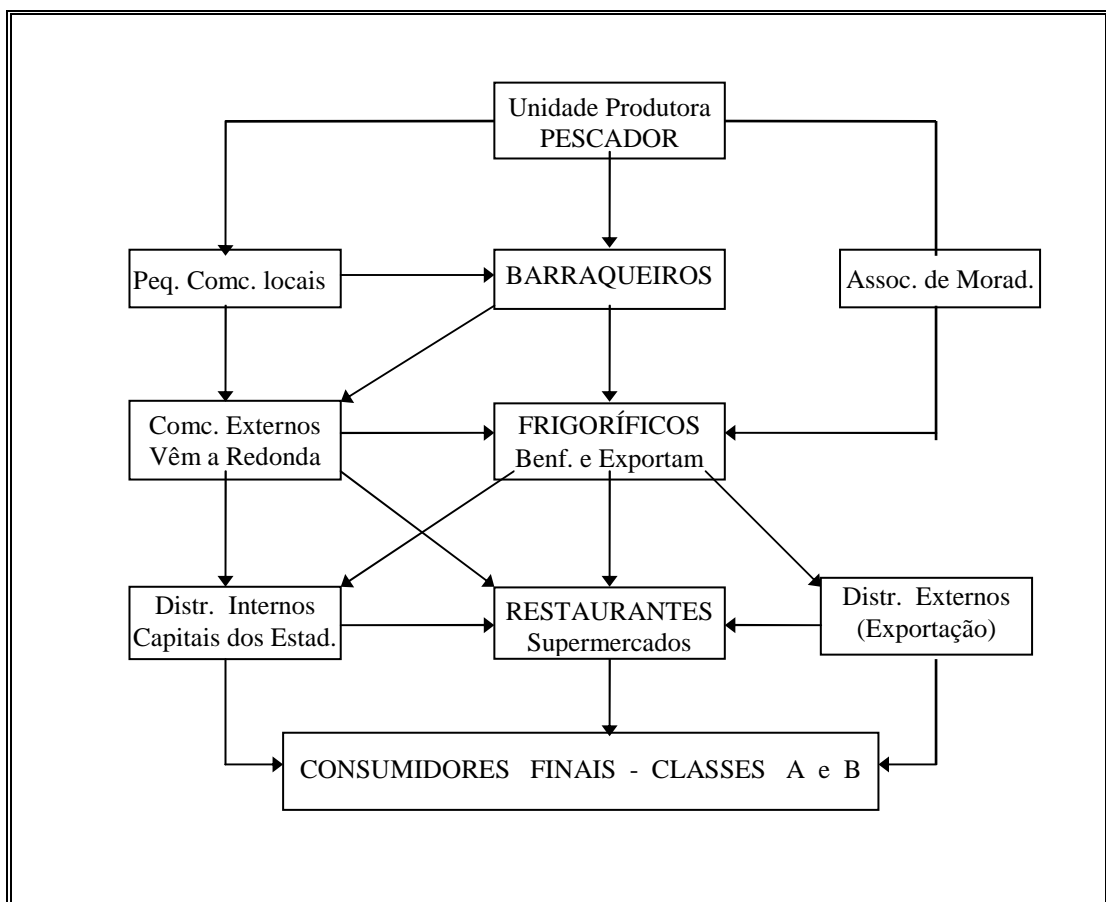


Figura 6: Fluxo normal de comercialização da produção de lagosta de Redonda

Vale ressaltar que os canais acima expostos, observáveis sob diferentes aspectos, não encerram os vários elementos e/ou partes nas quais eles ainda poderiam se apresentar. Por exemplo: nas férias de julho, quando da presença de veranistas na comunidade, alguns consumidores podem adquirir o produto diretamente dos barraqueiros ou dos pequenos compradores locais. Esses canais também poderiam estar condicionados ao tipo do capital envolvido na atividade, às distâncias dos mercados virtuais e à quantidade de agentes envolvidos até o consumidor final.

Segundo os dados colhidos pela pesquisa, a maioria (76,9%) dos pescadores não tinha o conhecimento desses caminhos que o produto percorre até o seu destino final, nem sabiam do número de intermediários envolvidos até lá (Tabelas 1.29 e 1.30 no Apêndice A), mas sabiam qual o principal entre eles, aquele que também era do conhecimento da maioria dos entrevistados, ou seja: pescador - barraqueiro - frigorífico - distribuidor externo - consumo. Esse é o caminho pelo qual praticamente escoam todo aquele produto classificado dentro dos padrões oficiais e que alcança os melhores níveis de preços no mercado externo. Esse produto atinge tal mercado sob as formas de cauda congelada, lagosta inteira cozida, lagosta viva e lagosta em conserva.

Excetuando-se o canal que passa via Associação de Moradores, os outros corredores também eram utilizados para o escoamento do produto não classificado (lagosta miúda e a que "raspou a bitola"). Esses produtos, segundo relato de gerente de frigorífico local, chegava a ser três vezes maior do que o volume daquele padronizado. A produção era tanta que em Redonda "...existiu época de se enterrar lagosta miúda, se enterrar, se enterrar, ...porque era tanta que não existia quem comprasse, e eles enterravam, ...tanto o pescador como os barraqueiros. [...] Aqui eles compram a preço de banana, ± três dólares" (gert. local da PAM).

Os barraqueiros, agentes principais e célula central desses corredores de comercialização, também confirmaram que esses produtos tinham passado por seus setores, quando declararam que.

Na Alto Mar[PAM], eles tavam recebendo lagosta com cabeça pelo peso. No começo era 300 gramas, depois 250 e no final até de 150 gramas eles recebiam" (barrq. 37 anos). 150 gramas o quê? Ela pesou 100 gramas já passou, vai tudo. O ano passado levaram até de 80 gramas (barrq.32 anos).

Como o volume desses produtos foi sempre superior ao padronizado, o destino dessa produção era o mercado interno e igualmente o mercado externo. O principal canal de comercialização, também, foi bastante usado para dar vazão a esses produtos, e o pior, sob a vista dos órgãos oficiais, como atestam os relatos seguintes.

A cozida tem mercado internacional, não tem agora porque nos paramos. [...] Tô falando da cauda, a caudinha, 50-60 gramas, toda ela tem mercado. [...] Passa no porto, aí a manobra que eles fazem lá ninguém sabe né" (Gert.frig. ICAPEL). Daqui ela saía pró Fortim, que é onde se beneficia. [...] Todo mundo bota lagosta viva prá cá. [...] A ICAPEL é a maior compradora de lagosta miúda aqui da região. Ela beneficia e exporta. [...] Passa por um porto, [...] e não tem barreira nenhuma não. Onde existe dinheiro não existe nada difícil. [...] Tão pegando a lagosta miúda todinha..., o IBAMA vai ter que trabalhar e deixar de receber propina..., e quem não recebe propina aqui hoje em dia..., o pessoal da fazenda recebe, o IBAMA [local] recebe" (Gert.local da PAM).

É bom frisar que, a participação do pescador no processo de comercialização desse tipo de produto, embora existisse também a colaboração do profissional nesse crime contra a espécie, se dava em decorrência da sua indução através do financiamento dos apetrechos considerados predatórios, pelos detentores do capital, e também por razões de ordem econômica, sobretudo porque existia sempre comprador para esse tipo de produto.

Resumindo e finalizando todo esse processo de compra e venda do principal produto da pesca em Redonda, uma de suas lideranças adverte que "a questão da comercialização da lagosta aqui é uma Marfia" (Líder comut., 35 anos).

6.3 A Comercialização e os Problemas do Defeso

Como o problema do período de defeso mais citado, por todos os setores pesquisados, foi a falta de renda, a dificuldade financeira e, uma vez que a cadeia de intermediação que comanda o processo de comercialização a que estão submetidos os pescadores tem influência direta na remuneração pelo esforço de seu trabalho, inicia-se esse segmento com a apresentação dos resultados obtidos através das informações sobre a produção semanal e os preços médios do principal produto da pesca local. Esses culminaram com a identificação e quantificação da Renda Média Bruta Mensal desses profissionais e de sua família, de maneira geral e em suas respectivas categorias, conforme os levantamentos efetuados pela pesquisa e que estão expostos nas Tabelas 22 e 23, a seguir.

Tabela 22: Renda média mensal (em US\$), desvio padrão, Rendas mínima e máxima dos pescadores e pessoas da família tendo como base a produção de 1993

Discriminação	Média	D.P.	Min.	Max.	n
Do pescador	214,02	115,75	43,7	558,9	65
- Safra (2 meses)	605,43	392,37	160,0	1.600,0	65
- Entressafra (6 meses)	168,22	102,87	20,8	516,8	65
- Defeso (4 meses)	87,03	65,68	0,0	273,6	65
De pessoas da família	26,40	44,97	0,0	186,0	65
Renda Familiar	240,42	119,62	84,8	623,7	65

Nota: a renda média do pescador foi calculada atribuindo-se peso 2 ao período de safra, 6 ao período de entressafra e 4 ao período do defeso

Tabela 23: Renda média mensal (em US\$), desvio padrão, Rendas mínima e máxima das diversas categorias de pescadores, identificados na pesquisa, durante o ano de 1993

Categoria de Pescadores	Média	D.P.	Min.	Max.	fi	(%)*
Parceiro**	331,40	140,03	157,93	558,90	12	18,5
Cangaeiro	211,50	92,76	84,80	442,97	38	58,5
De Canto	127,13	62,86	43,67	256,60	13	20,0
Prop. de Embarcação e apetr.	324,73	108,63	138,10	558,90	24	36,9
Não prop. de Embarcação	149,22	54,71	43,67	312,83	41	63,1
Prop. só de Apetrechos	159,76	48,42	84,80	312,83	27	41,5
Sem meios de Trabalho	128,88	61,99	43,67	256,60	14	21,6
Vende prod. p/Barraqueiro	224,16	117,89	43,67	558,90	58	89,2
Vende a quem paga mais	250,96	143,61	138,10	558,90	10	15,4
Vende p/dono Embarc./apet.	110,30	37,95	43,67	187,83	9	13,8

* percentual sobre o total de entrevistados (65).

** Dos 12 casos amostrados de Parceria, 9(75%) são proprietários de 12 botes a vela.

Vale salientar que essas categorias não são estanques pois se correlacionam, ou seja, um mesmo pescador pode ser e/ou estar representado em uma ou mais delas ao mesmo tempo.

Com relação ao destino dado à produção, visto que as demais categorias foram comentadas (item 6.2.1.) verifica-se na Tabela 23 que os barraqueiros são os responsáveis pela comercialização do produto da maioria (89,2%) dos pescadores e que esses situam-se entre aqueles com renda média ligeiramente superior à média geral encontrada para o conjunto dos profissionais da comunidade (Tabela 22).

A variável "*renda média do pescador*" foi a mais utilizada nos ensaios para identificar a correlação entre as demais variáveis, principalmente daquelas que mantêm correspondência com a intermediação da produção.

Dentre todas as tentativas de correlacionamentos realizados, os possíveis de execução com o teste X^2 (qui-quadrado) estão apresentados no item 3- Análise estatística, do relatório do LEMA no Apêndice A.

As correlações significantes, ou seja, aquelas que apresentaram relação de dependência significativa, para um dado nível α , entre as variáveis experimentadas, estão mostradas juntamente com os resultados do teste X^2 , na Tabela 24, e, a seguir, serão comentadas e apresentadas através de suas respectivas tabelas de contingência.

Tabela 24: Resultados do teste χ^2 para os cruzamentos que apresentaram relação de dependência significativa

VARIÁVEIS CORRELACIONADAS	GL	χ^2_0	$\chi^2_{0,05}$	Sig.
A) Renda Média do Pescador, Versus				
Barraqueiro presta ajuda em urgência	2	6,05	5,99	0,048*
Forma de rateio da produção	2	9,08	5,99	0,010**
Vende produção ao dono dos apert. / emb.	1	6,96	3,84	0,008**
B) Barraqueiro Financia Conserto e Reparos, Versus				
É proprietário da embarcação	1	3,99	3,84	0,045*
C) Barraqueiro Presta Ajuda em Urgência, Versus				
É proprietário da embarcação	2	11,44	5,99	0,003**
D) Renda Média Familiar, Versus				
Nível de habitação	1	3,84	3,84	0,050*
Nível de saneamento	1	7,60	3,84	0,006**

* significante a 5%; ** significante a 1%.

Para a correlação apresentada na Tabela 25, verifica-se que, do total de pescadores consultados, independentemente de sua renda, 26,2% recebem ajuda do barraqueiro em urgências durante todo o ano, enquanto 23,1% recebem só no período da pesca e 50,8% não recebem nenhuma ajuda dessa ordem. Quando se relaciona essa ação com a renda média do pescador, observa-se que, do total de pescadores com a renda abaixo da média, 56,4% não recebem nenhum tipo de ajuda e que apenas 15,4% receberam tal ação durante o ano todo; enquanto isso, entre os pescadores de renda acima ou igual à média, este percentual sobe para 42,3%. Já no período da pesca, 28,2% dos pescadores de baixa renda e 15,4% dos pescadores de renda superior ou igual a média recebem tal benefício.

Como a distribuição dos dados da Tabela 25 é significativa a um nível de 5% para o teste χ^2 , pode-se afirmar que existe uma relação de dependência entre os valores correlacionados, ou seja, os barraqueiros tinham uma certa preferência em ajudar o ano todo àqueles profissionais de um maior poder aquisitivo.

Tabela 25: Renda média do pescador segundo a variável *barraqueiro presta ajuda em urgências*

Barraqueiro Presta Ajuda em Urgências	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
O ano todo	6	15,4	11	42,3	17	26,2
Só período da pesca	11	28,2	4	15,4	15	23,1
Não Ajuda	22	56,4	11	42,3	33	50,8
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

Independente da renda do pescador, observou-se que, no geral, existia uma preferência da maioria, 58,5%, para a forma de rateio da produção no **modo cangaieiro** (Tabela 26, a seguir). No entanto, quando do relacionamento da renda com essas categorias, verificou-se que, do total de pescadores com renda abaixo da média, apenas 7,7% faziam rateio no **modo parceria**, enquanto entre os de renda acima da média, esse percentual passava para 34,6%. Quanto à forma de rateio **de canto**, observou-se que 33,3% do total de pescadores que ganham abaixo da média e apenas 7,7% dos que ganham acima ou igual à média participavam dessa ação.

Tabela 26: Renda média do pescador segundo a forma de rateio da produção

Forma de Rateio da Produção	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Parceria	3	7,7	9	34,6	12	18,4
Cangaieiro	23	59,0	15	57,7	38	58,5
De canto/outra	13	33,3	2	7,7	15	23,1
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

A distribuição dos dados da Tabela 26, juntamente com os do teste X^2 realizado, indicam uma dependência entre os valores correlacionados, ou seja, os pescadores que participavam da forma de rateio **de canto** tinham uma tendência de perma-

necer auferindo renda abaixo da média geral da categoria, enquanto que a forma de parceria privilegiava àqueles de renda acima da média (normalmente os proprietários), excetuando-se a forma **cangaeiro** para ambas as categorias de renda.

Entre os caminhos do destino da venda da produção, observou-se na amostra que, independente da renda do pescador, apenas 13,8% deles afirmaram entregar sua produção ao dono dos apetrechos/embarcação. Quando essa ação foi relacionada com a renda do pescador (Tabela 27), verificou-se que, do total de pescadores que ganham acima ou igual a média, nenhum vendeu sua produção ao proprietário dos apetrechos/embarcação, enquanto 23,1% dos que ganham abaixo da média o fizeram.

Tabela 27: Renda média do pescador segundo a variável *vende sua produção ao dono dos apetrechos/embarcação*

Vende Prod. ao Dono Apet/ Embarcação	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	9	23,1	-	00,0	9	13,8
Não	30	76,9	26	100,0	56	86,2
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

A relação, mostrada na Tabela 27 através do teste X^2 a um nível de significância de 1%, mostra que existe uma dependência entre os valores correlacionados, ou seja, todos os pescadores que entregaram sua produção ao dono dos apetrechos/embarcação não atingiram a renda média dos pescadores da comunidade e muito provavelmente não serão possuidores desses meios de trabalho.

Durante o levantamento dos bens de produção dos pescadores que atuam na comunidade, observou-se que, independente da propriedade da embarcação, 57,4% deles informaram que os consertos e reparos da navegação na qual produziam eram financiados pelos barraqueiros. Quando essa informação foi correlacionada com a posse da embarcação, verificou-se que, do total de pescadores proprietários, 41,7% financiam os consertos e reparos com os barraqueiros, enquanto 67,6% dos não proprietários confirmaram essa mesma afirmação para aquele meio de trabalho no qual produziam (Tabela 28).

Tabela 28: Barraqueiro financia consertos e reparos segundo a variável *é proprietário de embarcação*

Barraqueiro Financia Consertos / Reparos	É Proprietário da Embarcação					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	10	41,7	25	67,6	35	57,4
Não	14	58,3	12	32,4	26	42,6
TOTAL	24	100,0	37	100,0	61	100,0

Como a relação acima mostrou-se significativa a 5% para o teste X^2 , pode-se afirmar que existe uma relação de dependência entre as variáveis analisadas, ou seja, a maioria dos pescadores não proprietários de embarcação pescava naquelas que eram financiadas pelos barraqueiros. Essas embarcações nas quais esses profissionais praticavam seu labor diário eram, de maneira geral, de propriedade de barraqueiro que, além da apropriação de parte do trabalho do pescador, ainda lucra com a obrigatoriedade da entrega de sua produção.

Relacionado ainda com a intervenção dos barraqueiros na comunidade e independente da propriedade da navegação, observou-se na amostra que, do total de pescadores consultados, 26,2% recebiam ajuda dos barraqueiros em urgências durante o ano todo, 23,1% só no período da pesca e 50,7% não recebiam nenhuma ajuda dessa ordem (Tabela 29).

Tabela 29: Barraqueiro presta ajuda em urgência segundo a variável *é proprietário de embarcação*

Barraqueiro Ajuda Em Urgência	É Proprietário da Embarcação					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Durante ano todo	12	50,0	5	12,2	17	26,2
Só período da pesca	3	12,5	12	29,3	15	23,1
Não Ajuda	9	37,5	24	58,5	33	50,7
TOTAL	24	100,0	41	100,0	65	100,0

Quando a ação de ajuda é relacionada com a posse da embarcação, verificou-se que, entre os proprietários, 50,0% recebiam ajuda o ano todo, 12,5% no período da pesca e 37,5% não recebiam ajuda. Entre os não proprietários, apenas 12,2% recebiam ajuda durante o ano todo, 29,3% só no período da pesca e 58,5% não recebiam ajuda. Como essa relação (vista na Tabela 29) apresenta significância ao nível de 1% para o teste X^2 , pode-se afirmar que existe uma dependência entre as variáveis correlacionadas, ou seja, os barraqueiros tinham uma certa preferência em ajudar nas urgências durante o ano todo, àqueles pescadores proprietários de embarcação.

Ainda com relação a renda, mas desta vez envolvendo a família como um todo, observa-se através da Tabela 30 que, do total de famílias entrevistadas, independente da renda média familiar, 72,3% apresentaram nível de habitação satisfatório.

Tabela 30: Nível de habitação segundo renda média familiar

Nível de Habitação	RENDA MÉDIA FAMILIAR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Não satisfatório	14	36,8	4	14,8	18	27,7
Satisfatório	24	63,2	23	85,2	47	72,3
TOTAL	38	100,0	27	100,0	65	100,0

No entanto, no relacionamento dessa classificação com a renda média familiar, 36,8% delas com renda abaixo da média foram consideradas com nível de habitação não satisfatório. Esse percentual cai para 14,8% entre as famílias com renda superior ou igual à média. A relação apresentada na Tabela 30 mostrou significância a um nível de 5% para o teste X^2 , indicando a presença de dependência entre os valores correlacionados, ou seja, o nível da habitação dos pescadores da comunidade era melhor para aquelas famílias com renda igual ou superior à renda média estimada na pesquisa.

Da mesma maneira, observando a Tabela 31, verifica-se que, do total de famílias entrevistadas, independente de sua renda média, 53,8% apresentavam um nível de saneamento satisfatório. Entretanto, quando essa classificação é relaciona-

da com a renda média familiar, 60,5% das famílias com renda abaixo da média apresentam um nível de saneamento não satisfatório. Este percentual cai para 25,9% entre as famílias com renda superior ou igual à média.

Tabela 31: Nível de saneamento segundo renda média familiar

Nível de Saneamento	RENDA MÉDIA FAMILIAR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Não satisfatório	23	60,5	7	25,9	30	46,2
Satisfatório	15	39,5	20	74,1	35	53,8
TOTAL	38	100,0	27	100,0	65	100,0

Como a relação mostrou significância no teste X^2 a um nível de 1%, pode-se afirmar que existe uma relação de dependência entre os valores correlacionados, ou seja, o nível de saneamento das famílias dos pescadores da comunidade estava influenciado pela renda média de seus integrantes.

Mais uma vez relacionado aos benefícios e/ou favores prestados pelos barraqueiros, principalmente durante o defeso, os pescadores, respondendo a uma questão sobre a presença desses agentes nesse período, manifestaram suas opiniões, expressas na Tabela 32.

Tabela 32: Distribuição de frequências da opinião sobre o defeso sem o barraqueiro

Defeso sem o Barraqueiro	fi	(%)
Melhor	2	3,1
Pior	14	21,5
O mesmo	49	75,4
TOTAL	65	100,0

Segundo a parcela dos 21,5% que acharam **pior**, suas razões para tal situação estão apresentadas na Tabela 33, a seguir.

Tabela 33: Distribuição de frequências das razões pelas quais o defeso sem o barraqueiro seria **pior**

Razões	fi	(%)*
Falta de vale para pescadores	6	42,9
Falta de ajuda na confecção do material	5	35,7
Falta de insumos para pescar peixes	3	21,4
TOTAL	14	100,0

* percentual sobre o total de pescadores que responderam "pior" na tabela 32

Seguem-se alguns de seus depoimentos, justificando suas decisões.

Perto da pesca da lagosta, eles ajudam os pescadores a voltarem pró mar, ajudando na compra do material pra construir as cangaias (pescd. alfab., 30 anos). As vezes ajudam no material e em alguns caso no dinheiro (pescd. alfab., 33 anos). O pescador acaba se individando, aí tem que vender seu produto pelo preço acertado (pescd. alfab., 30 anos).

Observou-se também que, entre esses, a maioria, 57,0%, eram proprietários de embarcação, corroborando os resultados das correlações apresentadas entre os agentes envolvidos.

Da mesma forma, as razões expressas por aqueles que concordavam que a situação era "a mesma" estão apresentadas na Tabela 34.

Tabela 34: Distribuição de frequências das razões pelas quais o defeso sem o barraqueiro seria **o mesmo**

Razões	fi	(%)*
Barraqueiros não ajudam em nada	33	67,4
Não usa préstimos do barraq. no período	6	12,2
Não recebe ajuda financeira	5	10,2
Barraqueiros só ajudam nas pescarias	5	10,2
TOTAL	49	100,0

* percentual sobre o total de pescadores que responderam "o mesmo" na tabela 32

Eis algumas declarações de seus protagonistas.

Não ajudam em nada, só no começo eles emprestam alguma coisa, mais cobram em dobro (pescd. alfab., 23 anos). Não uso de suas ajudas no paradeiro, acho que não vale a pena (pescd. anfab., 40 anos). Não ajuda ninguém, só se a firma arrumar dinheiro prá eles (pescd. anfab., 48 anos). Prá mim eles não ajudam no paradeiro (pescd. alfab., 43 anos).

Nesse caso, verificou-se que, entre os informantes, a maioria, 34 (69,4%) não eram proprietários de navegação (menos descapitalizados), o que fortalece também os resultados das correlações antes descritas. Porém, ficou claro, **in loco** e através desses depoimentos, que, de certa forma, poderia existir a possibilidade de uma eventual ajuda/empréstimo, caso o proponente procurasse insistir. Essa afirmação também pôde ser constatada com as declarações que se seguem.

Quando a gente tem a gente arranja, ou então eles matam a gente doido, [...] aqui acolá a gente arranja uma pontinha, mixaria, prá comprar um quilo de farinha (barrq. 41 anos). Arranja, digamos que você precise de dois mil, aí ele transforma aquele dinheiro em quilos de lagostim. [...] Aí eu repasso do mesmo jeito pros pescador (barrq. 28 anos). "Como a figura do barracão pró pescador é uma figura paternalista, então todo o dinheiro que ele ganha, geralmente ele esbanja, porque no período do paradeiro ele corre lá pró intermediário e faz os vale (presd. assc. mord.)

Durante as entrevistas com os agentes da comercialização, conseguiu-se observar que, custeando todas essas ajudas/empréstimos dos barraqueiros, estavam os proprietários dos frigoríficos, os verdadeiros detentores do capital comercial nesse segmento da comercialização da produção. Através deles, afirmou um dos gerentes dessas unidades, "existe aqui um financiamento que a gente faz todo ano. [...] Financiamos através dos barraqueiros tanto o material - boia, chumbada, linhas, tinta, etc. - como também o dinheiro para a reforma dos botes. [...] Na pesca fornecemos também a isca, o óleo e o gelo..." (gert. local da PAM).

Era dessa maneira que os donos dos frigoríficos vinculavam os barraqueiros ao seu ciclo cativo de fornecedores exclusivos e dependentes, da mesma forma que a maioria dos pescadores ficava subordinada e submissa a esses comerciantes da praia, como mostram os testemunhos a seguir.

As firmas emprestavam o dinheiro e o material. O material era pago pelo preço do dia que você fosse pagar, e o dinheiro que você tirar é descontado na lagosta pelo preço de dólar daquele dia. Aí você fica devendo tantos quilos de lagosta. Essa mesma arrumação a gente faz com alguns pescadores. [...] Eu também me amarro. Eu peço gelo, peço isca e tal, aí.... Por isso a gente vende mais barato prá eles... (barrq. 48 anos). As firmas paga, a quem não deve nada prá elas né. Mais a gente que está amarrado, pega material, isca e gelo, tem que vender mais barato (barrq., 37 anos).

O fato também foi observado pelas lideranças locais, quando confirmaram a existência desse atrelamento entre proprietários de frigoríficos, barraqueiros e pescadores, como demonstram seus relatos.

Existe, e como existe. [...] As mesmas vantagens que aquele barracão dá para aquelas pessoas de confiança, que é dono de bote, o frigorífico também dá praquela barracãozeiro que é ligado a ele mesmo. [...] E assim vão amarrando os barraqueiros que ficam seus devedores, e que tentam amarrar de todas as formas o pescador, prá ter sua produção e assim pagar suas dívidas assumidas com os frigoríficos (líder comut., 35 anos). Existe, ...a dívida desses barraqueiros com os donos de frigoríficos é uma coisa absurda. Todos eles devem e devem muito. [...] Eles levam uma vida acima de suas possibilidades (presd. assc. mord.).

No item 6.1, mostrou-se que um dos problemas geradores da falta de renda no defeso era o desinteresse do pescador de Redonda para com a pesca comercial do peixe nesse período; e viu-se, também, que os barraqueiros, bem como os frigoríficos locais, não davam apoio nem o mesmo suporte financeiro que propiciavam à pesca da lagosta. Para certos agentes, "no paradeiro, a melhor coisa que podia acontecer prá melhorar a situação na praia de Redonda, era tirar os pescadores das mãos dos atravessadores do peixe" (barrq., 48 anos).

A falta de estímulo fazia com que o pescador permanecesse naquele estado de estagnação, visto que em virtude da sua especialização profissional, não existia outra atividade econômica na comunidade que não fosse a pesca. Segundo algumas lideranças locais, a maioria dos barraqueiros não estava preocupada com aquela situação dos pescadores nem procurava soluções ou oferecia ajuda, no sentido de colocá-los em atividade, incentivando-os para a prática da pesca comercial do peixe. De acordo com eles, era melhor para esses agentes que os pescadores permanecessem naquela situação, visto que, quando do início da pesca da lagosta, eles teriam mais facilidades de "fisgar" esses profissionais através do financiamento de materiais e insumos para a pesca, e de pequenos adiantamentos para seu custeio. Questionaram ainda a existência de interesses de alguns frigoríficos em manter aquele estado de "apatia" no defeso em Redonda, conforme procurou afirmar em seu depoimento uma dessas lideranças.

Acredito que sim, Para eles os pescadores ficam mais vulneráveis, né. Esse tempo todo parado faz com que as dificuldades financeiras aumentem muito e, na volta você se apegar a quem dá. Isso torna esses elementos [pescadores] mais vulneráveis as suas ações e interesses (pred. assc. mord.).

Com a criação da ASBEL, no defeso de 1994, os financiamentos e adiantamentos para os barraqueiros ficaram mais escassos, inexistindo em alguns casos, deixando a categoria numa posição de espera, de expectativa do que poderia advir com a nova entidade. Para aquele ano, eles esperavam que fosse "o pior ano de pesca da lagosta, ...dado essa cooperativa. [...] Talvez você seja forçado a entregar a lagosta sem dinheiro" (barrq., 48 anos).

Do outro lado, os pescadores. Como existia a prática, geralmente observada, do financiamento, da ajuda no defeso e na volta à pesca, eles também estavam preocupados. Segundo o presidente da Associação de Moradores, era "porque eles sabem que não vai ter esse financiamento pro próximo ano. Aquelas facilidades que eles tinham pra voltar pra pescar, eles não vão ter. Vão ter que ser mais cuidadosos, mais zelosos com o patrimônio deles".

Mas, segundo o gerente local da Pesca Alto Mar (PAM), frigorífico representante da ASBEL na comunidade, a diminuição das atividades creditícias de apoio à pesca da lagosta se deu em virtude do momento da formação, da criação da entidade. Ele adiantou que "a cooperativa vai continuar financiando. Ela vai ser transformada no grande armador de pesca, aos donos de bote".

6.4 As Opções das Famílias dos Pescadores no Defeso

Nessa sequência, são apresentadas as principais opções e/ou sugestões, dos diversos segmentos que fizeram parte dessa pesquisa, que possibilitam a geração de renda ou minimizem os problemas de sua ausência da família, no período do defeso.

Levantou-se, entre todos os segmentos entrevistados, que a melhor opção para o pescador nesse período era, sem dúvida, **a pesca comercial do peixe**. Ela foi indicada não somente para o defeso, como também para aqueles meses em que a pesca da lagosta se torna improdutiva, ou seja, passa a trazer retornos negativos, considerando que a receita da venda da produção não dá para cobrir todas as despesas de armação da pesca. Foi confirmada, também, por 67,7% da categoria dos pescadores, entre outras sugestões propostas pela classe, mostradas na Tabela 35, a seguir.

Tabela 35: Distribuição de frequências das opções de renda para o pescador no defeso

Opções de Renda	fi	(%)*
Pescar peixes	44	67,7
Emergência (frentes de trabalho)	11	16,9
Seguro desemprego	9	13,8
Financiamento p/pescar peixes	4	6,2
Confecção de cangalhas	2	3,1
Não Respondeu	6	9,2

* percentual sobre o total de informantes (65)

Apesar das razões apresentadas no item 6.1, para a falta de estímulo à prática da pesca comercial do peixe como fonte de renda no defeso, era do produto capturado nesse período que a maioria deles, 78,5%, retirava o sustento (consumo/alimento) de suas famílias, muito embora o volume capturado não fosse suficiente nem para o próprio abastecimento local. Outra parcela vinha da poupança doméstica (44,6%) realizada na pesca da lagosta, entre outros, apresentados na Tabela 36. Vale ressaltar a participação do barraqueiro (10,8%) nessa função, o que reafirma sua relação com os problemas do defeso.

Tabela 36: Distribuição de frequências da origem da renda do pescador no defeso para o sustento da família

Origem da Renda no Defeso	fi	(%)*
Pesca de peixes (consumo e comercialização)	51	78,5
Poupança	29	44,6
Outra atividade	25	38,5
Pessoas da família	25	35,5
Barraqueiro (dívida)	7	10,8
Pesca de camarão	7	10,8

* percentual sobre o total de informantes (65)

Acontece que apenas 33,8% dos pescadores exerciam a prática da pesca comercial do peixe (Tabela 8 item 6.1.). Todavia, segundo lideranças locais, tal prática poderia ser ampliada e viabilizada através de convênio e/ou intercâmbio entre a

Associação de Moradores e a Universidade Federal, ou com outros órgãos oficiais de apoio à pesca artesanal, visando a treinamentos e/ou cursos específicos para pescadores e mestres de pesca interessados (40%) em desenvolver e aperfeiçoar práticas da pesca comercial de peixes (Tabela 37).

Tabela 37: Distribuição de frequências da variável *participaria de curso sobre técnica de pescar peixe*

Participaria de Curso	fi	(%)
Sim	26	40,0
Não	13	20,0
Não Respondeu	26	40,0
TOTAL	65	100,0

Para esses treinamentos/cursos, existe na comunidade uma embarcação de 12,5 metros, motorizada, adquirida pela Associação de Moradores em junho de 1995, com recursos do FUMAC, para essa finalidade e para auxílio na fiscalização da pesca da lagosta.

Outra ajuda substancial que a associação estava fornecendo, desde o defeso de 1994, como incentivo à pesca de peixes, era o fornecimento do gelo aos seus associados. Apesar de não atender a demanda desse insumo no período, visto que os frigoríficos suspendem seu fornecimento aos barraqueiros, ela induziu e facilitou a que uma parcela de pescadores passasse a praticar tal ação. O fato foi confirmado, inclusive, pelo agente, através desse testemunho.

Se na Redonda tivesse uma fábrica de gelo que atendesse a demanda das navegação, melhoraria a situação do paradeiro prá todo mundo que tem o mesmo direito de sobreviver. [...] Talvez se nos tivesse isso aqui, talvez 40% das navegação daqui não fosse mais pro lagosta. Quando começasse a dar prejuízo, ia muita gente prá pesca do peixe. [...] Aquela fábrica de gelo, ela vai melhorar agora quase 20% a produção de peixe aqui da Redonda. [...] Todo mundo vai ver que para o ano, e já para esse ano, a coisa vai melhorar. Só porque tem gelo dentro de casa (barrq., 48 anos).

Para melhorar o incentivo que a associação vem prestando aos pescadores, suas lideranças indicaram como mais uma opção no incremento no nível de renda dessas famílias o fortalecimento da entidade através do apoio e participação da classe, direcionando o processo de comercialização de sua produção, via organização, principalmente no defeso. Como foi mostrado no item 6.2.2., é relevante, pois

não só o preço do produto aumenta sua cotação, ao nível de primeira comercialização, como também o pescador passaria a ficar com uma parcela maior do capital comercial que é apropriado pelos agentes da intermediação.

Outras lideranças sugeriram a criação de uma entidade associativa que agrupasse, incentivasse, fortalecesse e divulgasse entre as jovens e senhoras da comunidade a prática da confecção do labirinto, uma atividade comum do artesanato municipal, mas que necessita de um apoio maior para ampliar o seu universo de praticantes. Assim sendo, se estaria contribuindo para que essa profissão continuasse sendo repassada de mãe para filha, evitando o que aconteceu com a prática da pesca do peixe com os pescadores locais, e contribuindo na ajuda do orçamento familiar.

Outras sugestões levantadas que também possibilitariam amenizar a carência de renda do pescador, nesse período foram:

a) a ativação da mini-indústria artesanal para o aproveitamento da polpa do caju. Equipada desde 1993, mas que nunca funcionou em virtude da falta de treinamento do pessoal para colocá-la em atividade. A tarefa teria ficado a cargo da EMBRAPA, que se tinha prontificado a realizá-la, segundo o presidente da colônia de pescadores Z-17 (Icapuí).

b) a “pesca do capim”, como é conhecida na região, com difusão e treinamento da tecnologia necessária ao seu aproveitamento. Trata-se da coleta, a baixa-mar, de algumas espécies de algas do gênero *Gracilaria sp.*, que existem em abundância nas praias do Município. Serve diretamente no complemento da alimentação da família, através do preparo de geleias e do macarrão de algas, bem como o produto seco é utilizado para a comercialização com os intermediários estabelecidos na sede do Município, de onde o produto sai para exportação via porto de Fortaleza, e;

Para finalizar, à semelhança do que sugere McGoodwin (1990), quando indica, a longo prazo, o sistema educacional como um veículo para examinar, debater, discutir e propor soluções para os problemas das comunidades pesqueiras artesanais, as professoras locais defenderam a intensificação da conscientização do pescador, durante os trabalhos de alfabetização⁶¹ de adultos, debatendo e questionando “sobre o dia-a-dia deles, ...a questão de vida deles, a questão do paradeiro, ...o porquê do paradeiro” (prof. coord., 38 anos).

⁶¹ É no defeso que os pescadores, além de serem maioria na turma, passam a ter maior frequência nas aulas.

7 O INTERMEDIÁRIO E O DEFESO: respondendo a questão inicial

O estudo constatou que o problema que mais afetava a comunidade de Rondonia no período do defeso era a escassez de renda das famílias dos pescadores, provocada pela paralisação da pesca da lagosta e pela desmotivação do pescador para com a prática da pesca comercial do peixe. Os demais problemas observados foram situações decorrentes desse fato.

Foi possível identificar e quantificar a renda média bruta mensal do pescador no defeso, bem como as rendas médias mensais desses profissionais e de suas famílias, de maneira geral e em suas respectivas categorias, de acordo com a divisão da produção, propriedade dos meios de trabalho e destino da venda do produto, durante a temporada de pesca de 1993. Nesse sentido, constatou-se que, quanto mais desprovido é o profissional de seus meios de trabalho, menor será sua remuneração pelo esforço na faina da pesca.

A posse dos meios de trabalho era dificultada ou impedida em virtude da baixa renda auferida pelo pescador, da inexperiência administrativa de seus recursos, como também da falta de crédito direcionado ao setor por parte de órgãos e/ou bancos oficiais.

A possibilidade de o pescador possuir seus meios de trabalho mostrou a existência de uma categoria "**rara**" dentre os pescadores artesanais cearenses: aqueles possuidores apenas dos apetrechos de pesca. A parcela apareceu com uma participação relativamente alta na amostra, se comparada às categorias daqueles profissionais desprovidos de seus meios, o que é caso comum nas demais comunidades pesqueiras cearenses.

Pescadores despossuídos de seus meios necessários à produção têm uma parcela de sua renda e produto gerados por sua força de trabalho, apropriadas por aqueles possuidores de apetrechos e embarcação, que, por sua vez, são expropriados pelos barraqueiros, sendo estes monopolizados e de certa forma dominados pelos empresários, donos das unidades processadoras da produção.

A criação, desenvolvimento e posse da armadilha **cangalha** pelos pescadores locais deu origem a uma forma atípica de rateio presente nas relações de produção da pesca artesanal de lagosta. Esse tipo, denominado de "**cangaeiro**" é a modalidade que melhor remunera os pescadores envolvidos no processo de produção

e, por isso, crê-se que esse modo de divisão seja o mais socialmente justo dentre os já observados na pesca artesanal.

Aquele pescador que venha a obter bons resultados em sua profissão e consiga fazer, com renúncias e comprometimento de seu orçamento doméstico, uma certa poupança, poderá, a médio e longo prazos, passar a ser proprietário dos próprios meios de trabalho e progredir em suas relações de produção. Com isso, não se quer afirmar que ele passará a uma condição de pescador independente, pois este estará sempre subordinado ao capital comercial, que submete os pescadores artesanais a uma atividade de sobrevivência, mas, poderá ser "um" a deixar a condição de penúria que muitos estão vivendo e/ou são sujeitos, por causa da expropriação acelerada em suas relações de produção.

A exploração da força de trabalho na pesca artesanal de lagosta, em Redonda, se dá tanto no nível da produção como no da circulação da mercadoria, tendo na figura do barraqueiro o seu principal agente, aquele que domina e controla todo o processo de comercialização da pesca local. Existe, assim, uma dependência direta do pescador a esse comerciante, o que praticamente torna o profissional sem autonomia sobre o destino de sua produção.

Outro fator limitante à comercialização é a dimensão da infraestrutura (associativa) de estocagem e transporte para o produto, dificultando o acesso do pescador às vias de escoamento da produção.

O principal canal de escoamento da produção local utilizado pelos barraqueiros, qual seja: **pescador - barraqueiro - frigorífico - distribuidor externo - consumo**, é aquele por onde flui, também, o produto de maior valor comercial da pesca: a cauda de lagosta padronizada.

Comprovou-se que os seguintes fatores contribuíam para a dependência do pescador local aos favores e préstimos (conveniências) dos barraqueiros, principalmente no defeso: o poder de capitalização desses profissionais; a posse dos meios de trabalho; a forma de rateio de sua produção; e o seu conhecimento técnico/prático, e sua capacidade de produção na pesca de peixes.

Verificou-se que a deficiência no abastecimento regular e suficiente do insumo gelo no defeso, bem como a falta de financiamento (oficial ou não) para o material de pesca, se constituem em obstáculos ao desenvolvimento da pesca comercial de peixes. Esses fatores influenciam num maior grau de dependência do pescador

ao barraqueiro nesse período. Como esses agentes monopolizam esse setor, são corresponsáveis pelo desinteresse do pescador local, em relação à prática da pesca comercial de peixes.

Constatou-se que existe, através do crédito e fomento a todas às suas atividades comerciais nas praias, um interesse do empresário proprietário de frigorífico em manter o barraqueiro no seu ciclo de fornecedores exclusivos, da mesma forma que estes procuram segurar, de todas as maneiras, seus pescadores cativos. Assim sendo, acredita-se que existe um interesse indireto do comerciante/empresário em manter todo o processo de inércia do pescador local, no período do defeso.

Com referência à questão social, comprovou-se que o problema do saneamento básico da comunidade é agravado no defeso, pois, como foi mostrado, esse setor, assim como a situação das moradias, são diretamente influenciados pelo nível de renda das famílias, que cai sensivelmente nesse período.

Apesar dos dados quantitativos terem sido voltados mais para o setor econômico, os dados qualitativos direcionam para a questão educacional na comunidade, como auxílio na solução dos diversos problemas apontados, inclusive os de saúde das crianças.

Através de processos educativos, via associação de moradores, colônia e da alfabetização de adultos, conscientizando a classe nos questionamentos de seus problemas, é que o pescador artesanal cearense vai poder libertar-se um pouco mais da dependência, do controle indireto sobre suas condições socioeconômicas, impostas pelos agentes da intermediação.

A pesca comercial de peixes sinaliza como sendo a melhor opção, para o pescador de Redonda conseguir renda suficiente e transpor o período do defeso, sem maiores dificuldades e problemas advindos de sua falta, e sem necessitar de ajuda e favores do barraqueiro. Através dela poderá até conseguir recursos suficientes para fazer face às despesas de conservação e manutenção da navegação e apetrechos, quando do início da pesca da lagosta. Constitui-se, também, na melhor opção para aqueles meses em que a produção da pesca de lagosta é fraca e/ou deficitária.

Para melhorar a alimentação das crianças no defeso, minimizando um de seus problemas, os pescadores pais de alunos, quando do início do período letivo, poderiam organizar grupos de pesca, para, semanalmente, um deles se responsabilizar pelo suprimento de peixes para a merenda das escolas da comunidade.

Apesar de alguns problemas de organização administrativa, a estrutura social da "Associação de Moradores" pode se constituir numa estratégia viável de organização autônoma em comunidades pesqueiras no litoral cearense. A entidade poderá servir de apoio e fortalecimento no processo de comercialização da produção artesanal local, minimizando os efeitos da constante expropriação a que os profissionais estão submetidos, assim como da evasão sistemática da renda das atividades artesanais, por parte dos agentes da intermediação, para outras ações fora das comunidades. Poderia, também, assegurar o registro da produção desses profissionais para orientá-los em sua organização orçamentária, bem como servir para auxílio de estudos econômico-sociais.

A análise dos dados qualitativos sugere que toda ação e/ou intervenção, oficial ou não, em comunidades pesqueiras artesanais, deverão transitar necessariamente via entidades comunitárias e/ou de classe, que representem a categoria, através de processos educacionais e atividades de extensão rural.

Qualquer estudo socioeconômico em comunidades litorâneas artesanais deverá ser precedido de uma avaliação do levantamento da área e realidade local, para que o pesquisador se certifique dos obstáculos e dificuldades que enfrentará na obtenção dos dados, sua natureza, suas limitações e necessidades que poderão surgir no desenvolvimento da pesquisa, podendo, assim, realizar uma avaliação inicial da metodologia a ser utilizada.

Torna-se relevante ressaltar que o pescador artesanal de lagosta não possui uma forma de registro de sua produção semanal ou mensal, nem de sua renda. Acontece que o profissional de Redonda vivia exclusivamente da pesca desse crustáceo, aliado ao fato de este ser um produto nobre e da alta cotação comercial, em que até a divisão decimal de seu peso é significativa. Dessa forma, o pescador fica mais atento e procura certificar-se com exatidão de qual foi o peso de sua produção por pescaria. Teve-se, assim, um embasamento para a estimativa de sua produção semanal, a partir da qual, apesar dessas limitações, chegou-se ao valor das rendas especificadas.

Outras pesquisas do tipo experimental ou quase experimental, com grupo de controle, poderão ser realizadas na região sobre o tema em apreço, visando à maior quantificação dos fenômenos estudados.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA*

ALMANAQUE ABRIL. 21. ed. São Paulo: Editora Abril, 1995. 790p.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989. 182p.

ANDRADE, L. O. Monteiro de, GOYA, Neusa. **Sistemas locais de saúde em municípios de pequeno porte**: a resposta de Icapuí. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1992. 250p.

BARROS, G. S. de C. **Economia da comercialização agrícola**. Piracicaba: FEALQ, 1987. 306p.

BEDDINGTON, J. R., RETTIG, R. B. Criterios para la regulación del esfuerzo de pesca. **FAO Doc.Téc.Pesca**, Roma, n.243, p.44, 1984.

BEN-YAMI, M. , ANDERSON, A.M. Community fishery centres: guidelines for establishment and operation. **FAO Fish.Tech. Pap**, Roma, n.264, p.94, 1985.

BEZERRA, C.A.B. **Impacto social da pesca de Lagosta com compressor no distrito de Redonda, Icapuí-CE**. 1992. 68 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Pesca) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

BOTTOMORE, Ton. **Dicionário do pensamento marxista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 454p.

BRASIL, J. P. de S. Apontamentos para o estudo do "Campepinato pescador" nordestino. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza. v.4, n.2, p.5-18, 1975.

BRAND, S. Alberto. **Mercado agrícola brasileiro**. São Paulo: Nobel, 1979. 145p.

_____. **Comercialização agrícola**. Piracicaba: Livroceres, 1980. 195p.

BRÉMOND, J., GÉLÉDAN, Alain. **Dicionário das teorias e mecanismos econômicos**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. 463p.

* Atualizada, de acordo com: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 e; NBR 10520: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002/2005.

CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. **I Plano estadual de desenvolvimento da pesca no Ceará, 1978-83**. Fortaleza, 1978. 125p. .

CHAVES, L. G. M. Pesca artesanal no Ceará: tecnologia, sistema cognitivo e relações de produção. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza. v.6, n.1/2, p.5-28, 1975.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 164p.

_____. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CIAFARDINI, H. Capital, comércio e capitalismo: a propósito do chamado "Capital comercial". In: GEBRAN; Philomena (coord.). **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 275p. 221-245p.

DIEGUES, A. C. S. (coord.). **Populações litorâneas, movimentos sociais e ecossistemas da costa brasileira**. São Paulo: CEMAR/USP, 1992. 234p.

FERNANDO, S. The marketing system in the small-scale fishery of Sri Lanka: does the middlemen exploit the fisherman?, In: Panayotu, T. (ed.). **Small-scale fisheries in Asia**. Ottawa: International Development Research Center, 1985. 283p. 185-196p.

FERRARI, A. Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. 318p.

FONTELES-FILHO, A. A. Biologia Pesqueira e dinâmica populacional da lagosta *Panulirus laevicauda*(Latreille), no nordeste setentrional do Brasil. **Arq. Ciên. Mar**, Fortaleza, v.19, n.1/2, p.1-43, 1979.

_____. **Recursos pesqueiros: biologia e dinâmica populacional**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1989. 296p.

FONTELES-FILHO, A.A. , CASTRO, M.G.G.M. Plano de assistência técnica à pesca artesanal marítima do estado do Ceará (Brasil). **Bol. Ciên. Mar**. Fortaleza, n.37, p.1-26, 1982.

FONTELES-FILHO, A.A., XIMENES, M.O.C. , MONTEIRO, P.H.M. Sinopse de informações sobre as lagostas *Panulirus argus* (LATREILLE) e *Panulirus laevicauda* (LATREILLE) (CRUSTACEA: PALINURIDAE), no Nordeste do Brasil. **Arq. Ciên. Mar**. Fortaleza, n.27, p.1-19, 1988.

FIORAVANTE, Eduardo. Modo de produção, formação social e processo de trabalho. In: GEBRAN; Philomena (coord.). **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 275p. p.31-45.

FÜHRER, Maximilianus C. A. **Resumo de direito comercial**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 1992. 144p.

GEBRAN, Philomena (coord.). **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 275p.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.

HUNT, E. K., SHERMAM, H. J. **História do pensamento econômico**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 218p.

IANNI, Octavio(org.) **Karl Marx: Sociologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1992. 214p.

IBAMA. Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação. **Estudo Socioeconômico e Ambiental da Pesca de Lagostas no Nordeste do Brasil**. Proposta para discussão. Tamandaré/PE, 1992. 96p.

_____. Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação. Lagosta, caranguejo uçá e camarão do nordeste. Relatório do GPE da lagosta/91. Brasília, **Série Estudos - Pesca**, n.10, p.11-106, 1994a.

_____. Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação. **Relatório da reunião do Grupo permanente de estudos de lagostas**: GPE de lagosta/1994. Tamandaré-PE: CEPENE, 1994b. 232p.

_____. **I Seminário da pesca artesanal marítima do Estado do Ceará**: propostas e conclusões. Fortaleza: Superintendência Estadual do Ceará, 1994c. 27p.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Exportações do Ceará**. Fortaleza, 1964. 10p. (Coleção "Estudos de economia", 2)

IPLANCE. **Anuário estatístico do Ceará**. (1994) Fortaleza: Fundação IPLANCE /SEPLAN, 1995. 1237p.

_____. **Ceará em números**. Fortaleza: Fundação IPLANCE/SEPLAN, 1994a. 16p.

_____. **Informações básicas e municipais:** Icapuí. Fortaleza: Fundação IPLANCE/ SEPLAN, 1994b. 17p.

KAY, G. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento:** uma análise marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 157p.

LIMA, M. A. C. **Avaliação socioeconômica da pesca de lagostas em Acaraú, município de Acaraú-Ceará.** 1993. 36 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Pesca) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.

LOUREIRO, V. Refkalefssky. **Os parceiros do mar:** natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: CNPq/MPEG, 1985. 227p.

MARTINS, F. **Curso de direito comercial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991. 613p.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 4. ed. tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v.1, v.2

_____. **Trabalho assalariado e capital.** 4. ed. São Paulo: Global, 1987. 51p. (Coleção bases, 27)

McGOODWIN, James R. **Crisis in the world's fisheries:** people, problems, and policies. California: Stanford University, 1990. 235p.

MORETTIN, P. A., BUSSAB, Wilton de O. **Estatística básica:** métodos quantitativos para economistas e administradores. São Paulo: Atual, 1981. 308p.

NAHUZ, C. dos Santos. **Manual para normalização de monografias.** 2. ed. São Luis: UFMA, 1993. 139p.

PARIAS, Louis-Henri (comp.). **Historia general del trabajo.** Barcelona: Grijalbo, 1965. v.1-4.

REIS, José E. dos, COSTA, Rosa M. M. da, REBOUÇAS, F. José et al. **Canoa velhoz:** a história de Icapuí. Fortaleza: Expressão, 1994. 18p.

RIBEIRO-NETO, J. **A pesca e os pescadores de Beberibe:** natureza, especialização e conflito. 1993. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 120p.

RYAN, William T. **Principios de comercialización**. México: Centro Regional de Ayuda Técnica, 1974. 169p. (Serie de Enseñanza Programada "El Ateneo")

SCHUMPETER, Joseph A. **Teorias econômicas: de Marx a Keynes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 290p.

SEVERINO, A. Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1993. 252p.

SILVA, R. M. P. da. **Avaliação socioeconômica do sistema de Pesca artesanal do Iguape, Município de Aquiraz, estado do Ceará**. 1988. 44 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Pesca) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1988.

STEELE, H.L. , VERA-FILHO, F.M. , WELSH, R.S. **Comercialização agrícola**. São Paulo: Atlas, 1971. 445p.

SUDEPE/CEPA. **Plano estadual do desenvolvimento da pesca do Ceará, 1980-85**. Fortaleza, 1978. 187p.

SUDEPE. **Diagnóstico da pesca do estado do Ceará**. Fortaleza: Coordenadoria Regional do Ceará, 1988. 176p.

_____. **PESCART**: documento básico. Brasília: Gráfica Gutemberg, 1974. 70p.

TAHIM, E. F. A pesca artesanal do Ceará e suas relações sociais de produção: o caso Bitupitá. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 31, 1993. Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: SOBER, 1993. v. 1, p.43-56.

TIMM, J. U. C. de S. **Plano de assistência à pesca artesanal no Brasil (PESCART): a experiência do crédito educativo**. Brasília: MCW Composer, 1990. 58p.

_____. **A crise da pesca brasileira**. Palestra apresentada no VIII CONBEPE.- Aracaju, 09/1993, 9p.

TEIXEIRA, Vera N. R. de C. **Estrutura e potencialidades do comércio exterior de lagosta no Brasil**. 1992. 94 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

APÊNDICE - A

(RELATÓRIO DO LEMA)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA APLICADA
LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA APLICADA

RELATÓRIO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA Nº 09/94

TÍTULO: A intermediação e os problemas sócio-econômicos no defeso da pesca de lagosta em Redonda

PESQUISADOR: José Wilson Galdino

INSTITUIÇÃO: Departamento de Economia Agrícola - UFC

FINALIDADE: Tese de Mestrado

RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE: Prof^a Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson

FICHA TÉCNICA

BIBLIOGRAFIA: MORETTIN, P. A., BUSSAB, Wilton de O. **Estatística básica:** métodos quantitativos para economistas e administradores. São Paulo: Atual, 1981. 308p.

PROGRAMAS DE COMPUTAÇÃO: WORD FOR WINDOWS, SPSS PC⁺, Q PRO

RESUMO: O trabalho consiste da identificação e análise das relações existentes entre intermediários e pescadores artesanais em Redonda (Icapuí) e, suas implicações e/ou consequências nos problemas sócio-econômicos emergentes no período de defeso na pesca da lagosta. Utilizou-se análise descritiva dos dados e teste X^2 (Qui-quadrado) como teste de independência.

1 - OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral, identificar e analisar, juntamente com a comunidade, as relações existentes entre intermediários e pescadores artesanais em Redonda, suas implicações e/ou consequências nos problemas socioeconômicos emergentes no período de defeso da pesca de lagostas.

A análise estatística atenderá aos seguintes objetivos específicos :

- a) levantar o processo de intermediação na pesca de lagostas na comunidade de Redonda;
- b) levantar os problemas socioeconômicos do período de defeso da pesca de lagostas;
- c) verificar se existe relação de dependência entre os problemas de defeso e a ação dos baraqueiros.

2 - MÉTODO DE OBTENÇÃO DOS DADOS

A pesquisa foi realizada na comunidade pesqueira de Redonda, Município de Icapuí, no Estado do Ceará.

Foi realizada Amostragem Aleatória Simples para um nível de significância $\alpha = 0,075$ e

$d = 0,10$. Considerando $P = Q = 1/2$ e para $n = \frac{NPQ}{NV + PQ}$ onde :

$N = n_0$ de pescadores na população (aprox. 400);

$P=Q=$ proporção estimada de uma variável qualquer da população, para o calculo de n . Como no caso $P=Q=1/2$, obteremos um n máximo;

$V = \frac{d^2}{t^2}$ (variância desejada);

$d =$ limite no erro de amostragem;

$t =$ valor tabelado da distribuição t de Student para $\alpha = 7,5\%$.

Encontrou-se o tamanho da amostra $n = 65$ pescadores.

A técnica adotada para obtenção de dados foi o questionário dividido em 6 temas :

- 1 - Caracterização / Identificação do pescador;
- 2 - Dados sobre a profissão e atividade pesqueira;
- 3 - Dados sobre o período do defeso;
- 4 - Bens de produção;
- 5 - aspectos da comercialização;
- 6 - Aspectos sociais e outros dados (foram complementados com dados de cadastramento familiar realizado pela Prefeitura Municipal de Icapuí em dezembro de 1992, e reaplicado(reavaliados) quando da aplicação do questionário da pesquisa).

3 - ANÁLISE ESTATÍSTICA

3.1 - Teste X^2 (Qui-quadrado)

Para verificar se existe ou não relação de dependência entre variáveis, utilizou-se o teste X^2 (qui-quadrado) como teste de independência com hipóteses :

H_0 : Existe independência entre as variáveis;

H_a : Não existe independência, ou seja, há relação de dependência entre as variáveis testadas.

A estatística a ser usada é :

$$X_0^2 = \sum_i \sum_j \frac{(f_{ij} - F_{ij})^2}{F_{ij}}$$

onde :

f_{ij} = frequência observada da casela ij;

F_{ij} = frequência esperada na casela ij.

Para um dado nível de significância α , a hipótese H_0 é rejeitada se $X_0^2 > X_{\alpha}^2$.

O teste X^2 foi realizado para testar relação de dependência entre as seguintes variáveis:

- a) Renda Média do Pescador (RMP) e as variáveis abaixo discriminadas:**
- Barraqueiro presta ajuda em urgência;
 - Forma de rateio da produção;
 - Atualmente pesca peixe para vender;
 - Vende produção a quem paga mais;
 - Vende produção ao dono de apetrechos da embarcação;
 - Exerce outra atividade;
 - Conseguiu poupar na última safra;
 - Participa de entidade associativa;
 - Possui terra;
 - Escolaridade;
 - Número de filhos;
 - Esposa gera renda.
- b) Barraqueiro Financia Concertos e Reparos versus as variáveis abaixo:**
- Renda mensal do pescador no paradeiro;
 - Atualmente pesca peixe para vender;
 - É proprietário da embarcação;
 - É proprietário de apetrechos de captura.
- c) Barraqueiro Presta Ajuda em Urgência e as variáveis:**
- Tempo de residência na comunidade;
 - Exerce outra profissão;
 - Conseguiu poupar na última safra;
 - É proprietário da embarcação.
- d) Pescador é Obrigado a Vender Produção ao Proprietário da Embarcação versus:**
- É proprietário dos apetrechos de captura;
 - Vende produção ao barraqueiro;
 - Vende produção ao dono dos apetrechos da embarcação.
- e) Conseguiu Poupar na Última Safra versus:**
- É proprietário da embarcação;
 - Renda mensal do pescador na safra;
 - Esposa gera renda;
 - Pesca peixe no paradeiro;
 - Pesca peixe para vender.
- f) Renda Média Familiar versus :**
- Nível de organização do pescador;
 - Nível de habitação;
 - Nível de saneamento;
 - Nível de higiene.

As quatro últimas variáveis citadas, foram geradas a partir das variáveis do questionário ligadas à organização, habitação, saneamento e higiene, da seguinte forma :

Nível de Organização

O nível de organização foi medido através das variáveis:

- Já participou de entidade associativa;
- Participa de entidade associativa;
- Possui terra;
- Tem registro de nascimento.

Foi atribuído escore 2 às duas primeiras variáveis e escore 1 às outras. A soma dos escores foi considerada como medida para o nível de organização do pescador assim considerado:

Participativo - se o pescador obteve soma dos escores superior ou igual a 3.

Não Participativo - se a soma dos escores for inferior ou igual a 2.

Nível de Habitação

Para o nível de habitação considerou-se as seguintes variáveis :

- Propriedade da habitação (escore : 1 para proprietário; e 0 para cedida ou doada);
- Tipo de casa (escore: 1 para casa de tijolo; e 0 para casa de taipa);
- Piso da casa (escore: 1 para pisos de tijolo, cimento ou cerâmica; e 0 para pisos de areia ou barro) ;
- Número de cômodos da casa (escore: 0 para dois ou três cômodos; 1 de quatro a seis cômodos e 2 de sete a onze cômodos);
- Terreno da casa (escore: 1 para terreno próprio ou de posse e 0 à terreno não próprio).

A soma dos escores foi considerada como medida do nível de habitação do pescador classificada como :

Satisfatório - se a soma dos escores for maior ou igual a 3;

Não Satisfatório - se a soma dos escores for menor ou igual a 2.

Nível de Saneamento

Para o nível de saneamento considerou-se as variáveis abaixo :

- Origem da água (escore: 1 para bomba ou chafariz e 0 para cacimba);
- Possui caixa d'água (escore: 1 para sim e 0 para não);
- Tratamento d'água (escore: 1 para água filtrada ou fervida e 0 para água não tratada);
- Destino dos dejetos (escore: 1 para fossa ou rede de esgoto e 0 para céu aberto);
- Destino do lixo (escore: 1 para enterrado, queimado ou coleta pública e 0 para céu aberto)

A partir da soma dos escores, o nível de saneamento do pescador foi considerado :

Satisfatório - Para soma maior ou igual a 3;

Não Satisfatório - Para soma menor ou igual a 2.

Nível de Higiene

O nível de higiene foi formado a partir das seguintes variáveis :

- Tem mosca em casa;
- Tem barata em casa;
- Tem rato em casa;
- Tem barbeiro em casa;
- Tem formiga em casa;
- Tem pulga em casa;
- Tem bicho de pé em casa.

atribuindo-se escore 0: para não e: 1 para sim, o nível de higiene foi considerado:

Satisfatório - Para soma dos escores menor ou igual a 3;

Não Satisfatório - Para soma dos escores maior ou igual a 4.

3.2 - Análise Descritiva

A análise descritiva dos dados foi feita através de tabelas de distribuição de frequências, cálculos de média e desvio padrão para variáveis quantitativas e gráficos.

4 - DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra dos 65 pescadores entrevistados, foi constituída de 60 (92,3%) homens casados, 4 (6,2%) solteiros e 1 (1,5%) separado, com idades variando de 20 a 61 anos e apresentando idade média de 35 anos aproximadamente.

A maioria dos entrevistados é constituída de, 72,3% de analfabetos.

Em média, possuem 3 filhos.

55,4% dos entrevistados nasceram em Redonda e, em média, residem na comunidade há aproximadamente 27 anos.

A variação para o tempo de profissão foi de 6 a 50 anos, com tempo médio de 21 anos.

Do total de entrevistados, 58,5% são filhos de pescadores, mas apenas 21,5% afirmaram ter aprendido a pescar com o pai. A maioria, 78,5%, informou ter aprendido com outro pescador. Em geral, começaram a pescar na adolescência ou muito jovens, com 61 deles (93,9%) afirmando ter começado em idades variando de 9 a 18 anos. A idade média do início da profissão foi de 13 anos (ver Tabelas 1.1 a 1.10, em anexo).

5 - RESULTADOS

Os resultados do teste X^2 (qui-quadrado) realizado para as variáveis citadas no ítem 3, estão nas tabelas abaixo:

TABELA 5.1: Resultados do teste X^2 para a variável "Renda Média do Pescador" versus as variáveis abaixo discriminadas

VARIÁVEIS	GL	X^2_0	$X^2_{0,05}$	Sig.
Barraqueiro presta ajuda em urgência	2	6,05	5,99	0,048*
Forma de rateio da produção	2	9,08	5,99	0,010**
Atualmente pesca peixe para vender	1	0,18	3,84	0,668 n.s.
Vende produção a quem paga mais	1	0,00	3,84	1,000 n.s.
Vende produção ao dono dos apert. / emb.	1	6,96	3,84	0,008**
Exerce outra atividade	1	0,09	3,84	0,762 n.s.
Participa entidade associativa	1	0,27	3,84	0,603 n.s.
Conseguiu poupar na última safra	1	0,26	3,84	0,611 n.s.
Possui terra	1	0,01	3,84	0,916 n.s.
Escolaridade	1	1,04	3,84	0,308 n.s.
Número de filhos	1	0,04	3,84	0,838 n.s.
Esposa gera renda	1	0,26	3,84	0,609 n.s.

n.s.: não significativa; * significativa a 5%; ** significativa a 1%.

Apenas as variáveis "barraqueiro presta ajuda em urgência", "forma de rateio da produção" e "vende produção ao dono dos apert. / embarcação" apresentaram relação de dependência significativa com a variável "renda média do pescador". As demais variáveis testadas não são influenciadas pela renda média do pescador.

Na Tabela 2.1, em anexo⁶¹, pode-se observar que do total de pescadores com renda abaixo da média, apenas 15,4% receberam ajuda do barraqueiro em urgência durante o ano todo, enquanto entre os pescadores de renda acima ou igual à média, este percentual é de

⁶¹ Tabela incorporada ao texto da dissertação, =Tabela 25.

42,3%. No período da pesca, 28,2% dos pescadores de baixa renda e 15,4% dos pescadores de renda superior ou igual a média recebem ajuda dos barraqueiros. Entre os pescadores de renda inferior à média, 56,4% não recebem ajuda em urgência enquanto entre os de maior renda este percentual é de 42,3%.

Com relação à forma de rateio da produção, observa-se predominância para "cangaieiro" nos dois casos, com 59,0% entre pescadores de renda inferior à média e 57,7% entre pescadores de renda superior ou igual à média. No entanto, apenas 7,7% dos pescadores de baixa renda fazem rateio de parceria enquanto entre os de renda mais alta esta forma de rateio apresenta percentual de 34,6%. Quanto ao rateio de canto, observou-se 33,3% dos pescadores que ganham abaixo da média e apenas 7,7% dos que ganham acima ou igual à média (Tabela[#] 2.2, anexo).

A relação observada entre a renda do pescador e a venda da produção ao dono dos apetrechos/embarcação na amostra, indica que enquanto nenhum dos pescadores que ganham acima ou igual à média, vendem a produção ao dono dos apetrechos/embarcação, 9 dos 39 (23,1%) dos pescadores que ganham abaixo da média o fazem (Tabela[#] 2.5, anexo).

TABELA 5.2: Resultados do teste X^2 para a variável "Barraqueiro financia conserto e reparos" **versus** as variáveis abaixo discriminadas

VARIÁVEIS	GL	X^2_0	$X^2_{0,05}$	Sig.
Renda mensal do pescador no paradeiro	1	2,54	3,84	0,111 n.s.
Atualmente pesca peixe para vender	1	1,25	3,84	0,264 n.s.
É proprietário da embarcação	1	3,99	3,84	0,045 *
É proprietário de apetrechos de captura	1	1,90	3,84	0,168 n.s.

n.s. não significante; * significante a 5%.

Apenas a variável "é proprietário da embarcação" apresentou relação de dependência significativa com a variável "barraqueiro financia consertos e reparos". As demais variáveis são independentes da variável testada.

Na Tabela[#] 2.15 - observa-se que entre os pescadores que não são proprietários da embarcação 67,6% têm o barraqueiro financiando consertos e reparos. Entre os proprietários, este percentual cai para 41,7%.

TABELA 5.3: Resultados do teste X^2 para a variável "Barraqueiro presta ajuda em urgência" **versus** as variáveis abaixo discriminadas

VARIÁVEIS	GL	X^2_0	$X^2_{0,05}$	Sig.
Tempo de residência na comunidade	2	4,51	5,99	0,105 n.s.
Exerce outra atividade	2	1,19	5,99	0,551 n.s.
Conseguiu poupar na última safra	2	3,82	5,99	0,148 n.s.
É proprietário da embarcação	2	11,44	5,99	0,003 **

n.s. não significante; ** significante a 1%.

Das variáveis testadas, apenas a variável "é proprietário da embarcação" apresentou relação de dependência significativa com "barraqueiro presta ajuda em urgência".

Observando-se a Tabela[#] 2.20, verifica-se que entre os proprietários da embarcação, 50,0% recebe ajuda o ano todo, 12,5% no período de pesca e 37,5% não recebe ajuda. Entre os não proprietários da embarcação apenas 12,2% recebe ajuda do barraqueiro em urgência durante todo o ano, 29,3% no período da pesca e 58,5% não recebe ajuda.

[#] Todas essas Tabelas foram incorporadas ao texto da dissertação, =Tabelas 26; 27; 28 e 29, respectivamente.

TABELA 5.4: Resultados do teste χ^2 para a variável "Pescador é obrigado vender produção ao proprietário da embarcação" **versus** as variáveis abaixo discriminadas

VARIÁVEIS	GL	χ^2_0	$\chi^2_{0,05}$	Sig.
É proprietário dos apetrechos de captura	1	2,50	3,84	0,113 n.s.
Vende produção ao barraqueiro	1	1,92	3,84	0,165 n.s.
Vende produção ao dono dos apet. / emb.	1	1,47	3,84	0,226 n.s.

n.s. não significante.

As variáveis testadas não apresentam relação de dependência ao nível de significância $\alpha = 0,05$.

TABELA 5.5: Resultados do teste χ^2 para a variável "Conseguiu poupar na última safra" **versus** as variáveis abaixo discriminadas

VARIÁVEIS	GL	χ^2_0	$\chi^2_{0,05}$	Sig.
É proprietário da embarcação	1	0,90	3,84	0,321 n.s.
Renda mensal do pescador na safra	1	0,56	3,84	0,455 n.s.
Esposa gera renda	1	0,05	3,84	0,827 n.s.
Pesca peixe no paradeiro	1	0,37	3,84	0,540 n.s.
Pesca peixe para vender	1	2,36	3,84	0,124 n.s.

n.s. não significante.

As variáveis testadas não apresentaram relação de dependência ao nível de significância $\alpha = 0,05$.

TABELA 5.6: Resultados do teste χ^2 para a variável "Renda média familiar" **versus** as variáveis abaixo discriminadas :

VARIÁVEIS	GL	χ^2_0	$\chi^2_{0,05}$	Sig.
Nível de organização	1	1,45	3,84	0,228 n.s.
Nível de habitação	1	3,84	3,84	0,050 *
Nível de saneamento	1	7,60	3,84	0,006 **
Nível de higiene	1	0,38	3,84	0,537 n.s.

n.s. não significante; * significante a 5%; ** significante a 1%.

Os testes foram significantes para as variáveis "nível de habitação" e "nível de saneamento" ou seja, estas variáveis são influenciadas pela renda média familiar.

Entre as famílias com renda abaixo da média, 36,8% foram consideradas com nível de habitação não satisfatório. Este percentual cai para 14,8% entre as famílias com renda superior ou igual à média (ver Tabela[#] 2.30, em anexo).

Com relação ao "nível de saneamento", constatou-se 60,5% das famílias de menor renda com nível não satisfatório. Este percentual cai para 25,9% entre as famílias de maior renda (ver Tabela[#] 2.31, em anexo).

[#] Essas Tabelas foram incorporadas ao texto da dissertação, =Tabelas 30 e 31, respectivamente.

ANEXO DO RELATÓRIO DO LEMA

1. TABELAS DE DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS

Tabela 1.1: Distribuição de frequências do estado civil dos pescadores

Estado Civil	fi	(%)
Casado	60	92,3
Solteiro	4	6,2
Separado	1	1,5
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.2: Distribuição de frequências da idade dos pescadores

Classe de Idade	fi	(%)
20 - 30	28	43,1
31 - 40	21	32,3
41 - 50	12	18,5
51 - 61	4	6,1
TOTAL	65	100,0
Média	34,5	-

Tabela 1.3: Distribuição de frequências da escolaridade dos pescadores

Escolaridade	fi	(%)
Analfabeto	47	72,3
Alfabetizado	17	26,2
1º grau incompleto	1	1,5
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.4: Distribuição de frequência do número de filhos dos pescadores

Nº de Filhos	fi	(%)
0 - 2	22	33,8
3 - 5	38	58,5
6 - 9	5	7,7
TOTAL	65	100,0
Média	3,2	-

Tabela 1.5: Distribuição de frequências do tempo que reside na comunidade

Classes de Tempo (anos)	fi	(%)
4 - 18	13	20,0
19 - 32	28	43,1
33 - 46	22	33,8
47 - 60	2	3,1
TOTAL	65	100,0
Média	27,4	-

Tabela 1.6: Distribuição de frequências dos nascidos em Redonda (Icapuí)

Nasceu em Redonda	fi	(%)
Sim	36	55,4
Não	29	44,6
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.7: Distribuição de frequência do tempo de profissão

Classes de Tempo (anos)	fi	(%)
6 - 17	29	44,6
18 - 28	22	33,8
29 - 39	10	15,4
40 - 50	4	6,2
TOTAL	65	100,0
Média	21,4	-

Tabela 1.8: Distribuição de frequências da variável “filho de pescador”

Filho de Pescador	fi	(%)
Sim	38	58,5
Não	27	41,5
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.9: Distribuição de frequências da variável “com quem aprendeu a pescar”

Aprendeu a pescar com:	fi	(%)
Pai	14	21,5
Outro Pescador	51	78,5
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.10: Distribuição de frequência da idade que começou a trabalhar na pesca

Classe de Idade	fi	(%)
9 - 13	46	70,8
14 - 18	15	23,1
19 - 31	4	6,1
TOTAL	65	100,0
Média	13,0	-

Tabela 1.11: Distribuição de frequências da produção de peixes pescado por semana no paradeiro

Quantidade (Kg)	fi	(%)*
5 - 15	30	55,6
16 - 30	12	22,2
31 - 60	12	22,2
TOTAL	54	100,0
Média	20,5	-

*percentual sobre o total de pescadores que pescam no paradeiro (54)

Tabela 1.12: Distribuição de frequências do consumo semanal de peixes (da família) no defeso

Consumo (Kg)	fi	(%)
4 - 8	25	46,3
9 - 13	22	40,7
14 - 20	7	13,0
TOTAL	54	100,0
Média	9,0	-

Tabela 1.13: Produção média de lagosta e camarão do pescador, na safra e entressafra, por semana

Discriminação	Produção média (Kg)	
	Safra	Entressafra
Lagosta com cabeça	12,6	5,1
Lagosta sem cabeça	6,6	1,1
Camarão	3,9	-
MÉDIA*(lagosta)	9,6	3,1

*média ponderada pelo nº de produtores que pescam lagosta com e sem cabeça

Tabela 1.14: Distribuição de frequências da fonte de renda da esposa

Fonte de Renda	fi	(%)*
Professora	4	26,7
Artesanato	6	40,0
Agente de Saúde	2	13,3
Outra Fonte	3	20,0
TOTAL	15	100,0

* percentual sobre o total de esposas que geram renda(15)

Tabela 1.15: Distribuição de frequências da renda mensal da esposa

Renda Mensal (U\$)**	fi	(%)*
2 - 18	4	26,7
32 - 34	4	26,7
64 - 80	5	33,3
Não Respondeu	2	13,3
TOTAL	15	100,0
Média	39,3	-

* percentual calculado sobre o total de mulheres que geram renda (15)

** nas classes de 19 a 31 U\$ e de 35 a 63 U\$ não houve frequência

Tabela 1.16: Distribuição de frequências da remuneração das outras pessoas da família com atividade remunerada

Renda Mensal (U\$)	fi	(%)*
28 - 40	6	40,0
41 - 100	6	40,0
101 - 180	3	20,0
TOTAL	15	100,0
Média	67,3	-

*percentual sobre o total de pescadores que possuem outras pessoas da família com atividade remunerada (15)

Tabela 1.17: Distribuição de frequências das outras atividades do pescador

Outra Atividade	fi	(%)*
Comércio	2	5,9
Agricultura de Susbst.	16	47,0
Constr. Cangalhas	12	35,3
Pedreiro/Servente	2	5,9
Carpinteiro	2	5,9
TOTAL	34	100,0

* percentual sobre o total de pescadores com outra atividade (34)

Tabela 1.18: Distribuição de frequências da renda média semanal gerada de outras atividades no defeso e fora do defeso

De Outra Atividade	fi	Renda Média(U\$)
No Defeso	21	22,4
Fora do Defeso	3	30,7

Tabela 1.19: Distribuição de frequências da ocupação no defeso, do pescador que não possui outra atividade (Questão 2.18-questionário econômico).

Ocupação	fi	(%)*
Pesca peixe p/ consumo e venda	15	48,4
Pesca peixe só p/consumo	5	16,1
Pesca peixe e camarão p/venda	4	12,9
Sem Ocupação	7	22,6
TOTAL	31	100,0

* percentual sobre o total de pescadores que não possuem outra atividade(31)

Tabela 1.20: Distribuição de frequências do valor poupado na última safra

Valor (em U\$)	fi	(%)*
10 - 100	4	15,4
101 - 200	5	19,2
201 - 500	9	34,6
501 - 2000	8	30,8
TOTAL	26	100,0
Média	523,0	-

* percentual sobre o total de pescadores que informaram o valor poupado(26)

Tabela 1.21: Distribuição de frequências da variável *dificuldades dos pescadores são iguais no defeso*

Dificuldades Iguais	fi	(%)
Sim	46	70,8
Não	19	29,2
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.22: Distribuição de frequências da forma como conseguiu comprar a embarcação

Forma de Aquisição	fi	(%)
Recursos próprios/poupança	27	79,4
Barraqueiro	7	20,6
TOTAL	34	100,0

Tabela 1.23: Distribuição de frequências da fonte de financiamento de insumos de pesca

Quem financia	Quimanga		Isca e Gelo		Consertos/reparos	
	fi	(%)*	fi	(%)*	fi	(%)*
Proprietário	40	61,5	6	9,2	46	70,8
Barraqueiro	5	7,7	57	87,7	35	53,9
Associação	-	-	3	4,6	2	3,1
Bodegueiro	24	36,9	-	-	-	-

* percentual sobre o total de entrevistados (65)

Tabela 1.24: Distribuição de frequências do tipo de embarcação em que os não proprietários pescam

Tipo de Embarcação	fi	(%)*
Bote a vela	28	68,3
Bote a motor	12	29,3
Paquete	1	2,4
TOTAL	41	100,0

* percentual sobre o total de não proprietários(41)

Tabela 1.25: Distribuição de frequências da variável *é proprietário de apetrecho de captura*

Proprietário de Apetrecho	fi	(%)
Sim	51	78,5
Não	14	21,5
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.26: Número médio e desvio padrão de apetrechos de captura dos proprietários e não proprietários

Apetrechos de Captura	Proprietários		Outro proprietário	
	Média*	D.Pd.	Média**	D.Pd.
Caçoieira	1,9	4,9	12,7	12,4
Cangalha	24,8	21,8	40,0	43,1
Linha de mão	3,2	3,23	-	-

* média calculada para os 51 pescadores proprietários de apetrechos de captura

** média calculada para os 14 pescadores que pescam com apetrechos de outro proprietário

Tabela 1.27: Distribuição de freq. do financ. de apetrechos de captura dos pescadores proprietários

Quem Financia	Caçoeira		Cangalha		Linha de Mão	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Proprietário	13	92,9	24	48,0	34	97,1
Barraqueiro	1	7,1	25	50,0	1	2,9
Associação			1	2,0		
TOTAL	14	100,0	50	100,0	35	100,0

Tabela 1.28: Distribuição de frequências da variável *sabe para onde vai produção vendida*

Sabe Destino Prod./vendida	fi	(%)
Sim	38	58,5
Não	27	41,5
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.29: Distribuição de frequências da variável *sabe quantos intermediários existem até consumidor final*

Sabe Nº de Interm.	fi	(%)
Sim	10	15,4
Não	55	84,6
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.30: Distribuição de frequências do caminho que o pescado percorre até o consumidor final

Caminho Percorrido	fi	(%)
Pescador-Barraqueiro-Frigorífico-Distribuidor-Consumo	10	15,4
Pescador-Barraqueiro-Outro Interm.-Frigorífico-distribuidor-Consumo	4	6,2
Pescador-Frig. Alto Mar-Outro Frigorífico-Distribuidor-Consumo	1	1,5
Não Respondeu	50	76,9
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.31: Distribuição de frequências da variável *é obrigado a vender a produção ao barraqueiro ou a quem financiou a embarcação/apetrechos*

Obrigação de Venda	fi	(%)
Sim	57	87,7
Não	8	12,3
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.32: Distribuição de frequências das razões pelas quais é obrigado vender a produção ao proprietário ou quem financiou a embarcação

Razões	fi	(%)
Não tem condições de adquirir insumos	22	38,6
Barraqueiro financia o material, isca e gelo	21	36,8
Embarcação e material do proprietário	13	22,8
Não Respondeu	1	1,8
TOTAL	57	100,0

Tabela 1.33: Distribuição de frequências da forma de pagamento na entrega da produção

Forma de Pagamento	fi	(%)
No final da semana, o valor do material e insumos é descontado, e o restante parcelado em quilos de lagosta	50	76,9
Na retirada de vale, recebe o valor da produção já descontado	9	13,8
Não se endivida	4	6,2
Não Respondeu	2	3,1
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.34: Distribuição de frequências do tipo de ajuda prestada pelo barraqueiro

Tipo de Ajuda	fi	(%)*
Transporte de doente e gestante	32	100,0
Auxílio financeiro para remédio	14	43,8

*percentual sobre o total de pescadores que recebem ajuda(32)

Tabela 1.35: Distribuição de frequências do que poderia ser feito para modificar a situação de dependência do pescador

O que Poderia ser Feito	fi	(%)*
Um órgão que financiasse material e insumos	13	20,0
Uma cooperativa para suprir as necessidades do pescador	12	18,5
Fixação de um preço mínimo para a lagosta	7	10,8
Associação comprar (vender) de (para) pescadores	7	10,8
Entidade(associação) que unisse mais a classe	5	7,7
Conscientização de barraqueiros (preços justos)	4	6,2
Fiscalização para eliminação da pesca predatória	3	4,6
Não Respondeu	14	21,5

* percentual sobre o total de pescadores entrevistados(65)

Tabela 1.36: Distribuição de frequências da variável *participa de entidade associativa*

Participa de Entidade	fi	(%)
Sim	25	38,5
Não	40	61,5
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.37: Distribuição de frequências do tipo de associação que o pescador participa

Tipo de Associação	fi	(%)*
De moradores	8	32,0
Colônia	23	92,0

* percentual sobre o total de pescadores que fazem parte de entidade associativa (25)

Tabela 1.38: Distribuição de frequências das sugestões para melhorar a associação de moradores

Sugestões	fi	(%)
Aglutinar mais pescadores	17	26,2
Conscientizar a comunidade para a união	8	12,3
Colocar nova administração	6	9,2
Transformar-se em cooperativa	3	4,6
Não Respondeu	31	47,7
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.39: Distribuição de frequências de sugestões para melhorar a colônia

Sugestões	fi	(%)
Cumprir deveres e levar todos a participarem da colônia	22	33,9
Colocar nova administração	14	21,5
Organizar-se administrativamente recolhendo as contribuições	10	15,4
Não Respondeu	19	29,2
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.40: Distribuição de frequências da variável *cria animais domésticos para auxiliar na alimentação da família*

Cria Anim. Domésticos	fi	(%)
Sim	16	24,6
Não	49	75,4
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.41: Distribuição de frequências da variável *já participou de curso e/ou treinamento prestado por órgão público*

Participou de curso	fi	(%)
Sim	2	3,1
Não	63	96,9
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.42: Distribuição de frequências da variável *tem registro de nascimento*

Tem Registro	fi	9%)
Sim	61	93,8
Não	4	6,2
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.43: Distribuição de frequências da Religião que participa

Religião	fi	(%)
Católica	55	84,6
Protestante	8	12,3
Outra religião	2	3,1
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.44: Distribuição de frequências da propriedade da habitação

Propr. Habitação	fi	(%)
Própria	62	95,4
Cedida/Doadada	3	4,6
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.45: Distribuição de frequências das condições da habitação

Condições de Habitação	Tipo Casa		Teto Casa		Piso casa	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Taipa		46,2	-	-	-	-
Tijolo	35	53,8	-	-	3	4,6
Telha	-	-	65	100,0	-	-
Cimento	-	-	-	-	31	47,7
Areia	-	-	-	-	4	6,2
Barro	-	-	-	-	17	26,1
Cerâmica	-	-	-	-	10	15,4
TOTAL	65	100,0	65	100,0	65	100,0

Tabela 1.46: Distribuição de frequências do número de cômodos da casa

Nº de Cômodos	fi	(%)
2 - 3	14	21,5
4 - 6	38	58,5
7 - 11	13	20,0
TOTAL	65	100,0
Média	5	-

Tabela 1.47: Distribuição de frequências da posse do terreno da casa

Posse do Terreno	fi	(%)
Próprio c/Registro	8	12,3
Próprio s/Registro	8	12,3
Posse	4	6,2
Não Próprio	45	69,2
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.48: Distribuição de frequências da origem da água

Origem da Água	fi	(%)
Bomba	43	66,2
Cacimba	5	7,7
Chafariz	17	26,2
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.49: Distribuição de frequências da variável *possui caixa d'água*

Possuiu Caixa d'água	fi	(%)
Sim	7	10,8
Não	58	89,2
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.50: Distribuição de frequências do tratamento d'água

Tratamento	fi	(%)
Filtrada	32	49,2
Fervida	4	6,2
Não Tratada	29	44,6
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.51: Distribuição de frequências do destino dos dejetos

Destino dos Dejetos	fi	(%)
Fossa	32	49,2
Céu aberto	32	49,2
Rede de esgoto	1	1,6
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.52: Distribuição de frequências do destino do lixo

Destino do Lixo	fi	(%)
Céu aberto	28	43,1
Enterrado	14	21,5
Queimado	10	15,4
Coleta pública	13	20,0
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.53: Distribuição de frequências da forma de iluminação da casa

Forma Iluminação	fi	(%)
Lamparina	10	15,4
Lâmpada a gás	3	4,6
Rede elétrica	52	80,0
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.54: Distribuição de frequências da variável *possui terra*

Possui Terra	fi	(%)
Sim	23	35,4
Não	42	64,6
TOTAL	65	100,0

Tabela 1.55: Distribuição de frequências da área da terra

Área(ha)	fi	(%)*
2,5	1	4,4
9,0	22	95,6
TOTAL	23	100,0

* percentual calculado sobre o total de pescadores que possuem terra (23)

Tabela 1.56: Distribuição de frequências do acesso à terra

Acesso à Terra	fi	(%)*
Proprietário	19	82,7
Parceiro/meeiro	2	8,7
Trab. rural	1	4,3
Não Respondeu	1	4,3
TOTAL	23	100,0

* percentual calculado sobre o total de pescadores que possuem terra (23)

Tabela 1.57: Distribuição de frequências do uso da terra

Uso da Terra	fi	(%)*
Agricultura	19	82,6
Não usa	4	17,4
TOTAL	23	100,0

* percentual calculado sobre o total de pescadores que possuem terra (23)

2. RESULTADOS: Tabelas de Contingência

Tabela 2.1: Renda média do pescador segundo a variável *atualmente pesca peixe para vender*

Atualmente Pesca Peixe P/Vender	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	14	39,9	8	30,8	22	33,8
Não	25	64,1	18	69,2	43	66,2
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

Tabela 2.2: Renda média do pescador segundo a variável *vende produção a quem paga mais*

Vende Prod. A Quem Paga Mais	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	6	15,4	4	15,4	10	15,4
Não	33	84,6	22	84,6	55	84,6
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

Tabela 2.3: Renda média do pescador segundo a variável *exerce outra atividade*

Exerce Outra Atividade	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	19	50,0	14	53,8	33	51,6
Não	19	50,0	12	46,2	31	48,4
TOTAL	38	100,0	26	100,0	64	100,0

Tabela 2.4: Renda média do pescador segundo a variável *participa de entidade associativa*

Participa Entidade Associativa	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	16	41,0	9	34,6	25	38,5
Não	23	59,0	17	65,4	40	61,5
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

Tabela 2.5: Renda média do pescador segundo a variável *conseguiu poupar na última safra*

Conseguiu Poupar na Última Safra	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	17	43,6	13	50,0	30	46,2
Não	22	56,4	13	50,0	35	53,2
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

Tabela 2.6: Renda média do pescador segundo a Posse da Terra

Possui Terra	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	14	35,9	9	34,6	23	35,4
Não	25	64,1	17	65,4	42	64,6
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

Tabela 2.7: Renda média do pescador segundo a Escolaridade

Escolaridade	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Analfabeto	30	76,9	17	65,4	47	72,3
Alfabetizado	9	23,1	9	34,6	18	27,7
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

Tabela 2.8: Renda média do pescador segundo o N^o de Filhos

N ^o de Filhos	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Abaixo da média	22	56,4	14	53,8	36	55,4
Acima/igual média	17	43,6	12	46,2	29	44,6
TOTAL	39	100,0	26	100,0	65	100,0

Tabela 2.9: Renda média do pescador segundo a variável *esposa gera renda*

Esposa Gera Renda	RENDA MÉDIA DO PESCADOR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	7	21,2	7	26,9	14	23,7
Não	26	78,8	19	73,1	45	76,3
TOTAL	33	100,0	26	100,0	59	100,0

Tabela 2.10: Barraqueiro financia consertos e reparos segundo *renda mensal do pescador no defeso*

Barraqueiro Financia Consertos / Reparos	RENDA MENSAL NO DEFESO					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	22	66,7	13	46,4	35	57,4
Não	11	33,3	15	53,6	26	42,6
TOTAL	33	100,0	28	100,0	61	100,0

Tabela 2.11: Barrq. financia consertos e reparos seg. a variável *atualmente pesca peixe para vender*

Barraqueiro Financia Consertos / Reparos	Atualmente Pesca Peixes para Vender					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	10	47,6	25	62,5	35	57,4
Não	11	52,4	15	37,5	26	42,6
TOTAL	21	100,0	40	100,0	61	100,0

Tabela 2.12: Barraqueiro financia consertos e reparos segundo a variável *é proprietário de apetrechos de captura*

Barraqueiro Financia Consertos / Reparos	É Proprietário de Apetrechos de Pesca					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	26	53,1	9	75,0	35	57,4
Não	23	46,9	3	25,0	26	42,6
TOTAL	49	100,0	12	100,0	61	100,0

Tabela 2.13: Barraqueiro presta ajuda em urgência segundo o tempo que reside na comunidade

Barraqueiro Ajuda Em Urgência	Tempo Que Reside Na Comunidade					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Durante ano todo	6	18,2	11	34,4	17	26,2
Só períd. pesca	6	18,2	9	28,1	15	23,1
Não Ajuda	21	63,6	12	37,5	33	50,7
TOTAL	33	100,0	32	100,0	65	100,0

Tabela 2.14: Barraqueiro presta ajuda em urgência segundo a variável *exerce outra atividade*

Barraqueiro Ajuda Em Urgência	Exerce outra Atividade					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Durante ano todo	10	30,3	7	22,6	17	26,6
Só períd. pesca	6	18,2	9	29,0	15	23,4
Não Ajuda	17	51,5	15	48,4	32	50,0
TOTAL	33	100,0	31	100,0	64	100,0

Tabela 2.15: Barraqueiro ajuda em urgência segundo a variável *conseguiu poupar na última safra*

Barraqueiro Ajuda Em Urgência	Conseguiu Poupar Última Safra					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Durante ano todo	8	26,7	9	25,7	17	26,2
Só períd. pesca	10	33,3	5	14,3	15	23,1
Não Ajuda	12	40,0	21	60,0	33	50,7
TOTAL	30	100,0	35	100,0	65	100,0

Tabela 2.16: Pescador é obrigado vender a produção ao proprietário da embarcação segundo a variável *é proprietário de aptrecho de captura*

É Obrigado a Vender Prod. Prop. Embarc.	É Proprietário de Aptrecho de Pesca					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	43	84,3	14	100,0	57	87,7
Não	8	15,7	-	-	8	12,3
TOTAL	51	100,0	14	100,0	65	100,0

Tabela 2.17: Pescador é obrigado vender a produção ao proprietário da embarcação segundo a variável *vende produção ao barraqueiro*

É Obrigado a Vender Prod. Prop. Embarc.	Vende Produção ao Barraqueiro					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	52	89,7	5	71,4	57	87,7
Não	6	10,3	2	28,6	8	12,3
TOTAL	58	100,0	7	100,0	65	100,0

Tabela 2.18: Pescador é obrigado vender a produção ao proprietário da embarcação segundo a variável *vende produção ao dono dos apetrechos da embarcação*

É Obrigado a Vender Prod. Prop. Embarc.	Vende Produção ao Dono Apetrechos/da Embarcação					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	9	100,0	48	85,7	57	87,7
Não	-	-	8	14,3	8	12,3
TOTAL	9	100,0	56	100,0	65	100,0

Tabela 2.19: Conseguiu poupar na última safra, segundo a variável *é proprietário da embarcação*

Conseguiu Poupar na Última Safra	É proprietário da Embarcação					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	13	54,2	17	41,5	30	46,2
Não	11	45,8	24	58,5	35	53,8
TOTAL	24	100,0	41	100,0	65	100,0

Tabela 2.20: Conseguiu poupar na última safra, segundo a variável *renda mensal do pescador na safra*

Conseguiu Poupar na Última Safra	RENDA MENSAL NA SAFRA					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	17	42,5	13	52,0	30	46,2
Não	23	57,5	12	48,0	35	53,8
TOTAL	40	100,0	25	100,0	65	100,0

Tabela 2.21: Conseguiu poupar na última safra, segundo variável *pesca peixe no paradeiro*

Conseguiu Poupar na Última Safra	Pesca Peixe no Paradeiro					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	24	44,4	6	54,5	30	46,2
Não	30	55,6	5	45,5	35	53,8
TOTAL	54	100,0	11	100,0	65	100,0

Tabela 2.22: Conseguiu poupar na última safra, segundo variável *pesca peixe para vender*

Conseguiu Poupar na Última Safra	Pesca Peixe Para Vender					
	Sim		Não		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Sim	21	41,2	9	64,3	30	46,2
Não	30	58,8	5	35,7	35	53,8
TOTAL	51	100,0	14	100,0	65	100,0

Tabela 2.23: Nível de organização segundo renda média familiar

Nível de Organização	RENDA MÉDIA FAMILIAR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Não participativo	14	36,8	14	51,9	28	43,1
Participativo	24	63,2	13	48,1	37	56,9
TOTAL	38	100,0	27	100,0	65	100,0

Tabela 2.24: Nível de higiene segundo renda média familiar

Nível de Higiene	RENDA MÉDIA FAMILIAR					
	Abaixo Média		Acima/Igual Média		TOTAL	
	fi	(%)	fi	(%)	fi	(%)
Não satisfatório	14	36,8	12	44,4	26	40,0
Satisfatório	24	63,2	15	55,6	39	60,0
TOTAL	38	100,0	27	100,0	65	100,0

Tabela 2.25: Média, Desvio Padrão, Valores Mínimo e Máximo das Variáveis Quantitativas

VARIÁVEIS	Unid.	n	Média	D.P.	Min	Máx
Idade	unid	65	34,45	9,49	20	61
Número de filhos	unid	65	3,23	1,91	0	9
Tempo que reside na comunidade	ano	65	27,37	11,27	4	60
Tempo de profissão	ano	65	21,38	9,61	6	50
Idade que começou a trabalhar na pesca	ano	65	12,98	4,06	9	31
Quant. Peixe pescado p/semana no paradeiro	Kg	54	20,46	14,69	5	60,0
Produção de lagosta p/semana, com cabeça, na safra	Kg	64	12,63	11,52	0,0	50,0
Produção de lagosta p/semana com cabeça na entressafra	Kg	64	5,08	3,93	0,0	16,0
Produção de lagosta p/semana, sem cabeça, na safra	Kg	64	6,62	5,11	0,0	22,0
Produção de lagosta p/semana sem cabeça na entressafra	Kg	64	1,06	0,86	0,0	4,0
Produção de camarão p/semana, na safra	Kg	8	3,38	2,36	2,0	9,0
Consumo semanal de peixe pescado no paradeiro	Kg	54	9,02	3,32	4,0	20,0
Valor do Kg de lagosta grande sem cabeça	US\$	61	19,19	1,80	14,4	23,7
Valor do Kg de lagosta grande com cabeça	US\$	52	6,53	1,06	4,3	9,5
Valor da lagosta sem bitola(peq. e/ou média)	US\$	38	3,04	0,56	2,2	4,7
Valor do peixe de 1º	US\$	23	1,45	0,25	1,1	2,2
Valor do peixe de 2º	US\$	25	1,02	0,25	0,7	1,9
Renda mensal da esposa que gera renda	US\$	13	39,27	25,87	2,0	80,0
Nº de outras pessoas na família c/atividade remunerada	unid	16	3,13	6,93	1	29
Remuneração outras pessoas da fam. c/ativid. remund.	US\$	15	67,28	40,87	28,7	180,0
Valor poupado na última safra	US\$	26	522,96	510,45	11	2000,
Número de embarcações	unid	25	1,24	0,52	1	3
Nº caçoeiras dos proprietários de apetrechos de captura	unid	51	1,90	4,87	0	30
Nº de manzuás dos prop. de apetrechos de captura	unid	51	49,61	43,63	0	200
Nº de linhas de mão dos prop. de apetr. de captura	unid	51	3,16	3,23	0	15
Nº de caçoeiras de outro proprietário	unid	14	12,71	12,43	0	35
Nº de manzuás de outro proprietário	unid	14	79,86	86,26	0	300
Renda mensal do pescador na safra	US\$	65	605,43	392,37	160,0	1600,
Renda mensal do pescador na entressafra	US\$	65	168,22	102,87	20,8	516,8
Renda mensal do pescador no paradeiro	US\$	65	87,03	65,68	0,0	273,6
Renda média mensal do pescador	US\$	65	214,02	115,75	43,7	558,9
Renda mensal de familiares	US\$	65	26,40	44,97	0,0	186,0
Renda média mensal familiar	US\$	65	240,42	119,63	84,8	623,7
Nº de cômodos da casa	unid	65	5,02	1,85	2	11
Área da terra	ha	23	8,72	11,36	2,5	9,0

APÊNDICE - B

(QUESTIONÁRIOS)

Questionário nº _____

Data: _____/_____/1994

1. - CARACTERIZAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO DO PESCADOR

1.1) Nome: _____

1.2) Estado civil: _____ Idade: _____

1.3) Escolaridade: _____ Nº de filhos _____

1.4) Há quanto tempo reside na comunidade: _____

1.5) Nasceu aqui? 1.Sim() 2.Não() Tempo de profissão: _____

1.6) É filho de pescador? 1.Sim() 2.Não()

2. - SOBRE A PROFISSÃO E ATIVIDADE PESQUEIRA

2.1) Com quem aprendeu a pescar? Pai () 2.Outro pescador()

2.2) Com que idade começou a trabalhar na pesca? _____

2.3) Pescando: 1.só lagostas() 2.só peixes() 3.peixes e lagostas()

Por que? _____

2.4) Já pescou peixes para vender? 1.Sim() 2.Não()

2.5) Atualmente pesca peixes para vender? 1.Sim() 2.Não()

2.6) Pesca peixes no paradeiro? 1.Sim() 2.Não()

2.7) Em caso afirmativo, quanto pesca p/semana? _____ Kg.

e quanto consome? _____ kg.

2.8) Quantos Kg. em média, o Sr. captura por semana pescando lagostas?

a) com cabeça; na safra: _____ Kg.; na entressafra: _____ Kg.**b)** sem cabeça; na safra: _____ Kg.; na entressafra: _____ Kg.

2.9) E pescando Camarão?, na safra _____ Kg.; na entressafra: _____ Kg.

2.10) Se não pesca peixes, participaria de um curso e/ou treinamento para desenvolver técnicas de pescar peixes? 1.Sim() 2.Não()

2.11) Qual seria o assunto mais interessante para observar/aprender? _____

2.12) Sua esposa/companheira se envolve em alguma atividade que gere renda?

1.Sim() 2.Não()

2.13) Qual? 1.Professora() 2.Artesanato() 3.Agente Saúde() 4.Outra()

b) Renda mensal: Cr\$ _____ U\$ _____

2.14) Alguém mais na família tem atividade remunerada? 1.Sim() 2.Não()

2.15) Em caso afirmativo; **a)** quantas pessoas? _____**b)** Renda total p/mês: Cr\$ _____ U\$ _____

2.16) O Sr. exerce outra atividade além da pesca? 1.Sim() 2.Não()

- 2.17) Em caso positivo: **a)Qual?** 1.Comércio() 2.Agricultura()
3.Construindo Cangalha() 4.Pedreiro/servente() 5.Carpinteiro()
- 2.17) **b)Quanto lhe rende p/semana: No paradeiro?** Cr\$_____ U\$_____
Fora do paradeiro? Cr\$_____ U\$_____
- 2.18) Se não possui outra atividade, o que faz no período do defeso?_____
Por que?_____
- 2.19) Na última safra, conseguiu poupar alguma renda? 1.Sim() 2.Não()
- 2.20) Em caso afirmativo, quanto? Cr\$_____ U\$_____
- 2.21) Você considera que em geral, todo pescador tem uma vida parecida com a do outro?
1.Sim() 2.Não()
- 2.22) Como o Sr. explica a existência de pescador bem mais sucedido que o outro compa-
nheiro?_____

3. - SOBRE O PERÍODO DO DEFESO

- 3.1) No defeso, você acha que todos os pescadores têm às mesmas dificuldades?
1.Sim() 2.Não()
- 3.2) Em sua opinião, quais os principais problemas da comunidade no período do de-
feso:_____
- 3.3) De onde vem a renda para sustentar a família nesse período?
Da pesca de peixes () Da poupança ()
Da outra atividade () Barraqueiro(endividamento) ()
De familiares () Da pesca de camarão ()
Outro:_____ ()
- * Se houver a participação do barraqueiro, detalhe como ela acontece? _____

- 3.4) Em sua opinião, quais as opções(saídas), de renda, para o pescador, no defeso? _____

- 3.5) Os Barraqueiros estão presentes no paradeiro?
1.Todo dia() 2.Uma vez por semana() 3.Raramente() 4.Nunca()
- 3.6) O defeso sem o barraqueiro, seria:
1.Melhor() 2.Pior() 3.O mesmo()
Por que?_____

4. - BENS DE PRODUÇÃO

- 4.1) O Sr. É proprietário de embarcação? 1.Sim() 2.Não()
- 4.2) Em caso afirmativo, quantas?_____
- 4.3) Já possuiu embarcação? 1.Sim() 2.Não()

4.4) Como conseguiu comprar e/ou adquirir a embarcação?

1. Financiamento oficial () 2. Recursos próprios/poupança ()
 3. Barraqueiro () 4. Outro _____ ()

4.5) Se é proprietário, qual a função que ocupa na tripulação?

1. Mestre () 2. Pescador () 3. Não compõe ()

4.6) Quem financia	Proprietário	Barraqueiro	Associação	Bodegueiro
A quimanga				
Isca e gelo				
Conserto/reparos				

4.7) Se **NÃO** é proprietário: a) Tipo da embarcação em que pesca?

1. Bote à vela () 2. Bote a motor ()
 3. Pacote () 4. Jangada ()

b) De quem é a embarcação?

1. Barraqueiro () 2. Pai () 3. Outro pescador ()

4.8) Como acontece o rateio da produção de lagostas com os companheiros?

1. Meiaria () 2. Parceria () 3. Cangaeiro () 4. De Canto ()
 5. Outro: _____ ()

Rateio: _____

4.9) É proprietário de apetrechos para captura? 1. Sim() 2. Não()

4.10) Em caso afirmativo, especifique:

<u>Quais?</u>	<u>Quantos?</u>	<u>Quem financia/financiou?</u>
Caçoeira	_____	_____
Cangalhas	_____	_____
Linha de mão	_____	_____

4.11) Em caso negativo, especifique:

<u>equipamento:</u>	<u>Quantid./Proprietário.</u>	<u>Para quem vende a prod. deste</u>
Caçoeira	_____	_____
Cangalhas	_____	_____
Linha de mão	_____	_____

4.12) Já teve equipamento/apetrecho de pesca roubado? 1. Sim() 2. Não()

5. - ASPECTOS DA COMERCIALIZAÇÃO

5.1) Para quem o Sr. vende a produção?

- A quem pagar mais () Diretamente ao consumidor ()
 Ao barraqueiro () Ao dono dos apetrechos/embarcação ()
 A associação () Ao repr. da empresa(industria) ()

- 5.2) Para qual intermediário e/ou Barracão entrega sua produção? _____
- 5.3) O Sr. sabe p/onde vai a produção entregue/vendida? 1.Sim() 2.Não()
- 5.4) Em caso afirmativo, para quem?
 Outro intermediário () Empresa(frigorífico) ()
 Restaurantes () Outros _____ ()
- 5.5) O Sr. saberia nos informar qual o caminho(os passos) que esse pescado percorre até chegar na mesa do consumidor final? _____
- 5.6) O Sr. avalia quantos intermediários existem até o consumidor final?
 1.Sim() 2.Não() Quantos? _____
- 5.7) É certo o preço pago pelo seu produto? 1.Sim() 2.Não()
 Por que? _____
- 5.8) Sente-se explorado? 1.Sim() 2.Não()
 Por que? _____
- 5.9) O pescador é obrigado a vender/entregar sua produção para o barraqueiro ou para quem financiou a embarcação/apetrechos? 1.Sim() 2.Não()
 Por que? _____
- 5.10) Na entrega da produção, como acontece o pagamento/desconto da dívida contraída pelo pescador? _____
- 5.11) Em sua opinião, o que deveria ser feito para modificar essa situação? _____

- 5.12) O barraqueiro financia/empresta/presta ajuda de alguma ordem, nas necessidades de urgência (doenças; partos etc.) da família?
 1.Durante todo o ano () 2.Só no período das pescarias ()
 3.Só no paradeiro () 4.Não presta nenhuma ajuda dessa natureza ()
- 5.13) Em caso afirmativo, quais as necessidades socorridas? _____
- 5.14) Qual o valor do Kg. de pescado recebido na última pescaria?
 a)lagosta grande s/cab: Cr\$ _____ US\$ _____ mês _____
 b)lagosta grande c/cab: Cr\$ _____ US\$ _____ mês _____
 c)lagosta média/pequena Cr\$ _____ US\$ _____ mês _____
 d)peixe de 1ª Cr\$ _____ US\$ _____ mês _____
 e)peixe de 2ª Cr\$ _____ US\$ _____ mês _____
- 5.15) Qual a renda média mensal do pescador?(calculada extra-campo)
 a)na safra; Cr\$ _____ US\$ _____
 b)na entressafra; Cr\$ _____ US\$ _____
 c)no paradeiro; Cr\$ _____ US\$ _____
 d)Renda média mensal do pescador; Cr\$ _____ US\$ _____
 e)Renda de membros da família Cr\$ _____ US\$ _____
 f)Renda média mensal da família; Cr\$ _____ US\$ _____

6. - OUTROS DADOS

6.1) Faz parte de alguma entidade associativa? 1.Sim() 2.Não()

6.2) Em caso afirmativo, qual(ais)?

Associação de moradores () Colônia ()

Associação comunitária () Sindicato ()

Partido político () Outros_____ ()

6.3) Já participou de entidade associativa? 1.Sim() 2.Não()

6.4) Qual sua opinião sobre:

a) associação dos moradores._____

b) colônia de pescadores._____

6.5) O Sr. daria alguma sugestão para que se pudesse melhorar:

a) a associação._____

b) a colônia._____

6.6) Quais os seus divertimentos/entretenimentos preferidos?_____

6.7) O Sr. aconselharia a um filho/amigo a seguir sua profissão? 1.Sim() 2.Não()

Por que?_____

6.8) Cria animais domésticos que auxiliem na alimentação da família? 1.Sim() 2.Não()

Quais?_____

6.9) O Sr. já participou de algum curso e/ou treinamento prestado por algum órgão público?

1.Sim() 2.Não()

nome do curso e/ou:_____

6.10) O que o Sr. soube ou sabe sobre:

a) o projeto da associação?_____

b) o trabalho da Universidade?_____

6.11) O Sr. quer dá alguma sugestão e/ou opinião sobre o que lhe foi perguntado? _____

6.12) Comentários relevantes à pesquisa:

ENTREVISTAS COM OS BARRAQUEIROS

Nº _____ Data ____/____/1994

1. Nome: _____
2. Onde Nasceu: _____ Em que Ano: _____
3. Há quanto tempo o Sr. está nesta atividade? _____
4. Quantas embarcações o Sr. possui? _____
5. Quantos pescadores trabalham nelas? _____
6. Quantos pescadores lhe entregam a produção? _____
7. Qual o peso médio da produção comercializada por semana no último ano (93).
Safra: Cauda _____ **C/Cabeça** _____
- Entressafra: Cauda** _____ **C/Cabeça** _____ **Peq:** _____
8. Para quem o produto é repassado e/ou para onde vai? _____

9. Em 93, qual o último valor (US\$) pago pelo KG da lagosta aos pescadores e, recebidos pelos frigoríficos?
 Pago **C/Cabeça** _____ Recebido do pescador: _____
 Pago **Cauda** _____ Recebido do pescador: _____
10. Qual o apoio que os frigoríficos (firmas) lhes presta? _____

11. Como se dá o repasse desse apoio ao pescador? _____

12. Qual a diferença mínima entre o preço recebido, e o pago pela lagosta, para que o negócio não lhe traga prejuízos? _____
13. Existe algum instrumento de garantia, entre o Sr. e a Firma? Sim (); Não ()
 Qual? _____
14. E entre o Sr. e os pescadores? Sim (); Não(). Qual? _____
15. Como é sua relação com os proprietários dos frigoríficos? _____

16. Na sua opinião, quais os principais problemas do defeso? _____

17. Na sua opinião, qual a melhor alternativa para o pescador no defeso? _____

18. Por que eles não pescam peixes no defeso? _____

19. Outras opiniões e/ou comentários relevantes à pesquisa. _____

ENTREVISTAS COM AS AGENTES DE SAÚDE

Nº _____ Data ____/____/1994

1. Nome: _____
2. Onde Nasceu: _____ Em que Ano: _____
3. Há quanto tempo trabalha nessa função? _____
4. Quantas residências existem sob sua responsabilidade? _____
5. Em sua opinião, quais os principais problemas que as famílias passam no defeso? _____

6. Em sua opinião, qual a melhor alternativa para as famílias dos pescadores no defeso? _____

7. Qual a alimentação básica das famílias de Redonda? **NA PESCA:** _____

- NO DEFESO:** _____

8. Quais as principais doenças que aparecem por aqui? **ADULTOS:** _____

- CRIANÇAS:** _____

9. Aumentam ou permanecem na mesma proporção no defeso? _____

10. Com relação a óbitos de crianças; aumentam ou diminuem no defeso? _____

11. Quem(pescador/barraqueiro) é mais difícil de conscientizar sobre higiene, saúde etc.? _____

12. Outras opiniões e/ou comentários relevantes à pesquisa. _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA E SANEAMENTO

CADASTRAMENTO FAMILIAR

Ficha N°	Área de saúde			data		preenchido por						
I. IDENTIFICAÇÃO:												
NOME DO CHEFE DA FAMÍLIA:				ENDEREÇO:					AG. SAÚDE:			
II. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA:												
N°	NOME	Parentesco	Idade		Registado	Sexo	Escolaridade	Anos de estudo	Ofício	Religião	Empregado	Carteira assinada
			A	M								

ROTEIRO PARA ORIENTAR PREENCHIMENTO:

- Parentesco..... 1 pai 2 mãe 3 filho 4 nora 5 genro 6 neto 7 adotivo 8 outros
- Escolaridade... 1 analfabeto 2 1º grau 3 2º grau 4 superior
- Religião..... 1 católico 2 protestante 3 outros
- Sexo..... 1 masculino 2 feminino

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA E SANEAMENTO

CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO										Respostas			
Casa	1	própria	2	alugada	3	cedida	4	doada					
Tipo	1	taipa	2	tijolo	3	palha	4	papelão/plástico					
Teto	1	telha	2	palha	3	plástico							
Piso	1	tijolo	2	cimento	3	areia	4	barro	5	cerâmica			
Nº de Cômodos													
Terreno da casa	1	próprio c/registro	2	próprio s/registro	3	posse	4	doado	5	não próprio			
Água: Origem	1	bomba	2	cacimba	3	chafariz	4	rede pública					
Possui Cx. d'água?	1	sim		2	não								
Tratamento	1	filtrada	2	fervida	3	não tratada							
Destino Dejetos	1	fossa	2	céu aberto	3	rede de esgoto							
Destino do Lixo	1	céu aberto	2	enterrado	3	queimado	4	coleta pública					
Iluminação	1	lâmparina	2	lâmpada a gás	3	rede elétrica							
Quais as pragas existentes na sua casa													
1	mosca	2	barata	3	rato	4	barbeiro	5	muriçoca	6	pulga	7	bicho de pé
AGRICULTURA													
Possui terra?	1	sim		2	não		área(hectares)						
Acesso a Terra	1	proprietário		2	parceiro/meeiro		3	trab. rural	4	posseiro			
Uso da terra	1	agricultura		2	outros		3	não usa					
Especif. Que planta													
Possui animais?	1	sim		2	não								
De estimação	1	cachorro		2	gato		3	passarinho	4	outros			
De produção	1	bovino		2	caprino		3	ovino	4	suíno			
De trabalho	1	cavalo		2	burro		3	jumento					
ATIVIDADE PESQUEIRA													
Pesca?	1	sim		2	não		quantas pessoas da família pescam						
Possui barco?	1	sim		2	não								
Tipo de pesca													
Destino da pesca													